

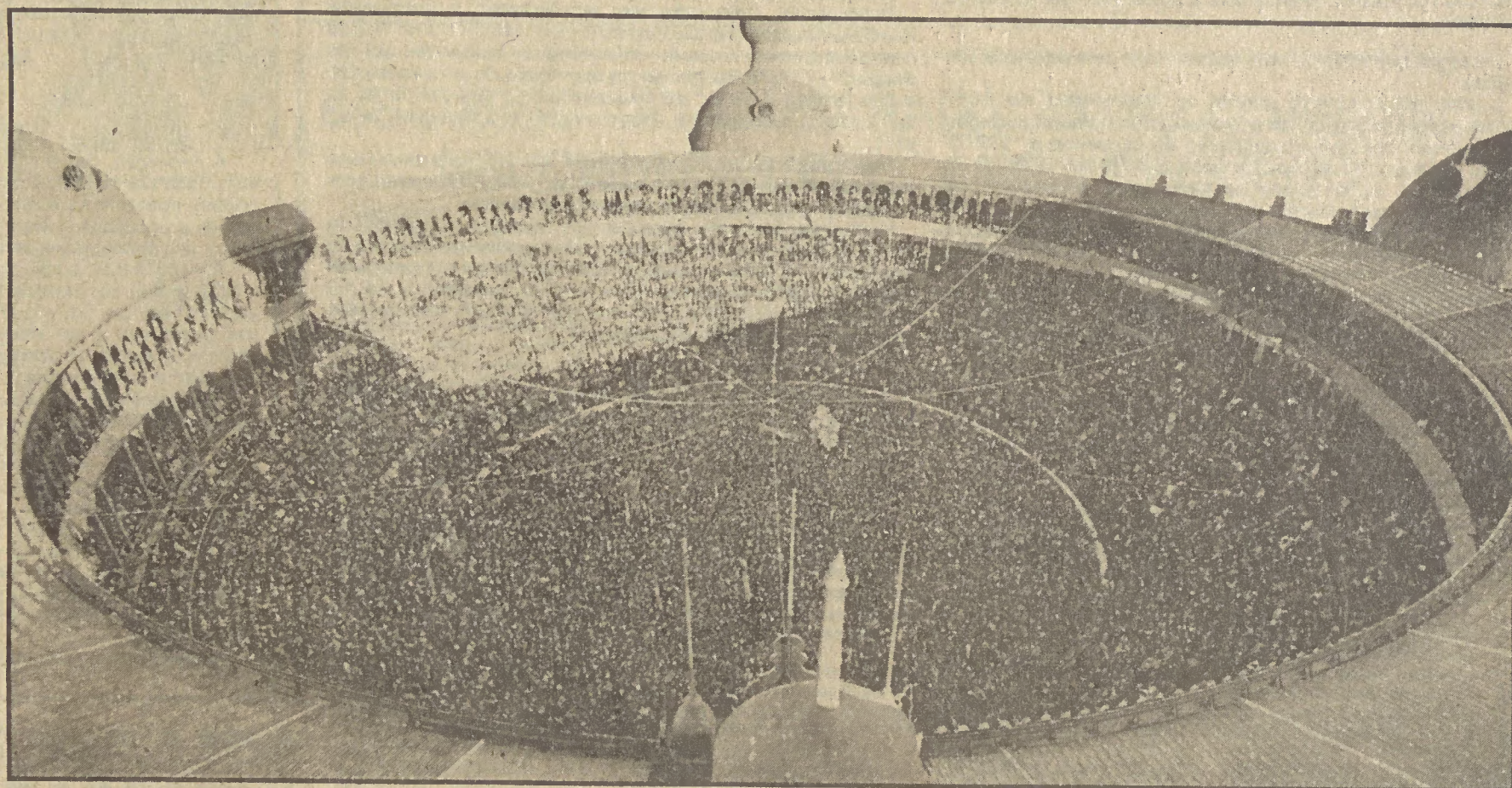
CONTINUAREMOS FIRMEMENTE A NOSSA POLÍTICA DE UNIDADE

O PCP não defende uma opinião ante o povo e outros gabinetes. O que dizemos ao povo português é o mesmo que dizemos à mesa das negociações.

Nos últimos dias das negociações com o PS o PCP não apresentou nenhuma proposta nova sobre qualquer questão fundamental: as dificuldades surgidas foram em torno de problemas que desde o primeiro dia o PCP considerava de importância primordial. O PS foi adiando a apresentação das suas contrapropostas e, em vésperas do termo do prazo, propôs um texto insusceptível de modificações e que, nesses pontos fundamentais era completamente inaceitável pelo nosso Partido.

Quaisquer que sejam os acontecimentos dos próximos dias relativamente à formação do novo Governo, continuaremos firmemente a nossa política de unidade — política de unidade dos trabalhadores, política de unidade dos democratas, política de unidade de comunistas e socialistas.

Do discurso do camarada Álvaro Cunhal no comício do Campo Pequeno que publicamos nas págs. 4 e 5



QUARENTA MIL PESSOAS NO CAMPO PEQUENO SAUDARAM A GRANDE VITÓRIA DA PROMOÇÃO



1.º CONGRESSO uec

No Pavilhão dos Desportos
no próximo sábado Pág. 12

Editorial

COLIGAÇÃO COM CDS: AMEAÇA À DEMOCRACIA

A decisão transmitida na sexta-feira 13, aos órgãos de comunicação social pelo Primeiro-Ministro indigitado de dar por encerradas as negociações para um acordo político com o PCP, a quem atribuiu a responsabilidade pela ruptura, e, sobretudo o atropelo dos factos com que a justificou, têm agora a explicação clara na ultimização dos acordos com o CDS para a formação de um governo de coligação disfarçada com aquele partido reaccionário.

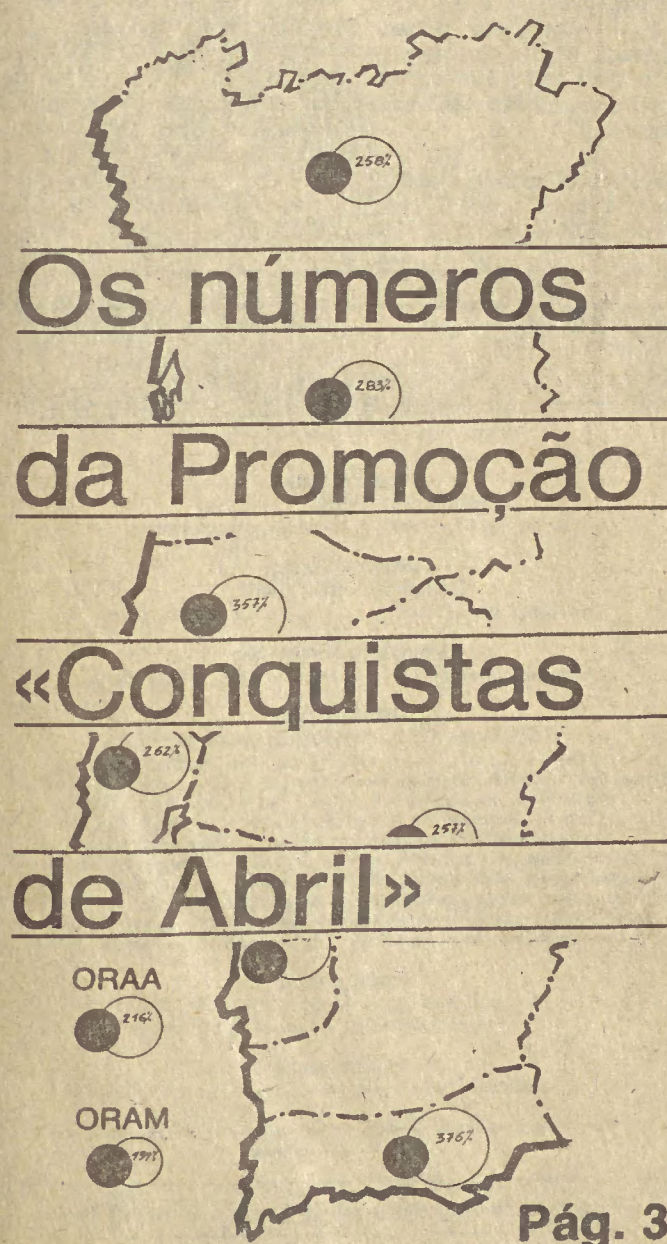
Na declaração lida ontem após a reunião da Comissão Nacional do seu partido o dr. Mário Soares volta a responsabilizar os comunistas pela ruptura das negociações.

O secretário-geral do PS sabe que a sua afirmação anterior de o PCP ter apresentado «exigências de última hora» não tem o menor fundo de verdade; sabe que nunca o PCP se manifestou disposto a concluir com o PS «um

(Continua na pág. 2)

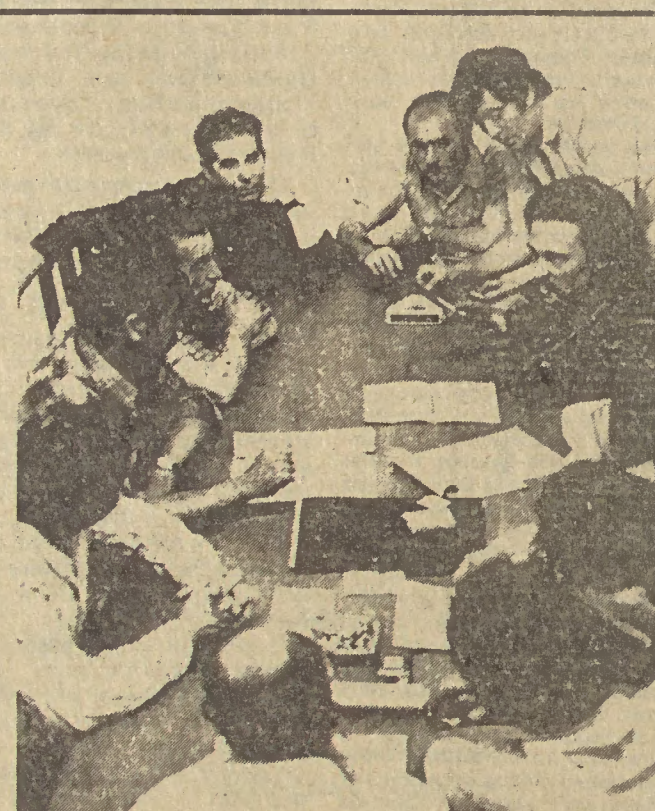


O esquerdismo



ÁLVARO CUNHAL NA TV

O camarada Álvaro Cunhal estará amanhã à noite na TV onde falará sobre a posição do PCP face à actual crise política



Encontro das Empresas Nacionalizadas

A preparação prossegue activamente em todo o País

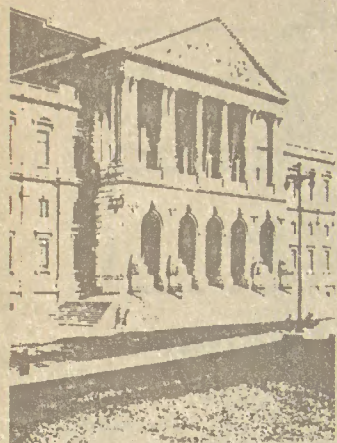
Pág. 9



Pág. 9

Sindicato dos Metalúrgicos, Rodoviários, Telecomunicações, Papeleiros e Função Pública de Braga, Madeiras de Aveiro

VITÓRIAS DA UNIDADE



Os Comunistas na Assembleia da República

A reestruturação da imprensa não pode começar e terminar no despedimento de trabalhadores

A questão do pluriemprego na Comunicação Social foi objecto de um voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP e que foi aprovado por maioria, apenas com a abstenção dos deputados socialistas.

É o seguinte o texto do voto, apresentado pela deputada Zita Seabra:

Considerando que em 3 de Novembro de 1977 a Assembleia da República aprovou um voto, recomendando a suspensão imediata da aplicação do Despacho n.º 197/77 e dos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 645/76, de 30 de Julho, que se referem às chamadas situações de pluriemprego na comunicação social;

Considerando que, no mesmo sentido, se encontra pendente nesta Assembleia o projecto de lei 81/1 (sobre o pluriemprego na comunicação social);

Considerando que no seguimento desse despacho alguns trabalhadores da comunicação social foram já despedidos;

Considerando finalmente as posições assumidas pelas

Os estatutos da ANOP, publicados pelo Decreto-Lei 502/77 e cujo pedido de ratificação solicitado pelo PPD foi apreciado na terça-feira passada, foram aprovados pelos deputados do PS e do PC tendo-se absteído os deputados do PPD e votado contra os do CDS.

Os referidos estatutos mercerem da parte dos deputados do PCP algumas objecções e, por isso, o Grupo Parlamentar comunista apresentou algumas propostas de alteração que serão agora discutidas na comissão parlamentar especializada.

As objecções foram apontadas pelo deputado Manuel Gusmão e entrinçaram-se em duas ordens de razões, que aquele deputado referiu do seguinte modo:

organizações representativas dos trabalhadores em relação a este despacho;

A Assembleia da República:

Recomenda mais uma vez ao Governo a suspensão imediata da aplicação do despacho normativo n.º 234/77, que inesperadamente repõe e agrava o conteúdo útil do despacho 197/77, suspenso na sequência do voto desta AR, e dos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 645/76, de 30 de Julho, até à discussão e votação final do projecto de lei n.º 81/1;

Recomenda vivamente a anulação das medidas entretanto tomadas ao abrigo daquele despacho, designadamente com a reintegração dos trabalhadores já afastados.

Na declaração de voto que se seguiu à votação, a deputada do PCP Zita Seabra, depois de ter afirmado que a reestruturação da imprensa não pode começar e terminar no despedimento de muitos trabalhadores, acentuou que, na esmagadora maioria dos casos já verificados, não se trata de pluriemprego mas mais propriamente de subemprego.

A primeira refere-se às atribuições e competências previstas para a ANOP e respectivos órgãos e coloca a questão da ignorância e violação da lei de imprensa, Decreto-Lei 85C/75, e da lei sobre os Conselhos de Informação, 78/77.

A segunda ordem de razões, aliás radicada na primeira, diz respeito à deficiente concretização de princípios constitucionais, no que se refere à independência dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado (face ao Governo e à Administração Pública), e à «livre expressão e confronto das diversas correntes de opinião».

Os trabalhadores exigem medidas imediatas para o sector das pescas

O risco que correm empresas nacionalizadas do sector das pescas — a SNAPA e a SNR — de fecharem as suas portas foi o tema principal de uma intervenção proferida pelo deputado comunista Manuel Franco no período de antes da ordem do dia da passada quinta-feira.

A SNAPA e a SNR — disse Manuel Franco — são duas empresas do antigo monopólio tenelista onde trabalham 1600 pessoas e que desde há 10 anos entraram em crise, de tal forma que, no 25 de Abril, estavam em situação de falência técnica ou quase.

Depois de ter salientado que os graves problemas que se colocam a estas duas empresas atingem também outras do sector, com a CPP, a Pescul, a SNAB e a Docapesca, Manuel Franco acentuou:

Este sector das Pescas, concretamente, era urgente reestruturá-lo profundamente, com vista a transformar a estrutura tenelista, que serviu de base a uma das maiores fortunas deste País, transformá-la, dizíamos, numa estrutura ao serviço do povo, numa estrutura vivificada pelos princípios constitucionais duma economia própria do novo Estado democrático, numa estrutura vivificada pela actividade inteligente e interessada dos trabalhadores.

Denunciando o facto de tal reestruturação, que devia ter

começado por lei há um ano, ainda não se ter iniciado, Manuel Franco acusou o titular da pasta das Pescas, António Barreto, de pelo contrário, ter quase paralisado durante quatro meses as duas empresas em causa, impondo aos trabalhadores um autêntico "lock-out", na questão da pesca na Mauritânia.

Ao mesmo tempo — acrescentou — ainda o deputado comunista — em vez da reestruturação urgente, que atacasse os pontos cancerosos dos circuitos de comercialização e da organização das próprias empresas, o senhor Barreto, nessa altura, impôs uma tal tabela de preços que intrudiu mais um ponto canceroso no sistema.

Depois de ter salientado o facto de o estrangulamento financeiro e económico das empresas nacionalizadas ser uma maneira de pôr em causa as nacionalizações, Manuel Franco terminou a sua intervenção salientando:

É urgente que o Governo tome medidas de imediato, de novo a evitar que estas empresas fechem a porta, nomeadamente restabelecendo o crédito cortado pela banca, mas também obtendo da banca o financiamento necessário à continuação da actividade das empresas, a qual tem de manter-se, porque o exige o interesse nacional. São os interesses directos de 1600 trabalhadores que o exigem, exige-o a Constituição, exige-o a barriga do povo português.

AR quer saber se foram ou não readmitidos ex-pides em Caxias

Constando que e por informação de alguns órgãos de comunicação social foram readmitidos ao serviço no Forte de Caxias vários funcionários que pertenceram à extinta PIDE/DGS;

Atendendo ao choque que tal notícia provocou na opinião pública democrática;

A Assembleia da República:

Requer se proceda com urgência a um rigoroso inquérito que permita verificar os fundamentos de tal notícia;

Desde já requer se proceda à suspensão de todos aqueles que, comprovadamente, tiverem pertencido àquela corporação fascista.

Este voto que acima se transcreve foi aprovado na sessão de terça-feira da Assembleia da República, com os votos favoráveis dos deputados do PS, do PCP e da UDP, que o propôs.

Cerveja privada: a sede que o PPD deseja...

O decreto-lei que procedeu à fusão das empresas cervejeiras existentes no nosso País em duas empresas públicas, e cuja ratificação tinha sido solicitada pelo PPD, foi ratificado pelos votos favoráveis dos deputados do PS e do PCP.

Os deputados do partido que requereu a ratificação votaram contra e o CDS absteve-se.

No decorrer do debate, ficou claro que, para os partidos da direita, não se tratava de pôr em causa esta fusão e apresentar, alternativamente, uma outra. Insistindo no ataque a esta fusão, não apresentaram nunca os deputados do PPD e do CDS que intervieram no debate qualquer outra solução do mesmo tipo, escondendo debaixo de uma linguagem em que imperou o tecnicismo (ou o tec-cinismo, para utilizar um «lapsus lingual» de um dos deputados do PPD) o seu desejo de não beberem cerveja nacionalizada.

O PCP votou favoravelmente a ratificação da fusão porque, conforme salientou o deputado Sousa Marques em declaração de voto, admitimos que esta medida poderá vir a ser o primeiro passo para uma efectiva reestruturação do sector cervejeiro.

E mais adiante acentuou o mesmo deputado: Os problemas financeiros existentes no sector (indissociáveis, de resto da herança das administrações capitalistas) são, em nossa opinião, susceptíveis de ser resolvidos, e devem sê-lo, assegurando-se assim plenamente a viabilidade económica das unidades do sector que se encontram hoje em situação difícil e garantindo-se a viabilidade do sector no seu conjunto. Isto, porém, só será possível desde que a fusão das empresas se traduza na tomada de um conjunto de medidas que visem novas políticas globais de produção, comercialização, pessoal, investigação tecnológica, cooperação entre estabelecimento e outras.

Alertando para o facto de que a suspensão deste decreto-lei (caso viesse a virar a posição do PPD) significaria sempre, na prática, atrasar pelos menos mais um ano a reestruturação do sector, criou ainda maiores dificuldades ao conjunto das suas unidades produtivas e consequentemente, aos trabalhadores empenhados em viabilizá-las e em defender a sua nacionalização, uma vez que a preparação e arranque da Campanha de Verão terá que se iniciar ainda este mês, o deputado do PCP acrescentou:

A única forma de não pôr em causa os mais de 5000 postos de trabalho directos e os milhares de postos de trabalho indirectos do sector é reestruturá-lo e viabilizá-lo e não, como pretende a direita, salvar duas ou três empresas para afundar as restantes — por sinal modernas e avançadas no campo tecnológico e as que mais possibilidades têm para se desenvolver a curto e médio prazo.

Aliás, a defesa dos interesses dos trabalhadores e a firme disposição de defesa das nacionalizações foi a tônica da intervenção do PCP neste debate, que coube ao deputado Severiano Falcão. Ao contrário das intervenções e dos desejos dos partidos da direita.

Por isso, Sousa Marques finalizou a declaração de voto dizendo:

A defesa das nacionalizações, bem como das restantes conquistas do 25 de Abril, é a defesa da própria democracia a caminho do socialismo que a Constituição aponta e nós defendemos. Que esta questão fique bem clara. Em última análise, o que a direita põe em causa são as conquistas da revolução, nomeadamente as nacionalizações como aconteceu neste caso. O que a direita põe em causa são todos os passos dados (tímidos que sejam) para a defesa dessas conquistas.

Editorial

(Continuação da pág. 1)

acordo qualquer» antes ou depois da votação da moção de confiança que derrubou o seu governo em 8 de Dezembro, sabe muito bem que as questões cuja formulação se tentou impor, à aceitação do PCP não eram de forma alguma «periféricas» como afirmou o dirigente e negociador socialista de direita Jaime Gama, mas sim verdadeiras questões do fundo e que o PCP não poderia subscrever a referida formulação sem se negar como partido da classe operária.

Pode-se hoje perguntar porque esperou o PS até aos últimos dias para introduzir nas suas contrapropostas questões altamente controversas em termos insusceptíveis de acordo com o PCP; porque fundamenta na rejeição de tais questões inaceitáveis a ruptura das negociações para um acordo político com o PCP; porque atribui falsamente aos comunistas um endurecimento de última hora, quando as propostas do PCP foram feitas desde o início das negociações.

Não será porque quer justificar as suas cedências políticas à direita, ao CDS, cujo presidente, Freitas do Amaral, declarou incompatível com os acordos estabelecidos entre aquele partido e o PS o acordo político deste com o PCP?

Conhecida agora a decisão da Comissão Nacional do PS de libertar o seu secretário-geral da obrigatoriedade do acordo político com o PCP para efeitos de acordo com o CDS, numa fórmula disfarçada mas inequívoca de coligação governamental, não é agora claro que as pretensas «exigências de última hora», atribuídas com evidente má-fé aos comunistas, foram manejações para abrir a porta a um vasto acordo com o CDS e para o fazer passar pela aprovação dos militantes e eleitores socialistas que se opõem a uma tal fórmula de coligação com os partidos da direita?

A formação de um governo de coligação mesmo disfarçada com o CDS introduziria nas soluções da crise política, económica e social, factores de instabilidade e de grande preocupação para o povo português em geral e as forças democráticas em particular.

A ir por diante, a coligação aberta ou disfarçada com o CDS levaria aos centros de decisão política a voz e os interesses de inimigos irreconciliáveis das classes trabalhadoras e da democracia, dos representantes directos do grande capital português e estrangeiro, da CIP e da CAP e do imperialismo.

Os pupillos portugueses dos srs. Von Hassel e Strauss, os discípulos directos de Marcelo Caetano, ditariam dentro do governo e em todo o aparelho de Estado a sua política e as suas leis ao próprio PS que ficaria doravante prisioneiro das chantagens e das votações do CDS na Assembleia da República.

É uma utopia pensar que uma força reacçãoária e antidemocrática como o CDS, um partido que votou contra a Constituição e não esconde o seu ódio à Lei Fundamental do país, vai no governo consolidar e defender as instituições democráticas e a Constituição da República.

Repensar tudo tornar-se-á uma exigência das forças

Após a visita de Luís Cabral

REFORÇARAM-SE OS LAÇOS DE AMIZADE E COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

Terminou a visita ao nosso País do camarada Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau e que se deslocou a Portugal chefiando uma delegação guineense ao mais alto nível, sendo o primeiro chefe de Estado dos jovens países africanos nascidos das ex-colónias portuguesas a visitar oficialmente o nosso País, o que constitui um acontecimento político do maior relevo e importância histórica.

Esta visita do camarada Luís Cabral veio estreitar profundamente os laços de amizade e cooperação entre os dois povos e respectivos povos, alargando ainda mais a via do entendimento fraterno, da ajuda mútua e do intercâmbio mutuamente vantajoso que as afinidades culturais e conjunturais entre os dois povos justificam e exigem.

No decorrer da sua visita de três dias o camarada Luís Cabral dirigiu um convite ao Presidente da República Portuguesa, general Ramalho Eanes, para visitar a República da Guiné-Bissau, convite que foi aceite.

O comunicado final conjunto, que salienta a «ampla identidade de posições sobre os principais problemas da conjuntura internacional» — verificada entre os dois povos e respectivos povos, vários e importantes acordos de cooperação entre os dois Estados, justificando as previsões que nesse sentido se fizeram e que tão importante deslocação justificava.

Assim foram assinados quatro acordos de cooperação nos domínios do Ensino e formação profissional, assistência técnica em matéria de aviação civil e intercâmbio cultural.

No acordo de cooperação científica e técnica «prevê-se expressamente o acesso de nacionais do Estado da Guiné-Bissau aos estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional, bem como estágios profissionais em organismos públicos e privados», salientando-se no mesmo acordo o «compromisso assumido pelo Estado Português de conceder bolsas a nacionais da Guiné-Bissau na medida das suas possibilidades».

No acordo sobre aviação civil ficou estabelecido que o Estado Português prestará à Guiné-Bissau «a cooperação e assistência técnica necessárias ao funcionamento dos serviços de aviação civil, cooperação e assistência técnica que visam assegurar a prossecução de objectivos nos quais se incluem, nomeadamente, a colaboração na manutenção e funcionamento daqueles serviços e a formação, treino e reciclagem do pessoal guineense dos mesmos e ainda a assessoria técnica em tudo o que respeitar a reuniões internacionais da aviação civil e a elaboração de pareceres nos estudos relativos a criação, estruturação e desenvolvimento de organismos da aviação civil da Guiné-Bissau».

No domínio da Saúde — o Estado Português compromete-se, na medida das suas possibilidades e nos termos previstos no acordo, a assegurar o tratamento (e eventual internamento) em estabelecimentos hospitalares oficiais em Portugal, de nacionais guineenses. Prevê-se ainda neste

democráticas no caso de se instalar à frente do país um governo de coligação aberta ou disfarçada com o CDS.

Com uma tal fórmula de governo e a política correspondente é de admitir o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a crescente introdução de métodos de violência na solução dos problemas sociais e políticos, o cerceamento das liberdades e dos direitos dos cidadãos consagrados na Constituição.

Apesar de passos irreffectivos já dados pelos dirigentes do PS, a necessidade duma saída democrática para a crise governativa que há 40 dias mantém o País na indecisão política torna-se imperiosa.

O que a defesa do regime democrático exige não é a aliança e a coligação do PS com o CDS mas o entendimento e a cooperação entre socialistas e comunistas. Sobre as frentes mais diversas da luta e da vida das classes trabalhadoras, o reforço da defesa das conquistas da Revolução, da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, das liberdades e direitos consagrados na Constituição é um imperativo da acção de todos os democratas.

No movimento sindical, onde importantes vitórias das listas unitárias se têm verificado, nas autarquias locais, no movimento popular de base, nas organizações de massas, a unidade dos trabalhadores, dos democratas, dos patriotas e progressistas, das mulheres e da juventude, alarga-se e torna-se cada vez mais firme e combativa.

O PCP, perante a aliança de facto dos dirigentes socialistas com o CDS não poupará esforços para o estreitamento dos laços unitários com os trabalhadores socialistas contra as manobras da reacção, contra o divisionismo, pela defesa da Democracia e das Conquistas de Abril.

O governo de coligação mesmo disfarçada do PS com o CDS não é ainda um facto. É imperioso que os democratas, todos os trabalhadores da cidade e do campo, façam ouvir a sua voz para que um tão desastroso passo não seja dado.

O PCP não tem duas políticas. ao mesmo tempo que combaterá todos os conluios à direita contra as conquistas da Revolução, trabalha afinadamente para reforçar a larga frente dos que não desejam o regresso ao passado, ao 24 de Abril, ao fascismo.

Qualquer coligação com a direita está condenada à derrota a curto prazo. Recusado o acordo político com o PCP, travados pelo PS os esforços para um acordo de governo entre socialistas e comunistas, uma séria reflexão se impõe aos dirigentes socialistas.

O desenrolar da crise governativa, os conluios que se efectivaram entre socialistas e partidos da direita reacçãoária, mostraram bem a razão da nossa insistência e dos nossos esforços. Não só os nossos objectivos de luta se tornaram mais claros como as manobras de gabinete dos inimigos da Democracia foram desmascaradas.

Um governo de coligação com o CDS poderá trazer ao PS mais alguns votos parlamentares mas trará sem dúvida a redução da base social do PS e mesmo do PPD.

Não o reconhecer a tempo é um equívoco político que poderá custar caro ao próprio PS e à sua unidade interna.

domínio da Saúde Pública» — e, finalmente, no último acordo define-se que este se destina a «incentivar o intercâmbio cultural, artístico, científico e desportivo entre ambos os povos, assim como a difusão da língua portuguesa, com base no respeito mútuo pelos valores culturais próprios e pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos da outra parte».

Para além disto, o comunicado final salientava ainda e nomeadamente que «neste acordo se prevê a possibilidade da criação e manutenção, no território de cada parte contratante, de centros e institutos para o estudo e a irradiação da cultura da outra parte, o livre acesso (nas

condições indicadas, no acordo)

aos estabelecimentos públicos de ensino respectivos de estudantes da outra parte, a concessão de bolsas de estudo»

Por outro lado «comprometem-se as partes contratantes nomeadamente a procurar promover e apoiar visitas de estudo e de informação e a participação em congressos e outras reuniões», assim como «esforçar-se por assegurar o conhecimento exacto da História e dos valores culturais da outra».

Finalmente «a manutenção da unidade ortográfica da língua portuguesa é outro dos objectivos que ambas as partes desejam atingir».

Luís Cabral na Assembleia

e representante do povo irmão.

A Assembleia da República, em nome do povo português que legitimamente representa, faz votos para que a estadia do senhor Presidente Luís Cabral seja repleta de êxito, reforçando os já sólidos laços de amizade e cooperação entre os dois povos, e manifesta o seu profundo empenhamento em contribuir para o aprofundamento de tais objectivos.

Este voto foi aprovado pelos deputados do PS, do PCP, do PPD, da UDP e do CDS. Ou

melhor: por cinco deputados do CDS, que eram os únicos que, na altura, se sentavam na bancada destribuída àquele partido

Mais tarde, e após a sessão de boas-vindas a que já aludimos, o Presidente Luís Cabral e comitiva assistiram a parte dos trabalhos da Assembleia da República, tendo sido aplaudido de pé pelos deputados socialistas, comunistas, do PPD e por alguns do CDS, uma vez que outros deputados deste partido preferiram levantar-se de mão atrás das costas. Para já não falar daqueles que, ostensivamente, ficaram sentados!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade

Partido Comunista Português

Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Telf.: 769896/7

Administração

Editorial Avante! S.A.R.L.

Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção

Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição

CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L.

Central: Rua Ruedo Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel.: 769705

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2. Tel.: 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel.: 28938

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 310441

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel.: 28394

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24564

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 28-A — Setúbal. Tel.: 25493

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 — Évora. Tel.: 26361

Centro Distribuidor do Alentejo: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel.: 24417

Assinaturas

CDL, Departamento de Venda Directa

Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade

Lisboa: R. Pedro Nunes, 8A — Lisboa 1, Tel.: 41787

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Dezembro: 85 083

Pela espora da opressão
pela carne maltratada
mantendo no coração
a esperança conquistada.
Por tanta sede de pão
que a água ficou vidrada
nos nossos olhos que estão
virados à madrugada.
Por sermos nós o Partido
Comunista e Português
por isso é que faz sentido
sermos mais de cada vez.

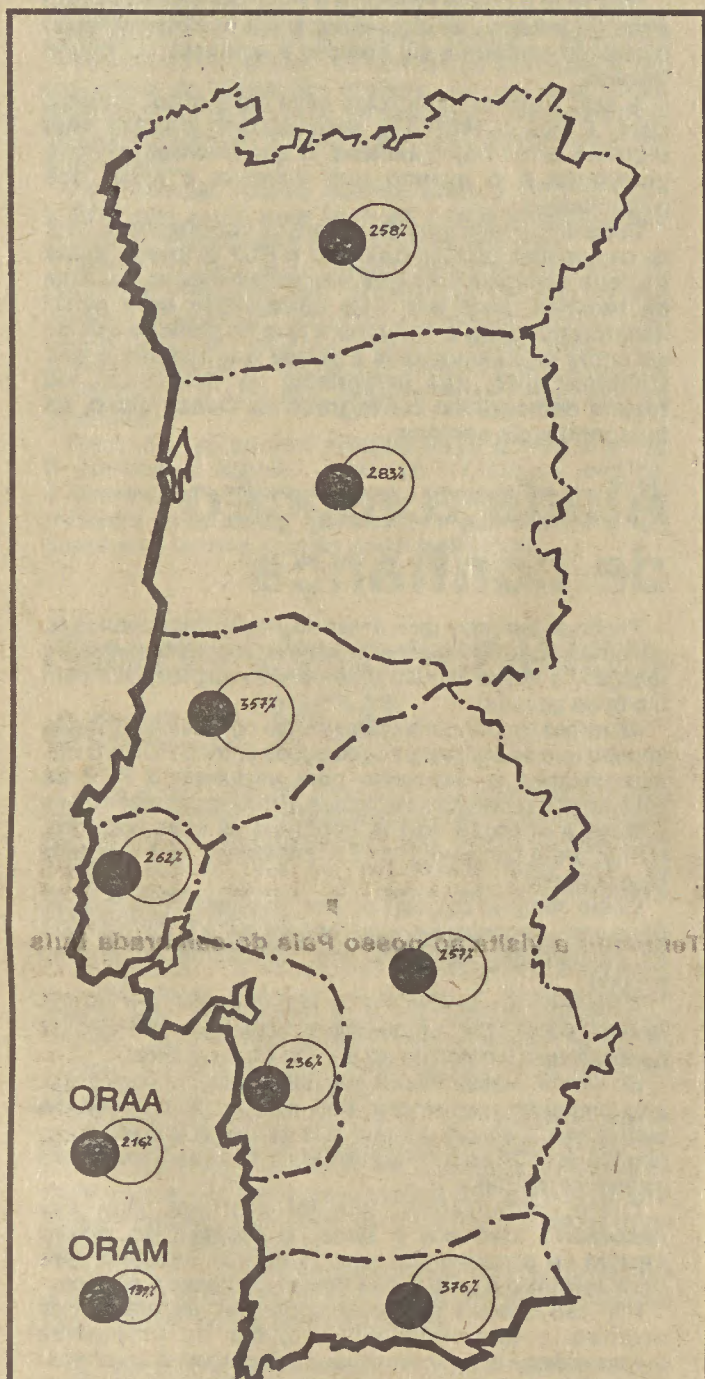
Por estarmos sempre onde está
o povo trabalhador
pela diferença que há
entre o ódio e o amor.
Pela certeza que dá
o ferro que malha a dor
pelo aço da palavra
fúria fogo força flor
por este arado que lavra
um campo muito maior
por sermos nós a cantar
e a lutar em português
é que podemos gritar:
somos mais de cada vez.

Por nós trazermos a boca
colada aos lábios do trigo
e por nunca acharmos pouca
a grande palavra amigo
é que a coragem nos toca
mesmo no auge do perigo
até que a voz fique rouca
e destrua o inimigo.
Por sermos nós a diferença
que torna os homens iguais
é que não há quem nos vença:
cada vez seremos mais.

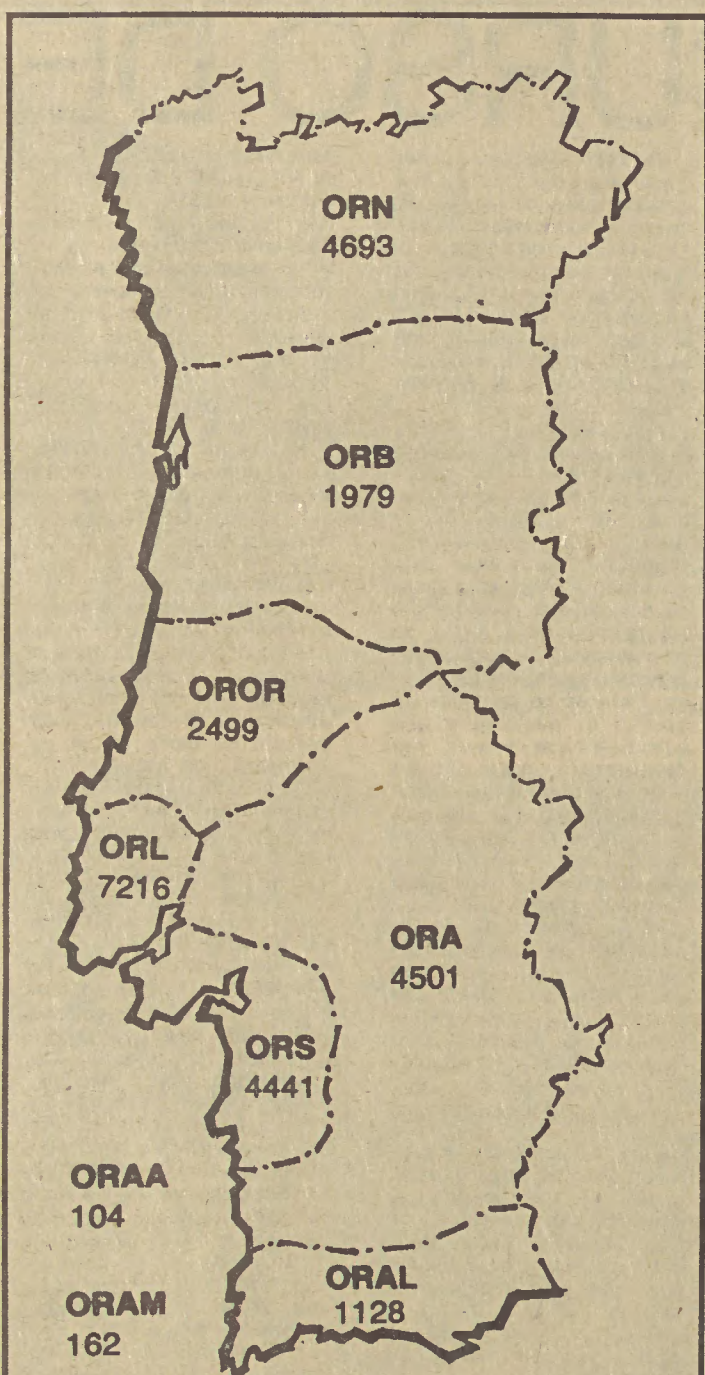
Por sermos nós a entrega
a mão que aperta outra mão
a ternura que nos chega
para parir um irmão.
Por sermos nós quem renega
o horror da solidão
por sermos nós quem se apegava
ao suor do nosso chão
por sermos nós quem não cega
e vê mais claro a razão
é que somos o Partido
Comunista e Português
onde só faz sentido
sermos mais de cada vez.

Quantos somos? Como somos?
Novos e velhos: iguais.
Sendo o que nós sempre fomos
seremos cada vez mais!

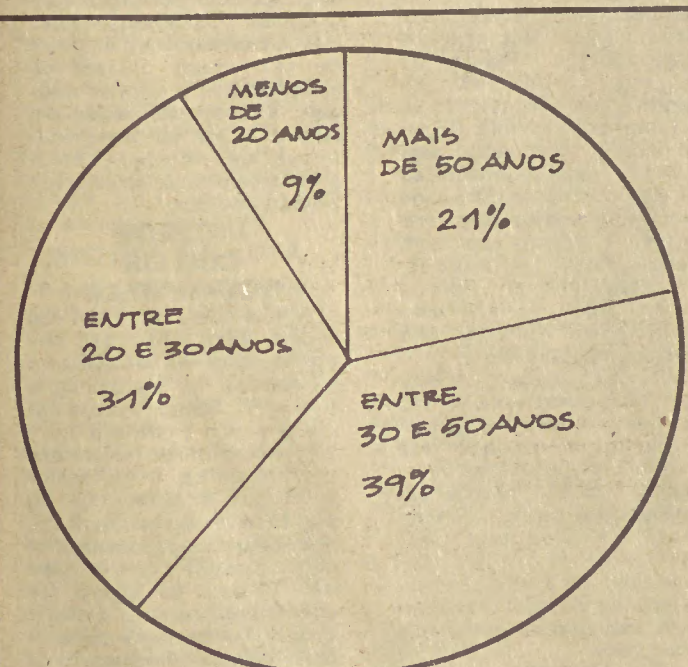
José Carlos Ary dos Santos



Todas as Organizações Regionais excederam as metas que se haviam proposto. Os círculos pretos assinalam as metas propostas e os brancos a proporção em que foram excedidas.



Totais dos novos militantes por Organizações Regionais



O PCP continua a ser o partido da juventude: 40% dos novos militantes têm menos de 30 anos

Os números da Promoção



No VIII Congresso do PCP a percentagem de mulheres nos efectivos do Partido era de 17%.



Na «Promoção» aderiram ao PCP 7145 mulheres, isto é, 26% do total de novos militantes.

DISCURSO DO CAMARADA ÂNGELO VELOSO NO COMÍCIO DO CAMPO PEQUENO

Camaradas,
A Campanha de recrutamento «Promoção Conquistas de Abril» não foi apenas cumprida com êxito.

De facto, a Promoção ultrapassou todas as previsões e todas as metas e constituiu uma Campanha de massas de enorme grandiosidade.

Em 5 meses, entraram para o nosso Partido mais de 27 167 novos militantes. Isto significa que, em média, se filiaram no nosso Partido mais de 177 militantes, em cada dia da campanha.

Em 5 meses, os efectivos totais do Partido aumentaram em cerca de 23%.

Podemos assim afirmar que foi inteiramente justa, e tomada no momento adequado, a decisão do nosso Comité Central de levar a cabo uma ampla Campanha de recrutamento.

O Comité Central, em 31 de Julho, fixou a meta de mais 10 000 novos militantes. Mas todos nós sabemos que a Promoção não «arrancou» logo. Agosto e Setembro foram de certo modo meses de preparação, sem grandes resultados práticos.

Mas já nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, entraram para o Partido, uma média mensal de 7600 novos camaradas. Só nestes três meses, filiaram-se mais de 23 000 militantes. Em Dezembro, entrou para o Partido uma média de 274 militantes por dia. Em Novembro atingiu-se uma média diária de 280 novos militantes.

Estes números revelam bem a grandiosidade da Promoção.

Do mesmo modo que a Campanha dos 50 000 contos ou a Conferência Económica ou a Festa do «Avante!», também a Promoção se transformou numa verdadeira Campanha de massas, tornando evidentes a força e o prestígio do PCP.

A Promoção foi crescendo de dia para dia em todo o País. Nós podemos seguramente afirmar que o número real de novas adesões é superior aos 27 167, porque centenas de novas fichas não conseguiram chegar a tempo de ser contadas, isto é, até fins de Dezembro.

Camaradas,
Em todas as organizações regionais se ultrapassaram de longe as metas inicialmente fixadas.

No Algarve, atingiram-se 376% da meta; no Oeste e Ribatejo, 357%; nas Beiras, 283%; em Lisboa, 282%; no Norte, 258%; no Alentejo, 257%; em Setúbal, 236%; na Madeira, 216%; nos Açores, 139%.

A Promoção foi uma Campanha e um êxito verdadeiramente nacionais. A Promoção demonstrou que o nosso Partido se implantou e cresce em todo o território português.

Em Lisboa e Setúbal, apesar de serem já grandes organizações, o nosso Partido cresceu, respectivamente de 7216 e 4241 militantes.

No Norte, nas Beiras,

o número de novos militantes atingiu 4653 e 1979. Isto mostra que também no Norte e Centro, o nosso Partido está fortemente enraizado, aumentando a sua força e o seu prestígio.

A Promoção deu também uma boa resposta aos que sonham com a diminuição da força do Partido no coração da Reforma Agrária. Nos três distritos alentejanos, inscreveram-se no Partido 4501 novos militantes.

No Ribatejo e Oeste, e no Algarve filiaram-se 2499 e 1128 novos militantes.

Nos Açores e na Madeira, apesar do terrorismo e da violência dos caciques protegidos pelo PPD, entraram corajosamente no Partido mais 264 militantes.

Apesar das diferenças regionais, apesar da existência de zonas de poder local fascista, apesar da intoxicação anticomunista, é crescente em todas as regiões, por todo o País, o número de homens e mulheres que compreendem a importância e a necessidade de aderir e lutar no PCP, para defender as Conquistas de Abril.

Camaradas,
O estudo pormenorizado dos dados da Promoção mostra a cara do nosso Partido: 75,3% dos novos militantes são trabalhadores. 58% são operários. Destes, 13,6% são operários agrícolas.

Fica assim confirmada a composição social e o carácter de classe das organizações do Partido que já no VIII Congresso atingiam 79% de trabalhadores dos quais 59% operários.

Em todas as organizações, do Norte às Ilhas, a maioria de novas adesões é constituída por trabalhadores.

É de salientar que as maiores percentagens de recrutamento operário foram atingidas pelas Organizações do Norte (62%), onde a classe operária confia e apoia cada vez mais o seu Partido.

Contamos hoje, com mais 20 000 militantes trabalhadores dos quais 15 770 operários.

Camaradas,
Do total de novos militantes, 1,8% são camponeses.

É preciso ter em conta que no VIII Congresso esta percentagem era apenas de 1%.

Mas o que é verdadeiramente significativo é que mais 40% destes novos militantes, pequenos e médios agricultores, aderiram ao Partido, nas regiões do Norte e Beiras.

Também por aqui se vê que as forças reaccionárias perdem terreno nas aldeias nortenhas.

Nas organizações do Oeste e Ribatejo essa percentagem atingiu 33,5%. No Alentejo e em Lisboa cerca de 30%. Em quase todas as regiões mais de 20%.

O nosso Partido ganha uma influência cada vez maior no movimento dos pequenos e médios agricultores portugueses.

Os resultados da Promoção revelam também que o nosso Partido continua a ser o Partido

da Juventude: 40,3% dos novos militantes têm menos de 30 anos.

9% têm menos de 20 anos. Nas organizações do Norte e Centro esta percentagem eleva-se para cerca de 17%.

Em Lisboa, Setúbal e Alentejo oscila de 3,7% a 7,4%.

Isto é, no Norte o Partido radicaliza-se cada vez mais atraindo a si a jovem geração; no Sul vê-se que temos já organizações altamente enraizadas.

Seria, no entanto, injusto esquecer, camaradas, o que significa a relativamente elevada percentagem de novos militantes com mais de 50 anos. Em média constituem 21% do total; mas em organizações como as de Setúbal, do Alentejo e do Algarve, aproximam-se de 30%.

Aderiram ao nosso Partido homens com 90 anos. Uma nova militante do Partido em Cerral do Alentejo conta com 86 anos.

São, de facto, numerosos os casos de pessoas idosas que se decidiram finalmente a entrar no nosso Partido afirmando que não queriam «perder mais tempo em reflexões».

Esta Campanha ajudou a vencer as hesitações e os preconceitos de numerosos lutadores antifascistas, de activistas operários ou de sindicalistas, que compreenderam finalmente que a adesão ao PCP é o caminho mais certo para defender a Revolução de Abril.

Camaradas,
Um dos traços mais significativos da Revolução, foi, sem dúvida, o elevado número de novas adesões de mulheres. Filiaram-se no Partido durante a Promoção, 7145 mulheres.

Durante cinco meses, filiaram-se no Partido, em média, 47 mulheres em cada dia, isto é, mais de 26% no total.

No nosso VIII Congresso a percentagem de mulheres nos efectivos do Partido, situava-se apenas de 17%.

Com a Promoção, melhorou em todo o País o peso das mulheres nas organizações partidárias.

Por um lado, isto reflecte que aumenta o número de mulheres que recusam o apertadismo e o apoliticismo a que as querem sujeitar as forças da reacção e do obscurantismo. Por outro lado, isto reflecte que aumenta também o número de mulheres trabalhadoras e intelectuais que vêm no PCP o seu Partido.

Não foi por acaso que, em muitas organizações, os mais activos recrutadores foram camaradas mulheres.

Camaradas,
O êxito desta Campanha de Promoção assenta na consciência e no esforço de todas as organizações e militantes do Partido.

O nosso «Avante!» esforçou-se por dar a imagem da grandiosidade da Promoção. Mas foram milhares os casos

e os episódios de grande significado político e partidário. Em todas as organizações e entre todos os militantes estabeleceu-se um elevado espírito de fraterna emulação, que ajudou a desenvolver a camaradagem e o espírito de ajuda mútua dentro do Partido.

Nas sedes, nas reuniões, nos gráficos de parede, na propaganda, a Promoção foi inteiramente vivida por todo o nosso Partido.

Essa foi, sem dúvida, uma das razões mais importantes do seu sucesso.

Um enorme entusiasmo ganhou os militantes e as organizações. Por todo o lado, se ultrapassaram metas e previsões.

Grupos de camaradas percorreram vilas e aldeias de porta a porta, convencendo os simpatizantes e os amigos do Partido ainda indecisos, respondendo a dúvidas, esclarecendo incompreensões.

Organizaram-se espectáculos especialmente adequados à Promoção, que tiveram grande êxito junto das populações.

Em todo o País, em empresas, em vilas e aldeias, nas grandes cidades, organizaram-se centenas e centenas de sessões de esclarecimento. Só no Alentejo, em cerca de 200 sessões participaram mais de 40 000 pessoas.

Houve recrutadores verdadeiramente notáveis. Num só dia, houve camaradas que recrutaram 30, 40, 50 e mesmo 70 novos militantes.

Há casos em que adultos de famílias inteiras aderiram ao Partido.

Alguns dos novos militantes distinguiram-se desde logo recrutando por sua vez novos camaradas para o Partido.

Na quase totalidade dos concelhos do País, a organização partidária aumentou os seus efectivos. Em algumas empresas ou localidades constituíram-se pela primeira vez colectivos do nosso Partido, a funcionar regularmente.

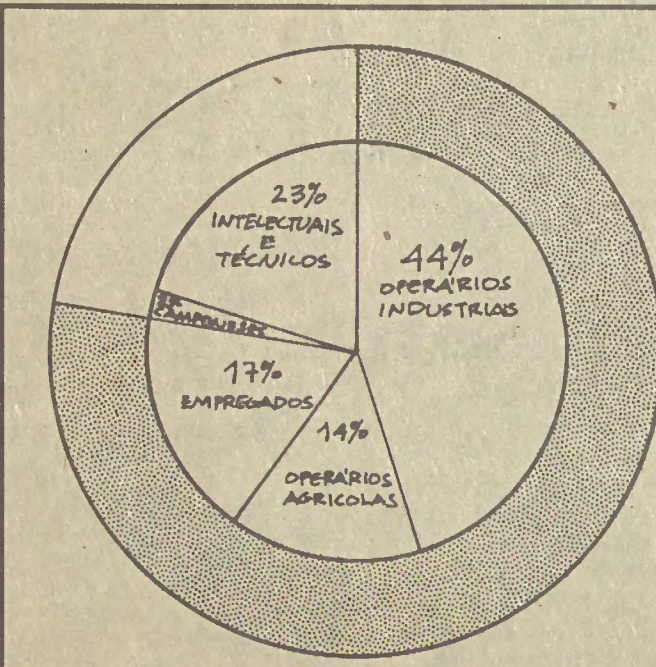
Em muitas organizações locais o número de militantes passou para o dobro ou até mais. Em 12 concelhos da organização do Norte os nossos efectivos mais que duplicaram.

É bom que se saiba que, durante este mês de Janeiro têm continuado a verificar-se centenas e centenas de novas adesões ao Partido.

A Promoção das Conquistas de Abril, foi, de facto, vivida, organizada e dirigida por todo o nosso Partido, com a participação entusiástica e consciente de todos os militantes.

O êxito da Promoção é um êxito de todo o nosso Partido. É o resultado de uma linha política justa associada ao esforço colectivo e individual, organizado, espontâneo de milhares e milhares de comunistas.

VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!



A composição social dos novos militantes mantém o carácter de classe do PCP: 75,3% são trabalhadores.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

«O TRABALHO TEÓRICO E O TRABALHO PRÁTICO
FUNDEM-SE NUM TODO»

Lénine

A história acidentada dos povos latino-americanos, nas últimas décadas, prende a atenção do mundo inteiro. Todos os Homens, amantes do progresso e da paz, se sentem ligados à acção revolucionária dos povos da América Latina, regozijando-se com as suas vitórias, solidarizando-se com os seus sacrifícios nas horas de opressão e derrota transitórias.

Mas não basta «viver» esses momentos contraditórios, correndo o risco de alternar o sentimento de optimismo e do pessimismo. É necessário compreender a evolução da luta tenaz desses povos, saber interpretar e explicar os seus avanços e recuos. Só uma análise marxista-leninista dessa realidade nos dará o seu conhecimento científico.

A influência do imperialismo americano e a pressão que exerce sobre a América Latina é ainda muito forte, mas está em decadência. A partir dos meados dos anos 60, a hegemonia do imperialismo americano entrou em claro declínio. Isso não impede, no entanto, que os povos do Chile e do Uruguai atravessassem hoje dias muito difíceis, vítimas do regime de terror e permanente repressão. São aspectos da encarnizada resistência que as forças do imperialismo e da reacção opõem aos avanços das forças progressistas em todo o mundo. Seria errado pensar que esses contragolpes, esses êxitos temporários das forças reaccionárias representem o essencial da nossa época. Como diz Luis Corvalán no Relatório, apresentado ao plenário do CC do PC do Chile, em Agosto de 1977:

«O facto essencial é que no mundo de hoje se

Ou ainda, como refere Rodney Arismendi:

«Ninguém duvida de que recebemos um golpe muito grande com a derrota do Chile. Mas seria simplificar o panorama se vissemos a América Latina de uma



forma sombria. É a dura luta entre revolução e contra-revolução que se desenvolve nas últimas décadas. Entre anti-imperialismo e imperialismo, entre as forças democráticas e as oligarquias repressivas, entre a liberdade e o fascismo. E há que ver as tendências fundamentais e as novas tendências. A consolidação de Cuba, a rotura do bloqueio, a quebra da OEA, o desenvolvimento democrático em processos como o revolucionário do Peru, o do Panamá... Abrem-se, em conjunto, perspectivas para um confronto muito amplo com o imperialismo lanque».

Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, e Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista do Uruguai, exprimem, assim, pensamentos idênticos resultantes de uma análise marxista-leninista da realidade latino-americana e integrando-a no contexto mundial de que se não podem isolar.

Destes dois destacados dirigentes comunistas, valorosos representantes do movimento comunista mundial, arrancados das prisões pela luta dos seus povos apoiada por uma ampla movimentação internacional de solidariedade e protesto, publicou o «Edições Avante!» alguns escritos.

Em «A Revolução Chilena — a ditadura fascista e a luta para a derrubar e criar uma nova democracia» (Relatório apresentado ao plenário de Agosto de 1977 do CC do Partido Comunista do Chile), Luis Corvalán faz uma aprofundada análise do processo da Revolução Chilena — os seus grandes méritos e as causas da sua derrota — a das perspectivas da luta para derrubar o fascismo e construir uma nova democracia.

Luis Corvalán caracteriza a Revolução Chilena, dá-nos o panorama do que ela representou, do ponto de vista teórico e prático, expõe as enormes realizações dos anos de governo da Unidade Popular e contrapõe-lhes o que tem sido a actualização da ditadura fascista, o que ela significa e o que dela tem resultado. Parale-

lamente, analisa nos seus pormenores as causas da derrota; através da crítica e da autocritica, que são arma indestrutível dos Partidos Comunistas, do marxismo-leninismo, aponta os erros cometidos. Aprofunda alguns aspectos de importância crucial, como o problema da unidade dentro da UP e a política de alianças, o alargamento da unidade entre as massas, o problema do poder judicial, as relações entre o poder civil e as forças armadas, a firmeza perante as manobras e ofensivas das forças reaccionárias, o esquerdismo, e tantos outros. E é desta análise profunda, e da avaliação correcta da realidade actual chilena, que Luis Corvalán retira os elementos que lhe permitem perspectivar a luta para o derrubamento do fascismo e construção de uma nova democracia.

«A Revolução Chilena», de Luis Corvalán, não é apenas, longe disso, uma fonte de informação para quem quer conhecer a Revolução Chilena. É acima de tudo um material de estudo sobre o qual todo o comunista se deve debruçar. Não é de esquecer o que Corvalán afirma: «É claro que se o nosso Partido tivesse sido muito mais forte, muito mais capaz teórica, ideológica e politicamente falando, a situação teria sido certamente diferente...» A leitura e estudo de «A Revolução Chilena» ajuda a fortalecer teórica, ideológica e politicamente cada militante comunista.

De Rodney Arismendi, «A Revolução Latino-Americana» é uma antologia de textos seus (1970/1974). Como se afirma no Prefácio, o livro dá-nos a sua «...firmeza ideológica, que faz ver claro sempre, na luz e nas trevas, que não oscila ao sabor do curso das circunstâncias mas que, pelo contrário, rompe acurada das circunstâncias e segue uma orientação precisa».

Nos vários textos apresentados não é só o problema do Uruguai e da sua revolução que é estudado. É a realidade global do continente Latino-Americano, são inúmeros problemas de ordem teórica, ideológica que são desenvolvidos: a teoria do Partido, os problemas da unidade, a questão da tática, a luta de classes, etc. Esta obra representa um manancial riquíssimo para o aprofundamento da preparação ideológica dos comunistas; a propósito da realidade concreta do continente e do imperialismo americano, é o marxismo-leninismo que surge em toda a sua pujança, nos seus fundamentos teóricos, na sua aplicação prática.

Tanto «A Revolução Chilena» de Luis Corvalán, como «A Revolução Latino-Americana» de Rodney Arismendi constituem a afirmação categórica e fundamentada de que não há Revolução sem a classe operária e os trabalhadores, sem a sua vanguarda política os Partidos Comunistas.



Camaradas:

A crise governativa prolonga-se. Não sabemos ainda como vamos sair dela. Não sabemos que governo virá depois do governo demitido ainda no exercício de funções. Tão pouco sabemos qual será a sua política.

Quando foi marcada a data para a realização deste comício, estávamos convencidos de que hoje estaria já clarificada a situação política.

De que estaria já completamente claro se haveria ou não, um acordo entre o nosso Partido e o PS, se o indigitado Primeiro-Ministro acataria ou não o encargo de formar novo governo e, no caso afirmativo, de que governo se trataria.

Afinal, a situação não está ainda resolvida.

Quanto à possibilidade de um acordo do nosso Partido com o PS, as negociações foram ontem consideradas encerradas pelo PS sem se ter podido chegar a acordo e não sabemos se o PS reconsiderará a situação e quererá reabrir as negociações.

Quanto à formação do governo, como se sabe, o indigitado Primeiro-Ministro foi ontem a Belém encontrar-se com o Presidente da República e à saída disse aos jornalistas que iria reflectir e decidiria hoje em definitivo se continuaria a considerar ter condições para prosseguir os contactos com vistas à formação do novo governo.

Não estamos em condições de saber o que isto pode significar. A este respeito, a única coisa certa é a própria incerteza.

Não queremos aqui, hoje, momentos antes do encontro do Presidente da República com o indigitado Primeiro-Ministro, introduzir qualquer elemento polémico que prejudique a eventual possibilidade de um reexame positivo da situação e da solução para a crise governamental.

Mas todo o nosso Partido e o Povo português devem estar informados de alguns aspectos fundamentais do momento político e da posição e actuação do nosso Partido.

A este respeito, uma coisa deve estar absolutamente clara. É que o PCP não defende uma opinião ante o povo e outras nos gabinetes. O que dizemos ao Povo português é o mesmo que dizemos à mesa das negociações.

Outra coisa deve estar clara para os trabalhadores, para os democratas portugueses: que o PCP emprega todos os seus esforços para que seja feita frente aos planos da reacção, para que seja assegurada uma saída democrática para a crise, para que na solução que se encontrar seja assegurada a defesa dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução, do regime democrático consagrado na Constituição, da independência nacional.

Ainda a moção de confiança

Todos se lembram que, antes da moção de confiança do governo agora demissionário, ante a violenta ofensiva da reacção, o nosso Partido empreendeu negociações com o próprio governo.

As forças reaccionárias procuraram por todas as formas impedir que se abrissem negociações entre o PCP e o PS. Intensificaram a campanha para excluir o PCP da solução dos problemas nacionais. Procuraram atar de pés e mãos a direcção do PS, impôr-lhe as suas soluções, tornar definitivamente o PS prisioneiro dos partidos reaccionários.

Como sempre, coincidindo com o objectivo da reacção de impedir negociações e um acordo entre o PS e o PCP, os esquerdistas lançaram uma campanha no mesmo sentido.

A reacção acusava o PS de negociar com um partido revolucionário. Os esquerdistas acusavam o PCP de negociar com um partido ao serviço da burguesia.

Se não houvesse razões de fundo, bastaria considerar este empenho convergente dos inimigos da democracia portuguesa, para se concluir que as negociações e um acordo do PCP com o PS constituam um imperativo do momento político.

Creio, camaradas, que foi acertada, que era necessária, correcta e justa, a decisão do nosso Partido de procurar um acordo com o Governo para abrir caminho e uma saída democrática para a crise.

Por isso fizemos propostas concretas. Mostrámo-nos prontos a examinar em conjunto os problemas e a considerar contrapropostas. Dialogámos. Discutimos. Procurámos aprofundar alguns passos positivos. E, como toda a gente sabe, mantivemos em aberto, até ao último momento, a nossa disposição de negociar e chegar a um acordo.

DISCURSO DO

Mas, ao mesmo tempo que dávamos provas de boa vontade, salientámos repetidamente que um acordo político com o PCP não pode consistir na expressão de boas intenções, em promessas muito gerais e indefinidas, mas tem de consistir num real e formal compromisso em questões essenciais.

Salientámos repetidamente que, em caso algum, daríamos um cheque em branco ao Governo.

O Governo não mostrou interesse em chegar a um acordo concreto. Ficou apenas em declarações muito gerais que lhe deixavam as mãos livres para continuar precisamente a mesma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a que sempre o nosso Partido se opôs.

O PCP, Partido da classe operária, Partido dos trabalhadores, Partido das conquistas de Abril, não podia dar a sua confiança a um governo para que, logo a seguir, esse governo, mantido no Poder com os votos comunistas na Assembleia, continuasse a arrancar arbitrariamente terras às UCPs e Cooperativas para entregá-las aos agrários e reconstituir os latifúndios; para que esse governo, mantido no Poder com os votos comunistas, continuasse a entregar ao patronato sabotador empresas salvas da falência e do encerramento pelos trabalhadores; para que esse governo, mantido no Poder com os votos comunistas, continuasse uma política de cedência às exigências do capital, política que, no seu desenvolvimento, viria a pôr em causa as nacionalizações; para que esse governo, mantido no Poder com os votos comunistas, continuasse a política dos pacotes, da diminuição dos salários reais, dos despedimentos, das decisões arbitrárias, dos ministérios apoiados sistematicamente no uso da força e da violência; para que esse governo, mantido no Poder com os votos comunistas, se voltasse no dia seguinte, não para a aliança e a cooperação com o PCP, mas para a continuação da aliança e da cooperação com o PPD e o CDS.

O Governo não quis um acordo com o PCP, votámos contra a confiança, o Governo caiu e continuamos a pensar, que, nas condições então existentes, foi bom que tivesse caído.

Creio que estareis de acordo em que o voto contra a moção de confiança, foi o único voto digno do nosso Partido.

Dificuldades relativas ao acordo político

Após a queda do Governo continuámos abertos à discussão com o Partido Socialista. Encontraram-se delegações, deram-se passos positivos, resolveram-se algumas dificuldades. Mas tudo parece de novo comprometido.

Pensamos, camaradas, que é necessário esclarecer e esclarecer hoje neste nosso comício quais são essas dificuldades, quais são as dificuldades maiores que surgiram nas negociações entre o Partido Comunista e o Partido Socialista.

A primeira grande dificuldade que surgiu nos últimos dias nas negociações com o PS respeita ao acordo político.

Deve lembrar-se a este respeito que as negociações entre os dois partidos duram há um mês e que elas são um Desejamos sinceramente manter abertas as portas ao eventual prosseguimento de negociações e a eventual conclusão de um acordo que seria certamente um factor de primeiro plano para a defesa da democracia, prolongamento das que se tinham iniciado antes da queda do Governo.

A SIP do nosso Partido em nota divulgada ontem à noite já esclareceu que, nos últimos dias, o PCP não apresentou nenhuma proposta nova sobre qualquer questão essencial.

As dificuldades surgidas nos últimos dias foram em torno de problemas e da inserção ou não inserção no acordo político de pontos que, não à última hora, mas desde o primeiro dia, o PCP considerava de importância primordial e sublinhava diariamente que considerava de importância primordial.

Se as dificuldades surgiram à última hora, isso deve-se apenas ao facto de que, ao longo das demoradas negociações, o PS foi adiando de dia para dia a apresentação das suas contrapropostas nessa matéria e só nas vésperas do prazo em que deveria ser concluído o acordo, as explicitou.

Como eram completamente inaceitáveis, propusemos alterações e emendas. Mas, depois da consideração do

DISCURSO DE OCTÁVIO

Camaradas e Amigos, O grande sucesso da campanha «Promoção Conquistas de Abril» tornou o PC cada vez maior. Mas a força cada vez maior do Partido, não se mede somente pelo número crescente dos seus membros e militantes. A sua força afere-se também pelo seu poder mobilizador, pela influência que consegue exercer junto de todos os trabalhadores e de outras camadas da população.

Quanto maior for a ligação e a identificação dos comunistas com as massas populares, maior será igualmente a possibilidade de contribuímos para a defesa das conquistas de Abril. A alteração da correlação de forças políticas num sentido favorável ao que pretendem salvaguardar e fazer aplicar a Constituição da República Portuguesa, passa pelo constante reforço das fileiras do Partido e, ao mesmo tempo, pelo alargamento da sua influência unitária entre todos os portugueses que querem viver em democracia, que querem o progresso social e um Portugal próspero e independente.

A política unitária do PC procura unir e organizar os democratas e portugueses de tendências ou sectores sociais diferentes mas com sentimentos e ideais convergentes. Esta nossa orientação não surgiu em 25 de Abril. Ela tem sido uma prática constante desde que o PCP existe já lá vão perto de 60 anos. A validade desta orientação, (que ficou bem demonstrada quando os comunistas e outros democratas eram furiosamente perseguidos pela ditadura fascista e pelos esbirros da PIDE-DGS), continua a ser válida no Portugal democrático dos nossos dias.

Na ditadura fascista, o poder dos monopólios, os salazaristas de todas as épocas e de diversos matizes (os Sás Carneiros e outros que tais) tudo fizeram para destruir ou marginalizar o PC, pois sabiam que o Partido era a única força política em condições de encabeçar a unidade e a resistência antifascista.

Foi pela acção unida e organizada dos gloriosos capitães e do movimento popular de massas, que a ditadura fascista foi derrubada, e não será descabido aproveitar este grandioso comício para daqui saudarmos, e ao mesmo tempo apelarmos para todos os portugueses de sentimentos antifascistas, para todos os que em dezenas de anos lutaram contra o fascismo e que almejavam viver em democracia, para não se esquecerem que há forças a trabalhar para destruir a democracia que levou dezenas de anos a conquistar, democracia que é preciso defender e consolidar.

Na época fascista, não era possível lutar com sucesso sem a colaboração dos comunistas. No Portugal dos nossos dias, só com o PC se poderá defender e salvaguardar as conquistas da Revolução de Abril.

O ANTICOMUNISMO

O anticomunismo continua a ser o principal estandarte das forças que querem voltar ao passado, pois os Kaulzas, os Sás Carneiros, os Amaris, e todos os agentes declarados ou encobertos do imperialismo, sabem que só poderiam destruir a democracia se conseguissem isolar ou marginalizar o PC.

A bandeira do anticomunismo foi e continua a ser utilizada pela reacção

para dividir os capitães do 25 de Abril, para dividir as próprias Forças Armadas, para tentar dividir o movimento sindical, para levar o PS a opor-se ao PC, e os esforços que a reacção está hoje a fazer para arrastar o PS para um governo de coligação com o CDS, visam não só amarrar o PS ao carro da reacção, mas visam igualmente o isolamento e a própria destruição do PS.

A bandeira da divisão é o instrumento a que recorrem todos os que querem liquidar as grandes conquistas da Revolução, incluindo muitos que se dizem socialistas e outros que até se intitulam comunistas. Os que se dizem socialistas, mas que elaboraram uma linha divisionista do movimento sindical, que procuram criar sindicatos paralelos, não servem de modo algum os interesses dos trabalhadores e da democracia, servem sim os interesses dos que procuram restaurar o poder dos monopólios. Os que se dizem comunistas, para mais facilmente confundirem e dividirem os trabalhadores, (como é o caso dos divisionistas da UDP/PCP (n. dignos continuadores do grupelho que se intitulava MRPP), esses actuam em completa coincidência com a reacção e o imperialismo, não apenas nos ataques que fazem à prestigiada CGTP-Intersindical, ao MPLA e à República de Angola, mas também na fúria com que atacam o PCP. A prática política destes e doutros esquerdistas é a demonstração que não são somente aliados potenciais da reacção, mas instrumentos da própria reacção.

A luta pela unidade dos trabalhadores e de todos os que querem respeitar e fazer

cumprir a Constituição e as conquistas nela consagradas, orienta de forma permanente a actividade do Comité Central e das diferentes organizações do Partido. Esta preocupação unitária não é uma tática passageira, é sim uma constante necessidade.

O PC é a vanguarda da classe operária, e tornou-se bastante mais forte com os seus novos 27 000 membros. Mas uma vanguarda não se pode fechar sobre si mesma, e é indispensável que a acção de todo o Partido, de todas as organizações e militantes esteja orientada para influenciar, mobilizar e organizar em diversas formas unitárias, centenas de milhares de outros trabalhadores e do povo em geral.

As ideias triunfalistas que por vezes surgem em algumas organizações e militantes do Partido, conduzem ao desprezo pela necessidade da unidade com outras forças políticas e democratas sem partido de variadas tendências e à falsa concepção de que os comunistas podem dispensar alianças e podem lutar com sucesso, mesmo que sozinhos.

A actividade do Partido e a sua acção no movimento unitário de massas são aspectos inseparáveis.

Defender e alargar a unidade dos trabalhadores e do movimento sindical, defender e alargar a unidade dos democratas e antifascistas, estejam ou não filiados em organizações políticas, é uma condição essencial para assegurar a defesa das conquistas de Abril e derrotar os esforços dos que trabalham para restaurar o poder dos monopólios.

O sentimento e a consciência da necessidade de unir cada vez mais os trabalhadores nos sindicatos e nas empresas, tem

progredido por todo o país, e são óptimos exemplos disso as sucessivas vitórias das listas unitárias (nos sindicatos e nas empresas) e as constantes derrotas dos divisionistas da chamada «carta aberta». Das 111 eleições sindicais realizadas no decorrer do ano passado, as listas unitárias ganharam em 83 sindicatos, ou seja, 75%. Estamos confiantes que nas eleições a realizar ainda este mês, nomeadamente em sindicatos dos metalúrgicos (a realizar hoje mesmo), nos CTT, nos rodoviários, nos escritórios, os comunistas e todos os trabalhadores conscientes farão os esforços necessários para eleger as listas unitárias e derrotar as listas apoiadas por forças reaccionárias, ou por esquerdistas que concorrem com o único fim de tentarem dividir os trabalhadores e desviar votos que, no caso dos escritórios, podem ajudar os desagregadores da «carta aberta» a manterem-se à frente desse grande sindicato.

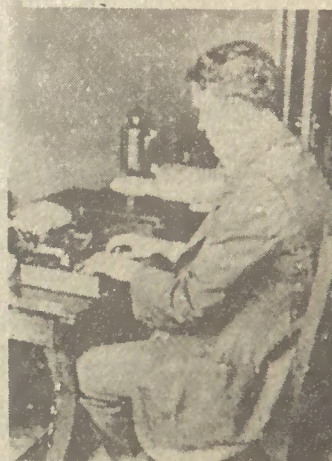
UNIDADE COM OS SOCIALISTAS

A luta pela unidade não é uma tarefa fácil e não bem conhecida as dificuldades existentes na aproximação com o PS. Apesar disso, e dos ressentimentos e desconfianças existentes, continuámos a defender o diálogo a todos os níveis. Se é certo haver elementos do PS, que estão virados para acordos com a reacção e com os quais não se sabe se alguma vez poderemos chegar a qualquer acordo, também é certo haver uma elevada percentagem de militantes e eleitores socialistas que se opõem à reacção e desejam entendimentos com os comunistas. O erro de muitos é confundirem

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

ÚNICA EDIÇÃO INTEGRAL em

língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.



JOHN REED



edições
Avante!

PREÇO 150\$00
DISTRIBUIÇÃO CDL

Nome
Morada
Localidade
Designar o volume
Para o respectivo pagamento enviar este cheque, vire de correio n.º para a CDL, Departamento de Venda Directa - Rua Pedro Nunes, 9-A Lisboa 1.

CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

problema, o PS propôs como texto final, insusceptível de mais modificações, um texto que, nesses pontos capitais, era completamente inaceitável pelo nosso Partido.

O PCP considera que um acordo político teria uma alta importância para a defesa da democracia portuguesa e para empreender uma política nacional que permita a saída da greve situação económica e financeira.

Mas se alguém, imaginando um acordo com o PCP, pensar num acordo, que, embora com algumas declarações gerais e alguns pontos muito positivos, deixa as mãos livres ao futuro governo para prosseguir uma política antipopulária e antipopular, uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, uma política de destruição das grandes conquistas da Revolução, nós só temos a dizer: **um acordo nessas condições jamais terá a assinatura do PCP.**

Este esclarecimento é indispensável neste grave momento da vida nacional.

Não desejamos entrar em pormenores sobre a matéria, porque, o dia de hoje foi anunciado pelo indigitado Primeiro-Ministro como um dia de reflexão antes de uma decisão definitiva.

O acordo interpartidário estava bastante avançado. No geral e no que respeita às matérias abrangidas, tinha-se chegado a conclusões comuns e positivas.

Mais dois ou três pontos e ficaria aceitável. Mas esses pontos não se podem julgar pelo seu número, mas pela sua importância. Não se trata de pontos secundários nem aparecidos à última hora. Trata-se de pontos fundamentais e que estão sempre presentes tanto naquilo que o nosso Partido diz ao Povo português como naquilo que disseram as nossas delegações à mesa das negociações.

Quer o PS prosseguir o exame, sabendo como sabe onde estão as dificuldades e removendo os obstáculos que podem impedir o acordo?

Cabe ao PS e ao Indigitado Primeiro-Ministro decidir-lhe nas horas ou nos dias que restam.

Uma coisa é necessário que fique bem clara para o Povo português.

Se não houver acordo entre o PS e o PCP, não será por culpa do PCP, mas porque o PS sacrificará a necessidade de uma política com os trabalhadores às conveniências de uma política com o capital, sacrificará a necessidade do aprofundamento da amizade e cooperação com o PCP a um projecto de coligação com os partidos da direita.

Não é por razões circunstanciais que o PCP procura chegar a um acordo com o PS.

O entendimento e a cooperação entre os dois partidos não os vemos como um incidente formal para possibilitar arranjos governativos, mas como um factor de primeiro plano para fazer frente à reacção, defender e consolidar o regime democrático, garantir a independência nacional.

Por isso, quaisquer que sejam os acontecimentos das próximas horas ou dias relativamente à formação do novo governo, continuaremos firmemente a nossa política de unidade (de que neste início falou o camarada Octávio Pato) política de unidade dos trabalhadores, política de unidade dos democratas, política de unidade de comunistas e socialistas.

Dificuldades relativas à composição do Governo

A segunda grande dificuldade que surgiu nos últimos dias nas negociações com o PS respeita à fórmula de governo.

O PCP sempre se manifestou disposto a considerar variadas soluções para a composição política e pessoal do novo governo, com ou sem participação comunista. Dissemos estar prontos a examinar a fórmula "PS com independentes" e mesmo "PS com personalidades" desde que isto significasse uma coloração geral que aparecesse como compatível com o acordo político que fosse firmado com o nosso Partido. Admitimos mesmo que, considerando a composição geral, a natureza das pessoas e os lugares por elas ocupados, pudéssemos não haver à partida discriminação política.

Mas também sempre dissémos que não apolaríamos, nem avassaliaríamos, nem daríamos cobertura a um governo de coligação aberta ou disfarçada do PS com o CDS, com o PPD ou com estes dois partidos reacconários.

Que não se venha dizer que esta foi questão levantada à última hora pelo nosso Partido.

Numerosas vezes a levantámos publicamente assim como à mesa das negociações.

Para citar apenas alguns exemplos (que poderia multiplicar quantas vezes se quisesse), em notas da Comissão Política do CC dos dias 8 e 28 de Dezembro, assim como em discursos dos dirigentes do Partido e em notas da SIP, repetidas vezes foi declarado que o PCP não daria o seu aval a um governo de coligação, aberta ou disfarçada, do PS com o CDS (ou com o PPD).

Ora a verdade é que ao abrigo da fórmula "Governo PS com personalidades" se foram desenhando e precisando os contornos de um tal verdadeiro governo de coligação.

Quando lemos no jornal reacconário "Tempo" do dia 12, que o CDS terá três Ministérios e três Secretarias de Estado, e quando se fala nos dirigentes do CDS aos quais seriam confiadas importantes pastas, concluiu-se sem dificuldade que não se trataria de um "Governo PS com personalidades" mas de uma verdadeira coligação do PS com o CDS.

Bem se pode dizer que tais dirigentes do CDS seriam desvinculados ou despartidarizados. Seria tão absurdo considerá-los "personalidades" desvinculadas do partido, como se aparecessem no Governo, como ministros, camaradas como Octávio Pato ou Ângelo Velloso e nós afirmássemos que não estariam ali a representar o Partido, mas desvinculados e despartidarizados...

Creio, camaradas, que nenhum militante ou simpatizante do nosso Partido, nenhum democrata sinceramente empenhado na defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, aceitaria que, no caso de se constituir um tal governo de coligação, o voto do PCP na Assembleia da República pudesse deixar de ser um voto contra.

Havendo um acordo político entre o PS e o PCP, o PCP não toma uma posição rígida e fechada em relação à composição de um futuro governo.

Mas é evidente que um governo de coligação com o CDS (ou com o PPD) não pode dar qualquer garantia de uma política democrática. Constituir um governo de coligação com o CDS seria minar por dentro o Poder político com a presença oficial de um partido que se declara inimigo da Constituição e que não esconde o seu propósito de destruí-la.

Havendo um acordo político entre o PCP e o PS, o governo a formar, para não ter, logo à partida, a oposição do PCP, deverá dar garantias de que não realizará uma acção governativa que reduza a um papel sem valor o acordo político PS-PCP.

Saída democrática com o PCP

Toda a evolução da crise e a não concretização das diligências do Primeiro-Ministro indigitado confirmam cada vez com maior evidência que uma saída democrática para a crise tem de ser encontrada com os trabalhadores, o que, no plano político-partidário, significa com o PCP.

O PCP tem estado e continua a estar disposto a negociar, a encontrar soluções comuns, a estabelecer alianças, a chegar a compromissos desde que vantajosos para os trabalhadores, para o País, para a democracia. Continuamos abertos ao diálogo, ao exame conjunto dos problemas, à busca da saída democrática para a crise.

Continuamos pensando que se não devem perder os passos positivos dados nas relações entre o PCP e o PS.

Mas o PCP não faz dos interesses vitais do povo e do País, não faz da Reforma Agrária e das outras grandes conquistas da Revolução portuguesa, moeda de troca de acordos partidários.

O PCP não procura entendimentos oportunistas mas acordos políticos reais que abram caminho à solução dos problemas e à saída da crise.

O PCP é e será, para com quem a ele se alie, um aliado leal e seguro. Mas nunca dará cobertura a uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, nunca dará cobertura a um governo de coligação do PS com o CDS ou o PPD.

Antes da queda do Governo em 8 de Dezembro, depois

nas consultas feitas pelo Presidente da República, ultimamente nas negociações com o PS e com o indigitado Primeiro-Ministro, o PCP mostrou extrema boa vontade de dar a sua participação para a solução da crise na base de um acordo negociado. Mantemos inteiramente essa nossa disposição.

Se não se concretizar agora uma solução democrática, lembramos que o recurso a eleições gerais antecipadas é uma possibilidade constitucional e que só o fascismo e a reacção podem pôr em causa a possibilidade de que elas sejam realizadas, tal como determina a Constituição da República Portuguesa, cujo cumprimento é obrigatório para todos os portugueses e para todos os partidos, incluindo aqueles que votaram contra a Constituição ou fazem agora campanha contra ela.

Toda a evolução da crise governamental, mais pôs em evidência que, no quadro dos grandes partidos políticos, um único partido aparece defendendo consequentemente os interesses dos trabalhadores, defendendo as conquistas da Revolução, apresentando um caminho nacional e patriótico para a saída da crise: o Partido Comunista Português.

Num tal quadro político nacional o reforço do PCP revela-se como factor essencial para uma saída democrática para a crise.

Podemos estar completamente certos: se o PCP não fosse o grande Partido que é, se não defendesse tão consequentemente os interesses do povo e as conquistas da Revolução, se não fosse tão amplo e tão sólido o apoio que lhe dão a classe operária e as massas trabalhadoras, de há muito teríamos em Portugal um governo abertamente reacconário.

Creio que estareis todos de acordo se eu afirmar que a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução será tanto mais assegurada, uma saída democrática para a crise será tanto mais possível, quanto mais forte, mais dinâmico, mais influente, mais enraizado nas massas, mais coerente, firme e confiante for o nosso glorioso Partido.

A Promoção «Conquistas de Abril»

Neste contexto, a Promoção "Conquistas de Abril" que o Partido acaba de realizar e de que este início marca o encerramento oficial, adquire foros de um grande acontecimento político nacional.

Só por si, a Promoção constituiu uma extraordinária realização de massas, uma extraordinária acção de esclarecimento, de propaganda, de dinamização, em que se inseriram milhares de iniciativas, reveladoras da vitalidade e militância das organizações do Partido.

A Promoção "Conquistas de Abril" encerrou com chave de ouro na vida do Partido o ano de 1977 — ano assinalado por uma intensa actividade de massas do Partido, por grandes iniciativas e lutas unitárias, cujo êxito é inseparável da acção dos comunistas, por outras grandiosas realizações na vida do Partido como a campanha dos 50 000 contos que atingiu quase 70 000, a Conferência Económica do PCP que culminou um debate e um trabalho colectivo criador apontando a saída da crise, em que participaram mais de 30 000 trabalhadores, a "Festa do Avante" que alguns julgavam poder enterrar nos matagais do Jamor, e que atraiu cerca de meio milhão de pessoas na mais maravilhosa realização artística, cultural, política e festiva jamais realizada em Portugal.

Agora, na Promoção "Conquistas de Abril" o Comité Central indicara em 31 de Julho, como meta, mais 10 000 novos membros até ao fim do ano.

O resultado final alcançado de mais 27 167 novos militantes constitui mais um êxito retumbante que ultrapassa de longe as previsões mais optimistas.

Já neste início, o camarada Ângelo Velloso fez o balanço da Promoção. Permite que diga ainda algumas palavras sobre o assunto, mesmo com o risco de eventualmente repetir ideias já expressas.

Os traços mais salientes da Promoção têm transcendente significado.

O afluxo massivo ao Partido de mais 27 mil militantes traduz o aumento da influência, do prestígio e da autoridade do PCP, a crescente confiança que nele deposita o Povo português, a compreensão da actividade do Partido e o apoio à política do Partido das massas trabalhadoras, de larguíssimos sectores sociais que se aproximam do Partido formando uma grande vaga política na crista da qual vêm os 27 mil novos militantes.

Esse afluxo traduz também, na situação de crise que se atravessa, a compreensão crescente de que o reforço do PCP é um factor fundamental para a saída da crise, para a defesa das liberdades e das conquistas da Revolução, para a consolidação do regime democrático.

O exame atento das 27 mil inscrições por regiões, por classes sociais, por idades, pelo sexo, é um espelho da natureza e das características do Partido.

O facto de que se verificou elevado número de inscrições em praticamente todo o País, é um magnífico sinal da implantação nacional do Partido.

Se é certo que o Partido continua surpreendentemente a crescer nas zonas industriais e na zona da Reforma Agrária (onde já dispõe de fortes organizações) — tendo registado mais 7 216 novas inscrições no distrito de Lisboa, 4 501 no Alentejo, 4 241 no distrito de Setúbal — também naquelas regiões onde se criou a falsa ideia de que são reacconárias, também aí — na DORN com 4 653 novas inscrições e na DORB com 1 979, — se vê que a reacção perde terreno, o povo compreende cada vez com maior clareza a situação e vê no PCP o melhor defensor dos seus interesses.

O facto de que, dos novos membros do Partido, 12 007 (ou seja 44,2%) são operários industriais, 3 749 são operário agrícolas e pescadores e 4 293 são empregados, perfazendo, no conjunto, 58% de operários e 74% de operários e empregados, mostra bem a natureza do PCP como o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores cujo papel é determinante na luta de todo o nosso povo.

A eles se juntam classes e camadas não monopolistas, cuja aproximação do Partido se traduz nos milhares de adesões de agricultores, de técnicos, de intelectuais.

O facto de que se inscreveram no Partido 10 758 homens e mulheres de menos de 30 anos, dos quais 2 282 de menos de 20 anos, além daqueles que se inscreveram na UJC e na UEC, é uma prova de que a juventude vê no PCP o seu Partido, sendo bem certo que sabendo ganhar a juventude, o Partido tem o futuro assegurado.

O facto de que dos 27 167 novos inscritos, 7 145 (ou seja 26,3%) são mulheres é bem um testemunho da activa, destacada, combativa e entusiástica participação das mulheres na vida política, nas lutas do Povo português, nas fileiras da vanguarda revolucionária dos trabalhadores.

O êxito da Promoção "Conquistas de Abril" traduz também que o povo não se intimida pelas ameaças e campanhas da reacção nem esmorece pelas cedências da direcção do PS à direita, antes continua confiando na necessidade e na possibilidade de defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução, na necessidade e na possibilidade de prosseguir o regime democrático na perspectiva consagrada na Constituição à qual o PCP será sempre inteiramente fiel: a perspectiva do socialismo.

O êxito da Promoção mostra que o PCP aparece aos olhos do povo trabalhador, dos explorados, dos oprimidos, dos que anseiam liberdade e justiça, não apenas como o Partido indispensável no presente à defesa dos interesses do povo e à defesa das liberdades, das conquistas da Revolução, do regime democrático, mas como o verdadeiro Partido do futuro — do futuro livre, democrático, independente e socialista de Portugal.

Daqui dirijo, em nome do Comité Central, a todos os novos militantes do Partido, as mais calorosas e fraternais saudações, expressando plena confiança em que, nas fileiras do Partido que escolheis, vos sentireis sempre de consciência feliz e tranquila, ligados de alma e coração aos nossos elevados ideais de libertação humana, participando com entusiasmo na actividade e na luta do nosso glorioso colectivo partidário, contribuindo com o vosso esforço e a vossa opinião para a orientação de todos que deve ser a orientação de cada um, sendo no dia-a-dia do vosso trabalho e da vossa dedicação dignos das tradições gloriosas do glorioso Partido Comunista Português.

Cada vez mais numerosos, cada vez mais unidos, cada vez mais ligados à classe trabalhadora e às amplas massas da população, cada vez mais firmes na defesa dos interesses do Povo e da Pátria, estejamos confiantes em que a luta continua e a vitória será difícil mas será nossa.

Para a saída democrática da crise, para a defesa dos interesses do povo trabalhador, para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para a defesa do regime democrático consagrado na Constituição, para a defesa da independência nacional.

VIVA A UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODOS OS TRABALHADORES!
VIVA A UNIDADE DOS DEMOCRATAS!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

PATO

o ministro Barreto, caloroso defensor da recuperação latifundista, com os trabalhadores socialistas que ao lado dos comunistas trabalham numa mesma fábrica ou num mesmo escritório, ou nos campos.

Apesar de haver dirigentes do PS que se opõem a um entendimento com o PC, mas que o desejam com o CDS, ou com o PPD, apesar disso, há que contactar com todos os socialistas dispostos a dialogar, especialmente com os trabalhadores, e devemos fazê-lo, não para discutir os problemas internos do PS ou questões especulativas que a reacção procura utilizar em seu proveito, mas com o objectivo de encontrar pontos de entendimento para acções comuns.

Que isto é possível, mostram-nos as eleições sindicais realizadas no ano passado, onde houve 30 sindicatos em que triunfaram listas que integravam comunistas e socialistas.

UNIDADE NA LUTA

A luta pela unidade é parte inseparável da luta pela defesa das conquistas de Abril, e o sucesso dessa luta depende dos objectivos concretos das acções a desenvolver. A unidade não a desenvolver. A unidade no plano das reivindicações sociais liga-se à luta unitária em torno dos problemas políticos. A luta contra o desemprego, contra o aumento do custo de vida e pela melhoria ou actualização dos salários, é inseparável da luta pela defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo de gestão; a luta pelas liberdades é inseparável da luta em defesa da Constituição e da independência nacional.

Daqui nos dirigimos a todos os operários e trabalhadores

das cidades e dos campos, aos jovens trabalhadores e estudantes; às mulheres, aos militares, e intelectuais (professores, médicos, artistas); aos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes; aos camponeses que militam nos seus movimentos unitários; aos reformados e aos homens, mulheres e jovens que militam no movimento sindical, nas comissões de trabalhadores e de moradores, nas autarquias, na FEPU, nas colectividades de cultura, recreio e desporto; aos emigrantes, aos retornados, aos católicos, e de forma geral a todas as pessoas de formação cristã; a todos saudamos e manifestamos o desejo de que intervenham de forma útil e positiva na resolução dos problemas nacionais, na construção de uma vida melhor que garanta aos portugueses a concretização das suas legítimas esperanças e aspirações num Portugal democrático e independente.

A todos dizemos e a todos apelamos: cooperem e alie-se à luta dos comunistas, porque não se pode defender a democracia sem o PCP; não se pode ser revolucionário lutando contra o PCP; não se pode construir o socialismo sem o PCP!

O PCP está aberto à cooperação e à unidade com todos os que anseiam defender e consolidar a democracia, a independência nacional e as conquistas de Abril.

Viva a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas e portugueses defensores das liberdades, do progresso social e do socialismo!

Viva o Partido Comunista Português!



O camarada Álvaro Cunhal falando para a enorme multidão presente no comício do Campo Pequeno



O camarada Octávio Pato no uso da palavra



A confiança no futuro foi uma das tónicas dominantes da grande jornada política promovida pelo PCP no Campo Pequeno.



A já velha sede da DORA. Otto divisões exiguas, algumas conseguidas com tabiques de madeira

VAMOS TODOS AJUDAR A D.O.R.A. A TER UMA NOVA SEDE!

O actual Centro de Trabalho da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) tornou-se extremamente pequeno. A sua pequenez está a prejudicar o desenvolvimento do nosso trabalho de organização e de direcção.

É necessário arranjar um novo Centro de Trabalho que responda às exigências das tarefas do Partido e à imagem da nossa organização no Alentejo.

A DORA está situada numa das zonas de maior influência do Partido — o Alentejo. Está no coração da Reforma Agrária. Está na zona onde o Partido tem o maior número de autarquias e as maiores percentagens de votação. É necessário uma sede que responda às muitas tarefas que esta realidade histórica nos coloca.

Esta é a primeira parte do texto de uma carta-apelo distribuída pela DORA, na qual se anuncia uma Campanha de fundos, iniciada em Dezembro último e a terminar em Junho próximo. Meta — 3 mil contos. Objectivo — a compra de terreno ou de um edifício para construir o novo Centro de Trabalho. Já as primeiras iniciativas foram levadas a cabo, já as primeiras respostas a este apelo surgiram, permitindo, em pouco tempo, juntar mais de duzentos contos. A carta, enviada aos militantes e aos amigos, possui um talão a ser devolvido com a contribuição mínima de 100 escudos; e já muitos foram recolhidos com aquela importância — ou mais!

Decidimos saber mais desta Campanha que se desenvolve no Alentejo. E fomos a Évora falar com os camaradas.

Só o trabalho aquecia os que nessa manhã se encontravam no Centro. O frio penetrava nos

exíguos compartimentos transformados em salas e gabinetes de trabalho. Num deles fomos recebidos pelos camaradas António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central e António Casimiro, suplente do CC e membro da DORA. Foi a este último que perguntámos como tinha surgido a ideia de uma Campanha para o novo Centro.

— A ideia de uma nova sede surge com o desenvolvimento da organização no Alentejo — respondeu-nos. A ideia não é nova, pois aqui temos apenas 8 salas de trabalho, algumas conseguidas com divisórias de madeira e não há condições para fazer o trabalho que o aumento do número de militantes, não só no Alentejo mas em Évora, exige. O desenvolvimento do trabalho da DORA, com o alcance das conquistas, a implantação das autarquias e dos outros sectores, veio limitar a capacidade deste

Centro.

Quando da Campanha dos 50 mil contos, a DORA, não tendo embora atingido a sua meta, conseguiu angariar cerca de 3 mil e quinhentos contos, e começou-se então a pensar seriamente na criação de condições de trabalho para a Direcção Regional. Neste Centro funciona ainda a Comissão Distrital de Évora e os seus organismos, a Comissão Concelhia, com largas dezenas de organismos. Há dias em que não se encontra uma sala para reunir. Estão todas ocupadas, nem temos lugar para trabalhar as comissões de apoio à DORA. Nem sequer para a Comissão da Reforma Agrária.

Quando a DORA for para a nova sede, já que o Centro que se pensa conseguir é para sede da DORA, pensa-se continuar com estas instalações?

— Pensamos manter este

eie possa ter condições ou ser adaptado para albergar todos.

Temos as perspectivas a distância — continuou o camarada Gervásio —, prevemos o alargamento do trabalho do Partido. Não pensamos por isso num novo Centro que possa resolver apenas os problemas de espaço que hoje temos. De aqui a um ano já não caberíamos lá.

Na carta-apelo anunciou-se o início da iniciativa em Dezembro. Como tem decorrido nestes primeiros tempos?

— Sim, as iniciativas começaram em Dezembro e vão terminar em fins de Junho. O tempo não é muito, pensamos nós. Prevemos grandes iniciativas de massas que neste momento, no inverno, com o frio e a chuva, no Alentejo, não têm grandes possibilidades de serem concretizadas. Aqui não há grandes salas que nos cedam para esse efeito.



António Gervásio e António Casimiro ao «Avante!»: «Cada organização vai promover a sua iniciativa, dezenas de iniciativas dedicadas à Campanha»

Centro. Mas os organismos que aqui ficarão, isso depende das condições do novo.

Aqui o camarada António Gervásio interviu: — Houve quem pusesse a questão: porque não alugar um edifício em vez de comprar. Há várias razões. Uma delas é que há grande resistência dos senhorios para alugar uma casa ao Partido Comunista, embora se possa, por outro lado considerar a grande falta de casas, em Évora como em outros lados.

O camarada Casimiro lembrou: — Houve mesmo a perspectiva de alugar um Centro. Mas a renda que nos exigiam era inaceitável. Viemos depois a saber que o senhorio acabou por alugar o mesmo edifício ao Partido Socialista por menos de metade do preço!... É preciso não esquecer que os grandes proprietários, aqueles que têm casas com melhores condições, são também os grandes latifundiários...

Queríamos sublinhar — continuou o camarada A. Gervásio — que nos encontramos em zona de grande influência do Partido. O Alentejo tem mais militantes que alguns partidos comunistas europeus. Mas ao Centro de Trabalho não afluem apenas militantes. Muita gente cá vem, há dias em que não se cabe aqui. Quando conseguirmos o novo, pensamos no entanto manter este Centro. Embora não saibamos ainda, pensamos por exemplo na Juventude e nos Pioneiros, que não têm instalações. Isso depende das condições do novo edifício, que

No entanto já pode dizer-se que a aceitação desta Campanha tem sido muito boa. Logo no primeiro mês, mesmo com as tarefas que a organização tinha em mãos, foi possível angariar mais de 200 contos, com cartas, pequenas festas e dádilas.

Para fora do âmbito da DORA também tem havido boa aceitação — haverá iniciativas de apoio no Porto, no Barcelo, em Almada, Setúbal, Lisboa, Marinha Grande...

Tem a experiência da Campanha Nacional de fundos, e cada organização vai promover a sua própria iniciativa, dezenas, dedicadas a esta Campanha, com festas, bailes populares, convívios. Prepararemos algumas grandes festas na zona, para a Primavera, já no campo, com maior participação popular. Estamos confiantes de que atingiremos a meta. Pensamos mesmo ultrapassá-la...

Que esta campanha para a abertura de um novo Centro de Trabalho para a DORA não é uma questão de capricho. Os Centros são indispensáveis para o trabalho do Partido. O próprio nome — Centro de Trabalho — é feiz.

Temos necessidade de um Centro onde, além das salas de trabalho, possamos realizar sessões, debates, colóquios, onde possa haver uma maior vida colectiva.

O camarada Casimiro falou-nos então de como se organiza a Campanha.

— Além das iniciativas que já falámos há ainda outras que se prevêm ou foram já iniciadas. Uma delas é o porta-a-porta, uma forma de angariação que foi

prova durante a Campanha dos 50 mil contos. E também as contribuições especiais, que já começaram a aparecer — casos de simpatizantes que não só contribuíram mas pediram listas e trouxeram ao Partido milhares de escudos.

Foi constituída uma Comissão Regional para a Campanha, que integra camaradas dos três distritos e um camarada da Direcção Regional. Em cada distrito há um camarada com o fundamental papel de dinamizar a Campanha — com reuniões de quadros de concelhos e freguesias. Em alguns concelhos já se formaram comissões para apoiar a Campanha e na maior parte deles é o processo que vai seguir-se. Já hoje, em algumas células se destacam um ou dois camaradas para coordenar essa actividade.

Entretanto a Campanha não é virada para dentro. Pretendemos que ela vá junto de amigos e simpatizantes. E as comissões constituídas trabalham ligadas à estrutura do Partido, não se substituem à organização mas apoiam-na, no sentido de evitar que a organização se desligue desta tarefa.

Levamos já a cabo algumas reuniões de quadros a nível distrital, concelhio e mesmo reuniões plenárias em algumas células e verifica-se uma grande compreensão à iniciativa da DORA, um grande apoio.

O camarada Gervásio precisou: A Campanha insere-se no reforço da organização, vamos aproveitá-la para falar do papel e da função do Partido. Não se trata apenas de alcançar um objectivo financeiro mas de contribuir para o reforço do Partido.

Nun concelho onde a acção dos comunistas remonta à data da fundação do Partido, com especial incidência junto dos heróicos mineiros de S. Pedro da Cova, que funcionou como cabeça-de-ponte, a história e a luta do PCP confundem-se e catalizou a resistência do povo do concelho de Gondomar contra a exploração, a opressão e a repressão dos 48 anos de fascismo. Já em 1923, a acção do nosso Partido se fez sentir na grande greve dos mineiros que tão grandes repercussões teve. Centenas de comunistas daquela zona passaram pelas masmorras das várias polícias políticas criadas pelo fascismo (INFORMA, PVDE, PIDE e DGS).

Nas novas condições criadas pela madrugada libertadora de Abril, a acção do nosso Partido ampliou-se e permitiu a organização de importantes iniciativas em defesa dos interesses populares e na expulsão dos fascistas dos órgãos de poder local. A partir da formação da 1.ª Comissão Concelhia, em Junho de 74, desenvolveram-se esforços para a abertura de um Centro de Trabalho que, dias depois, foi instalado em Valbom. Em cerca de um mês, foram constituídas seis comissões de freguesia (Rio Tinto, S. Pedro da

e 6,7% vários. No relatório é acentuada a baixa expressão da percentagem de camponeses e defendida a necessidade de serem mobilizados esforços da organização para melhorar o panorama actual, tal como no que concerne às mulheres, cuja percentagem é mais baixa do que a média geral do Partido.

Realçando a urgência de ser melhorado o trabalho de direcção e intensificada a luta ideológica, do estudo e distribuição dos documentos e materiais do Partido, da criação de cursos de quadros, da realização de comícios, de sessões de esclarecimento e debates, o informe do organismo de direcção cessante salientou a importância de serem levadas à prática as conclusões aprovadas na reunião de quadros de Gondomar, realizada em Outubro do ano transacto.

No capítulo da informação e propaganda, o documento aprovado na Assembleia Concelhia salienta a importância de ser intensificada a venda do "Avante!" órgão central do Partido, do seu boletim de organização, "O Militante", cuja distribuição é reduzida, regista a boa preparação da organização na preparação e participação nas duas edições da Festa do "Avante!". No entanto, frisa, "para

A concluir, aponta "a necessidade de serem tomadas medidas no sentido de melhorar a estrutura e capacidade organizativas do Partido, nomeadamente nas freguesias do Alto Concelho, de forma a ser possível levar a cabo, mais ampla e intensamente, o trabalho político que se impõe desenvolver".

Além de importantes resoluções visando o reforço da influência do nosso Partido junto dos trabalhadores do concelho, em particular dos marceneiros, dos ourives e metalúrgicos o documento apresentado pelo organismo de direcção local definiu a posição dos comunistas relativamente às autarquias locais, ao movimento popular, às cooperativas e colectividades igualmente, no que concerne aos transportes, à educação e à saúde pública foram apresentadas soluções e propostas. De registar, uma moção aprovada no decurso dos trabalhos, a enviar ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, à Comissão de Agricultura da RA, exprimindo o desagrado pela nova lei do arrendamento rural, a lei dos senhorios ricos, pela lei da contra-reforma agrária, "por serem contrárias aos interesses nacionais", e o apoio aos rendeiros, aos pequenos e médios agricultores "na sua justa luta por



Comunistas de Gondomar: a organização avança

Cova, Valbom, S. Cosme, Fânzeres e Jovim). Em Setembro de 74 surgiram as comissões de freguesia de Meses e Foz do Sousa. Um mês depois, o Partido dispunha de mais de duas dezenas de organismos e de dois centros de trabalho.

O trabalho realizado desde então, permitiu a ampliação da influência dos comunistas, que dispõem de sete centros de trabalho e cerca de quatro dezenas de organismos, compreendendo Comissão Concelhia, comissões de freguesia, comissões locais, células de empresa, etc. Dos militantes do PCP, 73,9% são operários, 15,0% empregados e funcionários; 2,5% técnicos e intelectuais; 1,1% camponeses

um melhor trabalho, seria necessária: a criação de uma estrutura de quadros especializados nesta tarefa, que pudesse dar resposta pronta e imediata aos acontecimentos no concelho; a realização de reuniões periódicas com outros organismos do concelho de Gondomar. Antes de terminarmos a sessão, foram lidas numerosas saudações enviadas por organizações do Partido e uso da palavra um dos membros eleitos para a concelhia.

De seguida, usou da palavra o director do "Avante!" que expôs a posição do PCP no momento actual e salientou a importância da realização desta importante reunião plenária, que terminou com uma sessão de canto livre.

uma política agrícola que os defenda".

A nova Comissão Concelhia, composta por 34 membros, foi eleita por maioria absoluta e foi calorosamente saudada por todos os participantes na reunião plenária dos comunistas do concelho de Gondomar. Antes de terminarmos a sessão, foram lidas numerosas saudações enviadas por organizações do Partido e uso da palavra um dos membros eleitos para a concelhia. De seguida, usou da palavra o director do "Avante!" que expôs a posição do PCP no momento actual e salientou a importância da realização desta importante reunião plenária, que terminou com uma sessão de canto livre.

Organismo do Trabalho Camponês da DORL OS PROBLEMAS E AS REIVINDICAÇÕES DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

Com a presença de mais de uma centena de pequenos e médios agricultores, de alguns técnicos agrícolas e de vários dirigentes das organizações concelhias e da DORL do PCP, decorreu no passado dia 15, no cinema de Sobral de Monte Agraço, o 1.º Encontro de Quadros do Organismo do Trabalho Camponês da DORL.

Durante a reunião, caracterizada pela participação viva e interessada de todos os camaradas presentes, foram abordados os principais aspectos relacionados com o trabalho de organização e com os problemas e reivindicações dos pequenos e médios agricultores do distrito de Lisboa.

A realização do Encontro culminou um intenso debate preparatório, que se desenrolou numa série de reuniões dos organismos concelhios do trabalho camponês, em que participaram, além de camponeses comunistas, muitos pequenos e médios agricultores sem partido, cuja contribuição foi de grande importância para o melhor conhecimento e análise da situação, e para o bom êxito do Encontro.

Da mesa que orientou os trabalhos fazia parte a camarada Margarida Tengerinha, do Comité Central e da DORL (que presidiu); e os camaradas Martins Coelho e Euclides Pereira, ambos da DORL; Vítor Louro, presidente da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República e deputado do PCP; António Bica, da direcção da Cooperativa da Reforma Agrária (CRA) e ex-secretário de Estado da Estruturação Agrária; Joaquim Casimiro, pequeno agricultor de Alenquer e membro do Organismo do Trabalho Camponês da DORL; Fernando Miranda, José Luís e José Sérgio, pequenos agricultores de Torres Vedras e membros do mesmo organismo; Joaquim Diogo Velez, do OTC, pelo concelho de Loures; Manuel Barros, pequeno agricultor, do OTC de Sobral de Monte Agraço; e Nair Alves, do OTC da DORL.

O ministro Barreto fez a política da CAP ao serviço dos grandes proprietários e armazémistas, dos grandes intermediários e senhorios ricos (...). Qualquer agricultor não poderá deixar de compreender que qualquer aliança do PS com os partidos da direita é contrária aos interesses dos que trabalham a terra, assim como aos de todos os trabalhadores — afirmou o camarada José Casimiro, no decorrer do Encontro. Detendo-se em particular nas questões relacionadas com a comercialização, preços, ex-

pelos agricultores comissões instaladoras constituídas por agricultores sérios, surgem todos os obstáculos para serem empossados e iniciarem a sua actividade.

O camarada José Casimiro referiu-se em seguida, à falta de palha e de rações; à especulação e ao acambramento destes produtos; ao aumento do preço das máquinas e alfaias, do gasóleo e dos fretes e ao consequente aumento do aluguer dos tractores; à grande subida da taxa de juros do Crédito Agrícola de Emergência; à lei dos senhorios ricos, proposta na AR pelo PPD e apoiada também pelo PS e pelo CDS; e ao deficiente serviço da Previdência Rural.

Salientando que a aprovação da lei do PPD veio abrir as portas a todas as arbitrariedades e violências, aquele agricultor comunista declarou: No distrito de Lisboa têm sido muito numerosas as tentativas de expulsão dos rendeiros, chegando a casos, como por exemplo no Palos, concelho de Alenquer, em que o rendeiro foi perseguido a tiro pelo senhorio. No concelho de Loures, os rendeiros são ameaçados de despejamento das terras do Conde de Mondim, nos Tojaís, que são expropriáveis. Encorajada pela nova lei, uma agrária tenta obrigar 53 rendeiros da Quinta do Roberto, no Flandal (Alenquer) a passar do contrato de arrendamento à parceria.

De todos os problemas que afectam os camponeses —

é a Previdência o mais sentido por nós todos e o mais descuidado pelas entidades responsáveis. Actualmente, as pensões de reforma e invalidez pagas através das Casas do Povo são de 900\$00 mensais para os homens e 600\$00 para as mulheres, como se as mulheres não tivessem o mesmo direito à alimentação — afirmou, por seu turno, o camarada José Luís.

Depois de referir que estas pensões de miséria são as mesmas de há 3 anos, enquanto no mesmo espaço de tempo o custo de vida subiu 4 vezes mais, e que há freguesias onde os reformados não recebem nada há dois meses, aquele agricultor-rendeiro de Torres Vedras enunciou, em linhas gerais, as justas reivindicações do Secretariado Distrital das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, representativo de milhares de pessoas: 1 — aumento das pensões para 1750\$00 (iguais para homens e mulheres); 2 — abono de família para todos os agricultores; 3 — pagamento das pensões sem atraso e num dia certo; 4 — reforma de velhice aos 65 anos; 5 — criação de novos postos médicos; 6 — medicamentos gratuitos para a "terceira idade"; 7 — Previdência igual para todos, tanto nos campos como nas cidades; e criação de um Seguro para cobrir os prejuízos das colheitas e do gado, como aponta a Constituição no artigo 102.º

De todos os problemas que afectam os camponeses —

REUNIÃO DE QUADROS DO PCP NAS UCPs E COOPERATIVAS

Realizou-se no passado sábado no Centro de Trabalho de Setúbal uma reunião de quadros do PCP nas UCPs e Cooperativas dos distritos da zona da Reforma Agrária. Foi feita uma apreciação sobre o estado das culturas e foram discutidas linhas de orientação a seguir no campo da produção animal e vegetal.

Relativamente ao primeiro ponto constatóu-se o adiantado estado das culturas cereíferas. Salientando o grande êxito da campanha de sementeiras decidida e realizada pelos trabalhadores, e na certeza de que elas são indispensáveis ao bem-estar do povo português mas precisam de cuidados até às colheitas, discutiu-se as

medidas a tomar face à questão fundamental da necessidade de créditos para salários e aquisição dos factores de produção necessários às searas, às culturas de Primavera e à produção agro-pecuária em geral, e crédito para investimentos indispensáveis ao desenvolvimento da agricultura.

Relativamente ao segundo ponto e à luz das conclusões da II Conferência da Reforma Agrária e da experiência dos anos anteriores foi reconhecida como linha de trabalho fundamental o aumento da produção por hectare, utilizando melhores técnicas culturais. Foi

COMUNISTAS DE TORTOSENDO — MAIS DE 40 ANOS DE LUTAS

Com uma população que ronda os 6 mil habitantes, esta vila operária ocupa um lugar importante na tradição de luta em defesa das liberdades democráticas contra a tirania e a opressão fascistas.

Esta uma frase do relatório da comissão de Freguesia do Partido, proferida durante a 1.ª Assembleia de Freguesia de Tortosendo, que se realizou nas instalações dos «Unidos Futebol Clube» daquela vila no passado dia 15.

Iniciada pelas 10.30 horas da manhã com a participação de cerca de 150 delegados e de uma centena de convidados, a Assembleia contou com a presença das camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central, Carlos Luís Figueira e José Pedro Soares, membros do CC e dos membros da Comissão Distrital camaradas Abílio e João Pessoa.

Caracterizando, do ponto de vista económico e social, a freguesia, o relatório acentua

o maior peso económico do sector industrial que emprega a maioria da população. No sector industrial — acrescenta-se — é da indústria dos lanifícios que depende o grosso dos habitantes de Tortosendo. Apesar da crise que atravessa, esta indústria emprega 1.011 operários (34,8 por cento de mulheres e 65,4 por cento de homens) distribuídos por 17 empresas.

O sector agrícola situa-se em segundo lugar, abrangendo 371 camponeses e caracterizando-se a estrutura agrária pela predominância da pequena propriedade, por um lado, e pela forte incidência de arrendamento por outro.

O relatório, que ocupou os trabalhos durante toda a manhã, integrava peças importantes para a compreensão das realidades e das lutas que os comunistas e os democratas da freguesia levam a cabo. Nele se diz, a dado passo:

O nosso glorioso Partido está vivo e activo no Tortosendo há

mais de 40 anos. Desde as greves de 41/42, desde as pequenas as grandes lutas, os comunistas e o seu Partido — o PCP — estiveram na primeira linha de combate por melhores condições de vida e de trabalho, pela liberdade e pela justiça social.

Por isso os comunistas foram o primeiro alvo do fascismo em 1941/42, em 1946 e em 1963 e em muitas outras datas dezenas de comunistas e outros democratas de Tortosendo e da Covilhã foram perseguidos, presos e torturados pelas polícias políticas do fascismo.

Cerca de vinte delegados intervieram, reflectindo as suas palavras os problemas e as realizações dos vários organismos do Partido, desde as células de empresa aos organismos de mulheres, reformados, trabalho camponês e outros.

Da parte da tarde, em sessão reservada aos delegados, foi eleita nova Comissão de Freguesia,

composta por 23 camaradas, com a idade média de 35 anos, representando os operários quase 70 por cento dos eleitos. Foi ainda aprovado um documento final de resolução, em oito pontos, que a nova Comissão de Freguesia, com a participação e apoio de toda a organização, irá levar à prática.

Na sessão de encerramento, em que participaram mais de 400 pessoas, falou o camarada Carlos Luís, que se referiu essencialmente aos aspectos organizativos do Partido.

Finalmente o camarada Carlos Brito tomou a palavra sobre a situação política actual, referindo-se em particular aos aspectos decorrentes da formação do novo Governo.

A 1.ª Assembleia da Freguesia de Tortosendo, que terminou em ambiente de grande confiança nas perspectivas de trabalho que se abrem, foi considerada pelos camaradas como um passo importante na vida da organização local do Partido.



Esquerdismo-2

O esquerdismo tem raízes sociais, económicas e políticas e traços de comportamento bem definidos, tem origens e efeitos conhecidos da história, em certos casos com trágicas consequências. Engels já denunciava este tipo de indivíduos que apresentam «a própria impaciência como argumento teórico» e Lenine desmascarou e combateu duramente o «pequeno-burguês enfurecido» que se passa «facilmente para uma posição ultra-revolucionária mas é incapaz de manifestar serenidade, espírito de organização, disciplina e firmeza».

No nosso país, multiplicam-se os grupos e grupinhos esquerdistas, fazem-se revisões, constituem-se, reorganizam-se, reconstróem-se, dissolvem-se, fraccionam-se e subfraccionam-se, querendo cada um ser mais «revolucionário» que os outros, querendo todos construir, reconstruir, organizar ou reorganizar o partido do proletariado. Têm, apesar dos diversos matizes, origens e traços comuns: são de origem intelectual pequeno-burguesa e estudantil e ferocemente anticomunistas e antisoviéticos. Para além disso manifestam todos a mesma incapacidade de analisar as situações concretas e de encontrar uma orientação e uma tática correctas; a mesma incapacidade de definir o inimigo principal em cada fase da luta; a mesma acção divisionista e desagregadora em todas as frentes de luta, facilitando o agrupamento das forças da direita; a mesma acção provocatória em benefício da direita; a mesma política de alianças sem princípios; a mesma glorificação das minorias activas e o mesmo desprezo pela classe operária e as massas, apesar de nelas falarem constantemente; a mesma incapacidade de avaliar correctamente a correlação de forças e de reconhecer a necessidade de, em determinadas circunstâncias, saber recuar para reorganizar as forças; a mesma marginalidade em relação ao processo político e às realizações populares.

A sua orientação, palavras de ordem e actuação seriam apenas ridículas e grotescas se não tivessem gravíssimas responsabilidades por pesadas derrotas para que arrastaram, com a sua falta de serenidade, de lucidez e de perspectivas políticas, muitos trabalhadores e pela influência que tiveram em certos sectores das Forças Armadas.

Muitas vezes se tem tornado impossível distinguir, nos seus efeitos e consequências, as acções de aventureirismo dos esquerdistas das provocações dos reacçãoários.

Mas necessário se torna distinguir entre os que são influenciados pela ideologia esquerdista e aqueles que escondem o seu anticomunismo sob uma máscara pseudo-revolucionária, isto é, entre o trabalhador enganado ou pouco esclarecido, mas generoso no seu empenho revolucionário, e o «dirigente» esquerdista, radicalista pequeno-burguês, conscientemente empenhado em actividades intrigantes, divisionistas e de hostilidade em relação à classe operária e ao Partido.

Entre os que não podem ser benevolmente encarados apenas como esquerdistas conta-se o grupo anticomunista UDP/PCP(R).

As posições assumidas pela UDP/PCP(R) durante a recente crise política confirmaram, para quem ainda tivesse dúvidas, a coincidência da sua prática com as posições políticas e os objectivos da direita, os seus intentos anticomunistas e provocatórios, as suas concepções pseudo-revolucionárias.

Com efeito, a UDP/PCP(R), que ninguém viu nem vê onde quer que os trabalhadores lutam e resistem contra a recuperação capitalista e latifundista — reaparece agora, não para combater a reacção, mas para dividir os democratas, para procurar diminuir a influência, o prestígio e o apoio de massas do PCP. Num momento em que a eventualidade de uma alternativa de direita preocupa muito justamente os trabalhadores e os democratas portugueses, a UDP/PCP(R) reaparece para combater a possibilidade de uma alternativa de esquerda. O que aliás não é novo na prática deste grupo anticomunista.

A UDP/PCP(R) tem em relação à composição e à política dos órgãos de poder uma posição de aparente marginalização, típica do radicalismo pequeno burguês. Procurando fazer crer que para os trabalhadores, em nome de quem diz falar, a questão do poder é indiferente, procurando alhear os trabalhadores das grandes batalhas por uma política e um governo democráticos, a UDP/PCP(R) revela as suas verdadeiras intenções e objectivos políticos quando mostra, pela

prática, quais são os alvos da sua luta e das suas provocações.

Tomemos dois exemplos: o V Governo Provisório e o Governo PS. Em relação ao primeiro disse a UDP/PCP(R): «Tal governo não passa de uma salada russa». (Voz do Povo, 5.8.75). «O V Governo provisório nada mais tem para oferecer ao povo do que a miséria, o desemprego, o servilismo face aos imperialismos e a cობardia perante o avanço do fascismo». (Voz do Povo, 25.8.75).

«A política de Vasco Gonçalves... era uma política de conciliação com os reacçãoários e de traição e de desprezo pelo povo». (Depoimento da UDP para a revista Flama, 19.9.1975).

A atitude da UDP/PCP(R), grupo que também utiliza a expressão «gonçalvismo» para designar o período mais criador da revolução portuguesa, em relação ao Governo PS foi em certos casos concordante com a constituição de «um governo homogéneo socialista» (Acácio Barreiros, Diário de Notícias, 20.7.1976) e sempre mais comedida:

«A atitude da UDP é de expectativa (...) perante a alternativa em que se encontra o PS: ou governar contando com a força e iniciativa do povo ou atacar o movimento popular». (Editorial de «25 de Abril do Povo» de 24.7.76).

A alternativa perante a qual se encontrava o PS era a aliança com a direita, que veio a verificar-se tal como o PCP previra e prevenira, ou a formação de uma maioria de esquerda com o PCP. Não era a primeira mas a segunda hipótese que atormentava a UDP/PCP(R). A UDP/PCP(R) era peremptória quando defendia que «O PCP não pode fazer parte do governo... Onde toca, estraga» (conferência de Imprensa de Afonso Dias, em 29.4.1976), e regozijava-se ao afirmar que «as sinistras perspectivas do PCP não têm futuro» (editorial de «25 de Abril do Povo», 10.7.1976). O imperialismo e a reacção desenvolviam também todos os esforços, manobras e chantagens nesse sentido.

Agora a UDP/PCP(R) aparece a dizer não a todas as fórmulas possíveis de governo, mas fazendo finca pé na sua argumentação contra «um governo de maioria de esquerda» pois que, em seu entender, o «falso PCP de Álvaro Cunhal (...) não é capaz de assegurar uma verdadeira e coerente política de esquerda» (editorial de Voz do Povo, de 15.12.77).

Apesar de agitar frequentemente o slogan do «Governo do 25 de Abril do Povo» — (que é filho directo da tese ridícula e reacçãoária formulada pela UDP/PCP(R) de que não houve um, mas sim dois 25 de Abril, «o dos tubarões e o do povo» (!!!), — à pergunta sobre «qual a alternativa para a actual situação» a UDP/PCP(R), não conseguindo explicar nem como nasceria nem quem faria parte de um tal governo, responde esclarecedoramente:

«A nossa alternativa não é (...) nenhuma fórmula de governo», (editorial da Voz do Povo de 15.12.77).

A «ALTERNATIVA» DA UDP

Afirma a UDP que um Governo assente num acordo PS-PCP não seria solução para a crise política. E vai mesmo mais longe, acrescentando que «não é no Parlamento (...) que se encontra a resposta para a situação actual» (editorial do Bandeira Vermelha, de 15.12.77). Mas, no fundo que concepção se esconde por detrás deste palavreado?

Nem mais nem menos, que a UDP escolhe o preciso momento em que as forças reacçãoárias concentram ataques e manobras contra a Constituição e as instituições democráticas, para também ela, ao fim e ao cabo, vir defender «soluções» fora do quadro da Constituição e das instituições democráticas.

Os trabalhadores, as forças democráticas, travam intensa e constante luta em defesa do respeito da Constituição da República que é indissociável da defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução. Sabem que quem está interessado em alcançar «soluções» por via da conspiração antidemocrática e do golpismo são as forças de direita e da reacção. Provocatoriamente, a UDP, pelo contrário, com palavreado óco e demagógico e pretensamente de «esquerda» faz força e tenta criar ilusões na mesma

direcção em que a direita está interessada: decidir a questão do poder e do governo fora do quadro constitucional.

Desta forma, melhor se compreende que a UDP nas «quatro bandeiras de luta» que aponta na presente situação inclua não o respeito da Constituição mas apenas «a defesa das liberdades democráticas e de outros aspectos progressistas da Constituição». Quer isto dizer que a UDP/PCP(R) lê e defende a Constituição aos bocados, o que constitui mais uma «coincidência» entre as posições da UDP/PCP(R) e os objectivos da direita reacçãoária. Neste momento, atacar um ou outro aspecto da Constituição, como fazem a UDP/PCP(R) e a reacção, é facilitar o ataque global contra a lei fundamental da República Portuguesa.

Esquecendo que, independentemente da opinião que se possa ter sobre esta ou aquela solução adoptada pela Assembleia Constituinte, a que a UDP chamava «esse antro de fascistas, esse saco de lacraus» (Voz do Povo, 12.8.1975), a Constituição tem de ser defendida como um todo, assim como o regime democrático que ela consagra, a UDP junta-se à reacção no mesmo propósito: pôr em causa a Constituição, abrindo caminho para a sua liquidação.

A UDP/PCP(R) À MARGEM DO PROCESSO E DAS CONQUISTAS POPULARES

Em Janeiro de 1976, numa altura em que a direita reacçãoária estava fortemente animada e desencadeava uma ofensiva violenta contra a democracia, procurando evitar a promulgação e a entrada em vigor da Constituição, o deputado da UDP Afonso Dias, em entrevista ao «Diário de Notícias», pronunciou-se a favor de que se submetesse a Constituição a um referendo, tal como a reacção pretendia.

Tal como em relação à Constituição, também em relação às conquistas da revolução a UDP/PCP(R) as encara à partida com desconfiança e hostilidade, descobrindo-lhes, tarde e a más horas e só quando já seria ridículo negá-lo, o significado revolucionário. Da Reforma Agrária, começou a UDP/PCP(R) por dizer que era «uma manobra do PCP» que estava a «empurrar os pequenos e médios agricultores contra os assalariados rurais». No seu «Programa Político» (Março de 1976) no capítulo sobre a Reforma Agrária, a UDP aponta como tarefa central em relação a essa grande conquista «denunciar as manobras» dos comunistas «e lutar com o povo para expulsá-los do seu solo». O que a CAP não desdenharia de incluir no seu programa para a reconstrução dos latifúndios.

Sobre as nacionalizações a UDP, como o PPD, começou por atacá-las acusando-as de ser o caminho para o «capitalismo de Estado» ou o «Estado-patrão».

Por outro lado, a UDP não consegue esconder a perspectiva reformista com que encara as transformações revolucionárias nas estruturas económicas limitando-lhes os objectivos à defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, ignorando que a única maneira de os defender é fazer avançar a economia em direcção ao socialismo. É dentro dessa perspectiva reformista que a UDP combate em 1975 a batalha da economia com o argumento de que já um ano antes Spínola fazia apelos ao aumento da produção. Só que entre os apelos de Spínola e os de 1975 havia uma considerável diferença na situação política e nas estruturas económicas: mais de 200 empresas nacionalizadas e mais de 150 sob intervenção do Estado, cerca de 1 milhão de hectares de terra sob o controlo dos trabalhadores.

Hoje que fala em conquistas da revolução, a UDP/PCP(R) não explicou ainda como é que numa situação política tão complexa e numa correlação de forças tão instável, os trabalhadores terão conseguido vencer tantas batalhas e unificar politicamente as suas lutas, ao que diz a UDP/PCP(R) sem direcção política e sem organização. Isto é, na sua óptica, sem a UDP/PCP(R).

A verdade é que, apesar de todo o seu palavreado demagógico, a UDP/PCP(R) andou sempre à margem do processo político e das conquistas e realizações populares.

(Continua no próximo número)

Em Riba d'Ave

CANTADAS AS «JANEIRAS» DE PORTA-A-PORTA

Com forte tradição em todo o País, mas principalmente no Norte, é hábito nos primeiros dias do ano cantarem-se as «Janeiras» ou os «Reis» — como é uso chamarem-se — de porta em porta. Respeitando esta tradição, um grupo de cerca de meia centena de camaradas de Riba d'Ave participou numa iniciativa que, tal como no ano anterior, teve assinalável êxito.

Entre o dia 5 do corrente mês e o último domingo visitaram diversos lares de famílias progressistas daquela localidade a cantar os «Reis».

Fuscado será dizer o óptimo acolhimento testemunhado à «rusga». Além de serem

fraternalmente recebidos pelos amigos e camaradas, conseguiram angariar cerca de 13 contos para o Partido.

Pelo inédito da iniciativa e para que a experiência se repita, aqui se divulgam duas das quadras entoadas pela «rusga» de porta em porta em Riba d'Ave:

Democratas progressistas que nesta casa vivéis estão aqui os comunistas que vos vêm cantar os «Reis».

Que nesta casa morais pessoas de bem-fazer seremos cada vez mais para lutar, para vencer

CAMARADAS FALECIDOS

Vítima de doença prolongada veio a falecer o camarada Mário dos Reis Nunes, que contava 73 anos de idade e era natural de Portimão. Maquinista marítimo, o camarada falecido foi marinheiro dos quadros da Marinha de Guerra e participou na Revolução de 28 de Fevereiro, tendo sido deportado para África onde esteve preso 5 anos.

Na passada semana faleceu o camarada Manuel Valente Júnior, de 54 anos de idade, ferroviário, natural de Vila Nova e residente em Faro. Militante antifascista de longa data, distinguia-se depois do 25 de Abril como sindicalista activo. Mais de 600 companheiros de trabalho, amigos e camaradas, estiveram presentes no seu funeral.

Faleceu o camarada Claudino Fernando Brandão, membro da célula do «Diário Popular» onde trabalhou até pouco, pois fora reformado há cerca de 1 mês. Com 62 anos de idade, este camarada era casado com Idalina Soares Ferreira. De uma família de militantes, este camarada era muito estimado pelos seus companheiros de trabalho a quem o seu desaparecimento consternou.

No passado dia 10 de Janeiro, o Seixal, faleceu o camarada Paulo Sarto, membro da organização concelhia do Partido. Este camarada era empregado do Clube da Siderurgia Nacional.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

INICIATIVA DE FUNDOS

A Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP decidiu promover, conforme resolução tomada na 1.ª Assembleia da Organização do Concelho, uma Campanha de Fundos, com o objectivo de angariar 50 contos. Assim emitiu um comunicado em que pode ler-se:

O nosso objectivo imediato é a aquisição de um duplicador e de uma aparelhagem sonora, materiais de importância fundamental para a actividade do nosso Partido.

Dirigindo-se à população do concelho, este comunicado termina confiante de que as iniciativas várias que os comunistas de Castelo Branco vão preparar serão coroadas de êxito e permitirão ultrapassar o objectivo!

A CAMPANHA DA DORAL

Integrada na Campanha de Fundos da Organização Regional do Algarve, realizaram-se em Faro e em Portimão 14 convívios, os quais contaram com a presença de largas centenas de militantes e amigos do Partido.

Em 14 de Janeiro, esta Campanha de Fundos, que prevê a recolha de 500 contos, atingirá já a quantia de 173 mil escudos!

Projectam-se novas realizações a cujo anúncio os camaradas do Algarve devem estar atentos.

UM APELO

Com o objectivo de localizar uma tenda que serviu no Jamor, o camarada Carlos Augusto Carvalho, de Pombal, apela a todos os Centros de Trabalho onde se encontre material de Campismo proveniente do Vale do Jamor, Festa do «Avante!» de 77,

zona da DOROR, que contactem com urgência para a Contabilidade da CUF — Análise — (036) — 37170. Ou para Centro de Trabalho de Pombal — (036) — 22511.

INICIATIVAS PROGRAMADAS

No Algarve: Sábado, dia 21. Na Mexilhoeira Grande, Portimão, pelas 16 horas, na Sociedade, sessão de esclarecimento com o camarada Domingos Abrantes, do Secretariado do Comité Central Em Silves, no Centro de Trabalho, pelas 21 horas, o camarada Domingos Abrantes estará presente noutra sessão de esclarecimento Em Lagos, no Centro de Trabalho, reunião geral de militantes, pelas 21 horas para entrega dos cartões de 1978/79.

Domingo, dia 22 — Odeceixe, pelas 15 horas, no Café Adelino, o camarada Domingos Abrantes participa numa sessão de esclarecimento Em Odeceixe, também às 21 horas, no salão de baile, sessão de esclarecimento com Ildio Esteves, membro do Comité Central Em São Brás de Alportel, às 15.30 horas, reunião geral de militantes para entrega de cartões e discussão da situação política e de problemas da organização locais.

Na próxima 6.ª feira, dia 20, pelas 21.30 horas, o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, participa numa sessão de esclarecimento que terá lugar no Cineteatro de Alhos Vedros. Esta sessão é organizada pela Comissão Concelhia da Moita do PCP.

Em Seixal, no próximo sábado, pelas 21 horas, realiza-se um plenário de militantes que terá lugar na Sociedade Musical Sesimbrense Intervirá a camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central e serão entregues os novos cartões.

Na próxima 6.ª feira, dia 20, pelas 21.30 horas, o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, participa numa sessão de esclarecimento que terá lugar no Cineteatro de Alhos Vedros. Esta sessão é organizada pela Comissão Concelhia da Moita do PCP.

No sábado, dia 21 de Janeiro, a Comissão Concelhia de Cascais promove, a partir das 15 horas, uma Jornada de Convívio no Pavilhão dos Congressos do Estoril. O espectáculo «As Portas que Abril Abriu», participado pelo Grupo de Teatro Ensaio e Carlos Paulo, o filme «O Bairro de Viborg» e um comício com a participação do camarada José Magro, membro do Comité Central, estão previstos para esta jornada que se destina, para além do amplo convívio de comunistas e dos democratas que quiserem assistir, à entrega de cartões aos novos militantes.

Ainda em Lisboa, organizado pela Célula dos Músicos da Organização Regional de Lisboa do PCP, realiza-se no próximo domingo, dia 22 do corrente, pelas 21.30, no Teatro Municipal de São Luís, um Concerto pela Orquestra Sinfónica Popular de homenagem à violonista Ana Bela Chaves recentemente laureada com o primeiro prémio do Concurso de Interpretação Musical de Genebra. Do programa constam as seguintes obras: cinco peças op.44 para cordas de Hindemith, concerto para violão e orquestra de Hoffmeister, «A Menina do Mar», de Fernando Lopes Graça e a 5.ª Sinfonia de Schubert.

Setúbal: Em Seixal, no próximo sábado, pelas 21 horas, realiza-se um plenário de militantes que terá lugar na Sociedade Musical Sesimbrense Intervirá a camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central e serão entregues os novos cartões.

Na próxima 6.ª feira, dia 20, pelas 21.30 horas, o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, participa numa sessão de esclarecimento que terá lugar no Cineteatro de Alhos Vedros. Esta sessão é organizada pela Comissão Concelhia da Moita do PCP.

SMMP PROTESTA CONTRA SUSPENSÃO DE UM JUIZ POR OPÇÕES IDEOLÓGICAS

Num protesto público contra «a injustiça de que foi vítima um seu filho, o juiz Celso Dengucho», afastado da comarca da Marinha Grande, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público emitiu um comunicado afirmando a dado passo que a decisão do Conselho Superior da Magistratura se baseia «em juízos subjectivos». O que se classificou «foram as opções ideológicas do magistrado», acrescenta o Sindicato, que confia na revogação daquela medida arbitrária, «porquanto a falta manifesta de fundamento, a contradição dos seus termos e objectividade dos juízos é tão patente que não deixará de ser revogada e substituída no Plenário do Conselho» (para onde o Sindicato reclamou) «por outra que faça justiça».

Em nome da Constituição, para a qual apela, a direcção do SMMP protesta contra a «fronta à independência do juiz Celso Dengucho» e ao «poder judicial», pois a classificação de «mau» que lhe foi atribuída «não cuida apenas da actividade funcional do magistrado, mas traz uma ilação puramente subjectiva da sua ideologia».

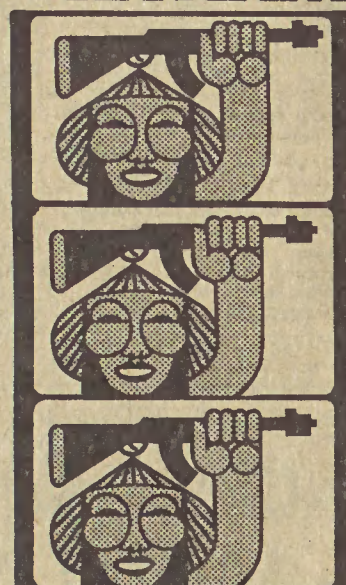
A direcção do SMMP lembra factos de que já aqui fizemos eco e que se relacionam com a actividade profissional do juiz suspenso no âmbito da «audição e colaboração das comissões de moradores e trabalhadores, criação de uma comissão de apoio

à Reforma Agrária, indeferimento liminar das acções de despejo e autorização à CT da empresa Tomé Fêiteira para a administração desta».

Recordando que, «nos considerandos, o acórdão (de suspensão) classifica o dr. Dengucho de inteligente, estudioso, trabalhador, assíduo, cuidadoso na análise do processado, criterioso e honesto», o SMMP «não pode deixar de manifestar a sua apreensão pelos atentados à independência do poder judicial, constitucionalmente garantida, que, a coberto das funções que lhe cabem, por manifesta incapacidade de interpretação e compreensão do fenómeno socio-jurídico novo, lhe vem dirigindo o próprio Conselho Superior da Magistratura, seu garante por excelência».

Depois de referir que as críticas à conduta do dr. Dengucho, «antifascista de sempre, não se demittindo de uma função social interveniente», espelham a própria «frustração da classe», a direcção do Sindicato manifesta a sua estranheza por a «conhecida apatia do órgão de cúpula da magistratura judicial, perante a reintegração de magistrados servidores do fascismo na PIDE-DGS» e tantos outros atropelos à democracia e à Constituição, só agora ter sido «quebrada para suspender da função o juiz Celso Dengucho».

VIETNAM



NA VIA de HO CHI MINH

Le Duan
Um livro das

edições
Avante!



a distribuição

O 18 DE JANEIRO DE 1934

Fez ontem 44 anos que a classe operária e o povo da Marinha Grande se levantaram, de armas na mão, contra o regime fascista. O movimento saiu-se por uma derrota, quanto aos seus objectivos imediatos. O peso negativo das influências anarquistas fazia-se ainda sentir no sector operário e sindicalista.

Mas a heróica jornada de 18 de Janeiro de 1934 assinalou uma importante etapa na tomada de consciência progressiva do movimento operário acerca das suas formas de luta e de

organização. Os vidreiros e os trabalhadores em geral da Marinha souberam extrair as lições do passado.

Ontem, na Marinha Grande, diversas iniciativas assinalaram a importante efeméride. Houve alvorada com foguetes e morteiros, espectáculo infantil, comício, canto livre. Quarenta e quatro anos depois, os heróicos sobreviventes do 18 de Janeiro evocaram as horas difíceis de então, que, apesar de tudo, neles como em todos nós, não fizeram morrer a esperança.

Setúbal em linha

DENTRO E FORA DO PARTIDO A CONFERÊNCIA AVANÇA

● Um testemunho esclarecedor

Carlos Ramilides, membro do Comité Central do PCP, ouviu pelo «Avante!» sobre a preparação da Conferência para a Dinamização do Sector Nacionalizado, pela qual é um dos responsáveis no âmbito da DORS, entre informações de muito interesse, afirmou: «O espírito de abertura da Conferência, a disposição permanente dos comunistas em auscultar e atender as opiniões dos outros trabalhadores, ultrapassando as diferentes convicções políticas, é não só um facto, mas também um factor muitíssimo importante para o valor das conclusões finais. Só no Barreiro — acrescentou — os nossos camaradas contactaram por escrito 680 quadros técnicos que não são membros do Partido».

— A teu ver o alcance pretendido com esta Conferência mobilizará verdadeiramente os trabalhadores?

— Sem dúvida. É nesse sentido que trabalhamos. Para além de um levantamento profundo da situação e do apontar de propostas de solução para inúmeros problemas que hoje afectam o sector, a Conferência do PCP para a Dinamização do Sector Nacionalizado mostrará a consciência revolucionária dos trabalhadores das respectivas empresas, reforçará a sua disposição de luta pela consolidação das conquistas do 25 de Abril. E mostrará também concretamente, que o PCP é o partido da estabilidade económica.

— Mas com a Conferência não se pretende apenas estabilizar, mas progredir?

— Claro que as propostas da Conferência irão no sentido do progresso. O PCP é o Partido que aponta as soluções mais justas para os inúmeros problemas do País, pois encontra-as juntamente com o factor mais importante — os trabalhadores. Levar à prática as soluções apontadas pelo nosso Partido é levar à prática as posições dos trabalhadores que estão dispostos a mil esforços para fazer progredir o País, já que são eles as grandes vítimas das dificuldades actuais, sendo ao mesmo tempo quem neles tem menos responsabilidades.

— Fora do âmbito partidário que aspectos serão de realçar entre os mais importantes desta iniciativa no actual momento político?

— A Conferência das nacionalizadas produzirá importantes instrumentos de trabalho para a construção de uma

sociedade mais justa que trará superiores condições de vida para o povo português. Daí não se poder legitimamente contestar a importância extraordinária desta iniciativa que, no entanto, para dar frutos concretos, exigirá um quadro político favorável em que os legítimos representantes dos trabalhadores sejam ouvidos e respeitados no espírito e na letra da Constituição que a todos obriga. A Conferência não se resume a uma simples iniciativa partidária. Antes é um estudo colectivo do mais amplo interesse nacional. O seu objecto não é apenas a resolução dos problemas existentes. Pretende também apontar as grandes linhas que permitirão ao sector assumir o papel determinante que lhe deverá caber na necessária recuperação económica.

ANDAMENTO DOS TRABALHOS

— No distrito de Setúbal, como tem decorrido o trabalho para a Conferência?

— Está já a ser desenvolvido trabalho em mais de duas dezenas de empresas, as quais ocupam cerca de 45 000 trabalhadores, para além de outros sectores como os CTT, TLP, Banca, Seguros, etc. Hoje em Portugal é já muito vasto o sector público e isso sente-se significativamente na margem Sul do Tejo. Convinha salientar que entre os temas propostos para discussão se incluem o controlo de gestão, a rentabilidade económica e social e as relações entre os serviços municipalizados, camararias e as empresas nacionalizadas.

— Já se ultrapassou portanto a fase de arranque...

PROPOSTAS CONCRETAS

— Queres citar alguns exemplos de propostas concretas?

— Falarei de alguns. Na ex-Socel (Cimpor) avança-se com propostas objectivas para alterar os processos de produção do cimento, abandonando a via húmida e adoptando a semi-seca, o que permitirá uma economia substancial de combustível, inserida num programa de melhoria de rendimentos energéticos. Propõe-se também uma melhor utilização dos equipamentos antipoluição, a redução das horas extraordinárias e o aumento da produtividade. Na EDP é levantado o problema da formação profissional. Para a Portucel, em Setúbal, aponta-se a sua ampliação. Na Rodoviária Nacional, os trabalhadores do Barreiro fazem propostas concretas para uma utilização mais rentável da capacidade de transportadora, nomeadamente através do desfasamento dos horários das principais empresas, conservação eficaz das viaturas

ATAQUES ÀS NACIONALIZAÇÕES

— Na tua região são significativos os ataques às nacionalizações nas próprias empresas?

— Sim. Um pouco por todo o lado. Não é só a «contra-revolução legislativa» que atenta contra as principais conquistas dos trabalhadores. São também administradores e chefes que mantêm, em algumas empresas, uma acção perspectivada pela preocupação de impedir o reforço das nacionalizações, mesmo com a esperança de que os antigos «chefes» regressem.

Quando na ex-Socel se pretende readmitir fascistas corruptos contra a opinião da generalidade dos trabalhadores, quando na CP se boicota a conclusão do acordo colectivo de trabalho vertical, quando na CUF e na Siderurgia Nacional se pretende descontar no salário dos trabalhadores uma paragem simbólica de solidariedade, quando na Equimetal se pretende impedir a liberdade de expressão restringindo a propaganda política, certamente esses senhores não têm em vista a defesa das empresas nacionalizadas ou controladas maioritariamente pelo Estado. Bem pelo contrário, pretendem criar dificuldades, levantar aires e entrar para depois responsabilizarem os trabalhadores pela inviabilidade económica que levaria à reprivatização.

Saliente-se que o esquerdismo, também aqui, infiltrando-se no seio dos trabalhadores com uma linguagem «encarniçada» tem desempenhado o seu papel e cumprido os objectivos dos seus dirigentes: fazer o jogo da direita.

Mas a própria realização da Conferência demonstrará que é forte a barreira que essa gente tem pela frente. O trabalho já reunido mostra bem a dedicação e o conhecimento dos trabalhadores em relação aos problemas e às potencialidades das suas empresas, o que assenta numa forte confiança no futuro, numa enorme vontade de contribuir activa e entusiasmadamente para o reforço e dinamização das empresas nacionalizadas e controladas. A Conferência será um êxito.

BREVES

Com intervenções das camaradas José Vitoriano, da Comissão Política do CC, Ilídio Esteves, membro do CC e Carlos Durão, suplente do CC, reuniram-se, no último domingo, no CT de Faro, cerca de 40 quadros sindicais com responsabilidades em várias organizações.

FILIAÇÃO NA CGTP-IN

Destinada a empossar os corpos gerentes do Sindicato das Conservas do Distrito de Faro, a Assembleia Geral deste organismo decidiu por

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

Pela contratação colectiva

Providência, comércio retalhista, instrutores de condução, conservas de peixe, importadores de material eléctrico, comércio farmacêutico, ramo automóvel e armazéns de materiais de construção civil são alguns dos sectores onde se reivindica a luta por novos contratos colectivos de trabalho. Centenas de milhares de trabalhadores, afectados diariamente pelo aumento do custo de vida, reclamam, através dos respectivos sindicatos e comissões sindicais negociadoras, actualizações de salários e regalias, luta pela contratação directa, consagrada na Constituição, repudiam as tentativas para lhes retirarem esse direito (como sucede na Providência onde está marcada nova paralisação para o dia 19), enfrentam o boicote patronal às negociações e decidem sobre as formas de acção adequadas a cada caso e sector, mas sempre dispostos e abertos à negociação de propostas realistas e evitando sempre que possível formas de luta económica que prejudiquem a produção.

Contra os despedimentos e o desemprego

Na barragem da Aguireira, mais de cem trabalhadores foram despedidos numa semana. Os seus colegas de trabalho entraram em greve. Na Turcopol, empresa de construção civil de Setúbal, os trabalhadores desenvolvem, por sua vez, a luta contra os despedimentos. Entretanto, o secretariado do conselho de trabalhadores da zona da Amadora tomava pública a sua preocupação pelo estado em que se encontram importantes empresas da região, como a Regimprensa, o Bloco-Expresso, a Sonorte, a Handy, os Cabos Ávila, J.B. Corsino e Sorefame. Também aí o espectro do desemprego ameaça centenas de trabalhadores devido à política de recuperação capitalista seguida pelo Governo demissionário e pela sabotagem, má gestão ou incúria de antigos patrões e administradores. Aquele secretariado exige medidas urgentes. Não basta falar de recuperação económica. É preciso aplicá-la ou criar condições para que seja aplicada urgentemente.

Contra a repressão patronal

Nas Secretarias de Estado da Comunicação Social e Cultura, os trabalhadores reunidos em assembleia geral

A CALÚNIA E A MENTIRA NA «FACAR»

A calúnia e a mentira não passaram na «FACAR», assegurou a célula daquela empresa do nosso Partido num documento divulgado recentemente para denunciar as baixas manobras e a deturpação da verdade dos manos Carvalho, inseridas num comunicado publicado como publicidade em numerosos jornais e distribuído aos trabalhadores da unidade industrial de Leça do Balio. Como frisam os comunistas da «FACAR» o dinheiro gasto pelos sabotadores Carvalho na tentativa de lavagem ao cérebro daria para comprar muitos livros para os nossos filhos e de todos os trabalhadores, para comprar mais do que um facto-macaco para cada trabalhador e ainda sobriaria muito.

Dado o seu interesse passamos a transcrever na íntegra o comunicado da célula da «FACAR» do PCP. Uma vez mais, os irmãos Carvalhos de forma escandalosa, desonesta, desleal e incompetente com os interesses nacionais e dos trabalhadores, em comunicado de 24 de Dezembro de 1977, deturpam a realidade dos factos, escondem a verdade, mentem ao Povo, aos trabalhadores e ao País, falam demagogicamente e de forma irresponsável como se fossem os donos e patrões da verdade.

Outra lição não pode ser extraída de «tal» documento, quando é sobejamente conhecida e comprovada a sabotagem económica praticada pelos irmãos Carvalhos antes da intervenção do Estado na empresa, desvios de dinheiro ilegalmente para o estrangeiro, dando instruções aos seus fornecedores para debitarem à empresa mais do que o valor das matérias-primas, desenvolverem acções de desenvolvimento constante à banca para suprir a falta de recursos financeiros resultantes de levantamentos de mais de 50 mil contos em 1974 (I), fraudes fiscais em milhares de contos, compra de terrenos em nome da empresa para benefício próprio, etc., etc.

unanimidade, com boa participação de sócios, a filiação na CGTP-IN.

INDÚSTRIA VIDREIRA

Para alteração dos estatutos e adesão à respectiva Federação, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, com sede na Marinha Grande, convoca a Assembleia Geral no Norte para 21 do corrente (16 e 30, no Salão do Sindicato dos Ferrovieiros, Porto), para 25 do corrente, nas zonas Centro (18 e 15, Teatro Stephens, Marinha Grande) e 21 do corrente (10 horas, Igreja Paroquial de Moscavide)



protestam contra um atentado à liberdade sindical a propósito de um processo disciplinar instaurado a um delegado sindical. Por unanimidade, os trabalhadores condenam a atitude intimidatória e ilegal do secretário de Estado e denunciam o «clima de intimidação» que se pretende criar naqueles departamentos governamentais. Entretanto, o Tribunal do Trabalho de Lisboa mandava reintegrar um delegado sindical ilegalmente despedido da empresa Móveis Micaelo, enquanto a Comissão de Trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos intervinha junto de órgãos do poder, chamando mais uma vez a atenção «para o aflitivo conjunto de circunstâncias que envolve a vida na empresa e atrás do qual se encontra o ódio aos trabalhadores, particularmente aqueles que mais digna e firmemente têm pugnado pela consolidação das conquistas do 25 de Abril».

Pela recuperação económica

As comissões intersindicais e de trabalhadores da J.Pimenta, Xavier de Lima, AC-Arquitectura e Construção, Joaquim Francisco dos Santos, Habitat, Seicla e Empreital, reunidas juntamente com a direcção do Sindicato da Construção Civil de Lisboa e o secretariado das empresas intervenções, mandaram estas associações para, num documento, denunciarem a actual situação das empresas intervenções do sector da construção civil e fazerem um levantamento do estado em que se encontram algumas das mais importantes firmas daquele sector. Os trabalhadores elaborarão relatórios para aquele documento que deve denunciar também a falta de apoio governamental e o estrangulamento económico-financeiro das empresas em questão.

Pelo reforço da solidariedade

Num plenário dos sindicatos metalúrgicos, na sede da Federação, os trabalhadores decidiram participar no esforço de produção dos pequenos agricultores e pescadores aporcanos organizados em cooperativas. Num esforço nacional, os trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos vão adquirir material agrícola e de pesca para oferecer a essas cooperativas num gesto de solidariedade para com trabalhadores «que têm vindo a sentir a falta de apoio do Governo Regional».

O «SECULO» EM RISCO DE PARALISAÇÃO TOTAL

A Secretaria de Estado da Comunicação Social e outros departamentos governamentais incluindo ministérios, «têm dezenas de revistas, e não só, que vão a concurso orgamental, sendo os trabalhos adjudicados a outras empresas. Porque razão O Século, como empresa gráfica, não concorreu ou não concorre? Por que não se explica aos trabalhadores do jornal O Século que a SECS pediu um orçamento para a revista Portugal-Informação no valor de dez mil contos/ano com tiragem de 50 mil exemplares/mês e administração de O Século não respondeu? — pergunta a célula do PCP naquele jornal encerrado há onze meses sem que se tenha assistido «da parte do Governo a tentativas construtivas para a reestruturação e reabertura da empresa».

Depois de referirem que

o parque de máquinas e sobretudo a tipografia nunca foram aproveitadas com trabalhos para o exterior, os nossos camaradas lembram que «o único sector de produção que tem estado a trabalhar, o de «off-set» (IBM, montagem, fotografia, transporte, impressão e encadernação) corre o risco de paralisar totalmente».

Por isso, a «célula do PCP no jornal O Século vem chamar a atenção dos seus companheiros de trabalho, independentemente das suas opções políticas, para que se unam em torno das suas organizações de classe — Sindicatos e Comissão Intersindical — e assim obtem a que a falta de interesse dos órgãos responsáveis ponha em prática a política dos factos consumados, ou seja, o encerramento definitivo do jornal O Século».

MEMBRO DO GOVERNO

«DESPEDE»

REPRESENTANTE SINDICAL

Na linha dos patrões saudosos do fascismo e das arbitrariedades que nesse tempo podiam cometer impunemente, o sr. Vitor Vasques, secretário de Estado da Segurança Social no Governo demissionário, exonerou, ilegalmente, o vogal representante das associações sindicais na Comissão Administrativa da Caixa de Previdência do Pessoal da Indústria de Conservas de Peixe.

Ao revelar «mais uma vez o comportamento arbitrário e ilegal» do sr. Vitor Vasques, a CGTP-Intersindical Nacional informa num comunicado que vai requerer por via contenciosa a anulação do referido despacho e denuncia junto da opinião pública e dos órgãos do poder a conduta daquele secretário de Estado que «não respeitou minimamente os direitos constitucionalmente atribuídos e reconhecidos ao Movimento Sindical».

Mas este caso de arbitrariedade e prepotência não é único. Vem na sequência de outros afastamentos de representantes sindicais nas instituições de Previdência. Aludindo indirectamente a essas atitudes anticonstitucionais, a CGTP-IN lembra que o sr. Vitor Vasques não tem qualquer poder disciplinar para com os representantes sindicais.

No entanto, o secretário de Estado do Governo demissionário não só invocou aquele poder «como o usou acusando o vogal sindical de não ter cumprido um seu despacho e de ter incitado os trabalhadores à indisciplina, sem contudo precisar quaisquer desses factos».

Como faz a CGTP-IN no seu comunicado, deve o sr. Vitor Vasques ter em conta (embora

já seja tarde para isso) que o Movimento Sindical e os seus legítimos representantes são independentes, enquanto tal, perante o poder político, como são também, de acordo com a Constituição, perante o patronato, associações, partidos, movimentos e ideologias que não tenham carácter sindical.

Respeitar a Constituição seria o mínimo a exigir de um secretário de Estado. Mas, como novamente se verifica, assim não acontece para os lados da Secretaria de Estado da Segurança Social.

SINDICATOS HÚNGAROS

A convite da CGTP-Intersindical Nacional, está de visita ao nosso País uma delegação do Conselho Central dos Sindicatos Húngaros (SZOT). Chefiada pelo camarada Jozsef Timmer, secretário daquela Confederação e membro do Conselho de Administração da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a delegação visitará algumas empresas e regiões e manterá contactos com várias organizações de estrutura unitária do Movimento Sindical.

Assembleias eleitorais

UM GRANDE DOSSIER DE ACÇÃO SINDICAL

O jornalista a quem cabe esta tarefa organiza um pequeno dossier semanal para eleições sindicais o dia a dia dá por si à procura de um «clip» cada vez maior para segurar os recortes, comunicados e outras informações que lhe chegam em quantidades revolucionárias. Olta para o volume do material mede o espaço do «Avante!», compara, escolhe, conta as linhas dactilografadas que incham no papel e a prova aqui vai que do seu magro «poder de síntese». Mas não desiste e a prova aqui vai que o espaço chega sempre, mesmo com esta confissão talvez desproporcionada, porém — ouçam lá! — bem real e significativa da frente de luta que hoje são em Portugal as assembleias de voto onde os trabalhadores escolhem os dirigentes do Movimento Sindical.

Desde o princípio do ano foram às urnas, contando por alto, 7 sindicatos. Até ao fim de Janeiro votaram mais cinco. Se algum escapa, o seu número de associados não será significativo. Temos assim, com o rigor possível, cerca de 200 mil trabalhadores que o Movimento Sindical se empenha fortemente em mobilizar. Consegue-o?

Não é possível responder sem comparar. E fazendo-o relativamente a eleições mesmo próximas e sem contar com as «farsas» do fascismo, esse empenho na mobilização pode contar com um saldo altamente positivo. O nosso País deve ser hoje impar no mundo quanto à percentagem de participação em eleições sindicais. Não é por acaso que, com números à frente, as assembleias eleitorais do ano findo e deste ano, afirmam na generalidade que o número de votantes foi o maior de sempre. E porque a mobilização tem resultado.

No entanto, o esforço não pára e não pode parar. Há que vencer não apenas a inércia, que ainda é poderosa, não apenas a herança desmobilizadora do fascismo, mas sobretudo o divisionismo de hoje. É preciso desmascarar o. Arrancar-lhe não uma máscara, mas as várias que o cobrem. Se aparecer de cara destapada, o divisionismo dentro em pouco cairá com um sopro.

E preciso dizer claramente aos trabalhadores que as «cartas abertas», que com vários rótulos por aí pagam comunicados em jornais, confundem a sua comparativamente nula capacidade de mobilização com a capacidade real de mobilização do Movimento Sindical.

É preciso explicar claramente aos trabalhadores que o divisionismo, para além de muitas outras manifestações de maior gravidade, se reflecte nas eleições sindicais não pelo número de votos que os divisionistas obtêm, mas pela inércia e pela confusão que fomentam a toda a hora, sob a capa de «esquerdismo» ou do «reformismo» desagregador.

O «não vale a pena», o «eles não se entendem», o «cada um puxa para seu lado» não são atributos que se apliquem ao Movimento Sindical. Aplicam-se sim aos que estão fora dele e que de fora o combatem. E são poucos, verdadeiramente poucos os que verdadeiramente os seguem. A maioria dos trabalhadores tem o sentimento e, para além disso, a consciência, que a CGTP-IN, que encabeça o Movimento Sindical, deve ser reforçada constantemente. A sua capacidade para defender eficazmente os interesses de todos, digo bem, de todos os trabalhadores, depende disso e disso dependerá.

Conselhos municipais a funcionar em breve

A entrada em funcionamento dos Conselhos Municipais representará um enriquecimento e um reforço da participação popular na vida administrativa e um importante passo na democratização da administração local no nosso País — afirma a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido num comunicado recentemente divulgado, a propósito da instituição daqueles órgãos.

A composição dos Conselhos — prossegue o documento —, que deverá ser fixada pelas Assembleias Municipais na sua próxima sessão ordinária, a realizar em Fevereiro, deverá ter em conta a necessidade de transformar estes órgãos num verdadeiro reflexo do movimento popular existente em cada concelho.

Para que tal se verifique, a FEPU pensa que deverá ser assegurada a representação de sindicatos, de comissões de trabalhadores e de moradores, de organizações de pequenos e médios agricultores e rendeiros, de colectividades, de pequenos e médios comerciantes e industriais, dos trabalhadores municipais, etc. O documento faz notar, por outro lado, que os organismos de Estado não podem (contrariamente ao que em certos sectores se procura fazer crer) à face da Lei e da Constituição estar representados no Conselho Municipal.

A instituição dos Conselhos Municipais, salienta ainda o comunicado, não deve prejudicar outras formas de participação das populações na definição dos problemas a resolver e na sua própria resolução, nem a informação dos municípios às populações sobre a gestão administrativa e o contacto permanente com os eleitores.

O PSD tem medo das Comissões de Moradores

A Assembleia Municipal das Caldas da Rainha, onde os sociais-democratas (?) do PPD/PSD têm a maioria, deliberou na sua última reunião quais as organizações populares de base e outros organismos que deverão ser convidados a fazer-se representar no futuro Conselho Municipal. O PSD decidiu não convidar as Comissões de Moradores, preferindo em seu lugar os representantes das «profissões liberais».

Mas porque é que tal partido, sempre tão preocupado com os princípios da democracia e do pluralismo, decidiu afastar as Comissões de Moradores daquele órgão consultivo de poder local? Nada mais simples e pluralista do que a razão invocada: as Comissões de Moradores são (segundo o PPD) organizações de carácter político, cujo papel é ajudar as Juntas de Freguesia!

Espantoso! Como é que as Comissões de Moradores terão conseguido sobreviver durante tanto tempo sem saberem que o seu papel era o agora definido pelo PPD?

O mais curioso é que o partido do chefe tinha acordado com o PS e a FEPU, antes da realização da Assembleia Municipal, quais as organizações que integrariam o Conselho Municipal, onde se incluíam as Comissões de Moradores.

Porque terá o PPD, à última hora, renegado esse acordo? Será que teve medo das Comissões de Moradores?

Junta de Freguesia de Quinta do Anjo invadida e roubada por reaccionários

Na noite do passado dia 3 um grupo de cerca de cem indivíduos, arregimentados por caciques reaccionários de Quinta do Anjo (concelho de Palmela), invadiu a sede da Junta de Freguesia local quando nela decorria uma reunião informal dos membros da Assembleia de Freguesia para tratar de assuntos internos e marcar a data de uma reunião extraordinária que teria como ponto único da ordem de trabalhos deliberar sobre o destino a dar a um busto de Venâncio da Costa Lima, figura altamente ligada ao regime fascista e ex-presidente da Câmara.

Forçando violentamente a entrada, os reaccionários roubaram o referido busto, afirmando que iriam colocá-lo de onde tinha sido retirado — o jardim público junto à Casa do Povo. Tal não aconteceu, porém, desconhecendo-se de momento o seu paradeiro.

Nun comunicado divulgado a propósito, a Junta de Freguesia repudia este atentado aos órgãos de poder local, que mais não visa senão dividir, confundir e amedrontar a população para um regresso ao passado através da recuperação de figuras do antigo regime.

Firmemente convencido de que o povo de Quinta do Anjo, que em sucessivas eleições disse não ao passado de exploração e obscurantismo, saberá defender com firmeza e serenidade os órgãos autárquicos que livremente escolheu, o executivo da Junta de Freguesia afirma que serão desenvolvidos todos os esforços para que, através da acção judicial, seja feita justiça e sejam punidos os autores e responsáveis por esta vergonhosa acção contra as liberdades e a democracia.

Menos buracos nas ruas do Barreiro

Se hoje existem menos buracos nas ruas do Barreiro, isso deve-se à participação activa da população na resolução deste problema.

Efectivamente, tendo em conta as dificuldades financeiras com que as autarquias locais se debatem para resolverem alguns dos problemas que mais afectam as populações, dezenas de moradores responderam, no passado fim-de-semana, ao apelo da Junta de Freguesia de Santo André, no Barreiro, com o objectivo de reparar o estado de degradação em que se encontravam algumas ruas da Quinta da Lomba.

Assim, no sábado, a partir das oito horas da manhã, várias brigadas de trabalho, apoiadas por pessoal, máquinas e material da Câmara Municipal do Barreiro, entregaram-se ao arranjo de algumas ruas, nomeadamente a Rua Afonso de Albuquerque e a Rua Nagar Aveli.

Com esta jornada colectiva de trabalho a Freguesia de Santo André deu o exemplo. Sem dúvida que outras se seguirão.

Eleitos da FEPU de Évora

Reuniu no passado dia 8, em Évora, a Comissão Organizadora do Encontro Regional de Eleitos da FEPU do Alentejo, constituída por elementos dos distritos de Beja, Portalegre e Évora.

A Comissão procedeu ao balanço dos trabalhos já realizados com vista à preparação do Encontro, que terá lugar no próximo dia 22, e iniciou a análise dos primeiros dados e informações resultantes dos inquéritos efectuados junto dos eleitos da FEPU nas Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia.

O Encontro Regional de Eleitos da FEPU do Alentejo realizou-se à na cidade de Évora, iniciando-se os trabalhos às 9 e 30. No final dos trabalhos, às 18 e 30, terá lugar uma sessão de encerramento aberta ao público.

O Encontro Regional contará com a presença de Anselmo Aníbal, Helena Cidade Moura e Carlos Costa, membros da Comissão Nacional da FEPU.

SERVIÇO MÉDICO À PERIFERIA UMA CONQUISTA A DEFENDER

O Serviço Médico à Periferia (SMP), criado em Junho de 1975 pelo IV Governo Provisório, através de acordo entre a Secretaria de Estado da Saúde e os médicos que então tinham terminado o Internato Geral, constituiu a maior conquista das populações no campo da saúde após o 25 de Abril.

Com a entrada em funcionamento do SMP, os médicos do 3.º ano de Internato de Policlínica passaram a estagiar obrigatoriamente durante um ano nos Hospitais, Centros, Postos Clínicos concelhios, sendo este estágio considerado como uma condição necessária e suficiente para a entrada no grau seguinte das carreiras médicas.

Visava-se, desta forma, por um lado pôr os médicos em contacto com o real panorama da saúde em Portugal e, por outro lado, responder, embora improvisada e transitoriamente, às profundas carências sanitárias da população.

Se se atender a que em 1974 a cidade de Lisboa contava com um médico para cada 466 habitantes, o Porto com um para cada 663; Coimbra com um por cada 356; Beja com um médico por cada 2 502 habitantes; que em muitos concelhos do interior a percentagem era de um médico para oito mil ou dez mil habitantes, ficar-se-á com uma ideia muito clara da importância da criação dos Serviços Médicos à Periferia.

Para grande parte da população portuguesa a assistência médica é ainda hoje um luxo. Mas os novos horizontes rasgados com o 25 de Abril mostraram que era possível melhorar, e muito, as condições de vida do povo português.

As populações começaram a interrogar-se que justiça social era esta que permitia, no campo da saúde, que nos distritos de Lisboa, Porto e Coimbra, com apenas cerca de 41% da população do país, se concentrassem 75% dos médicos portugueses, enquanto os restantes distritos (com 59% dos habitantes) contavam apenas com 25% dos médicos.

A luta pela defesa do direito à saúde alargou-se, pois, em todas as organizações populares, não só através da mobilização das populações para a resolução dos problemas ao seu alcance mas também exigindo infraestruturas

de saneamento básico, postos clínicos, maternidades, etc. etc.

E, malgrado os pronúncios de «catástrofe e tragédia» com que alguns bem instalados saudaram a criação do SMP, afirmando que as populações se retraíam perante os médicos desconhecidos e que estes por seu turno não aceitariam sair dos grandes centros urbanos, a verdade é que este Serviço alterou favoravelmente a panorâmica médico-sanitária do país, desenvolvendo uma intensa actividade (assistência sanitária, vacinação, educação sanitária, etc.) logo reconhecida e apreciada pelas populações.

A actividade dos políclínicos viria também a demonstrar, por outro lado, a importância da medicina preventiva, pois tão importante como tratar as doenças é ensinar como elas poderão ser evitadas, é promover acções que promovam a saúde.

É evidente que o êxito da actividade do SMP não teria sido possível sem um estreito contacto dos seus elementos com a população. Foi a consciência deste facto que levou, em Fevereiro de 1975, à criação em cada concelho da Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais (CISSL) de que fazem parte, para além dos médicos, enfermeiros e outros trabalhadores de saúde, representantes da Câmara e Juntas de Freguesia, Casas do Povo e dos Pescadores, dos Sindicatos, dos professores primários e do clero.

A estas comissões (CISSL) cabe participar no planeamento e programação dos serviços de saúde, fomentar a educação sanitária das populações, apreciar trimestralmente o relatório de actividades dos serviços, melhorar a prestação de assistência e propor a melhor utilização dos meios humanos e materiais disponíveis para o funcionamento integrado dos serviços.

Não obstante a preocupante carência de médicos especializados no SMP e das enormes dificuldades que os membros daquele serviço enfrentam, nomeadamente no que se refere ao alojamento e transportes, o muito que já se conseguiu melhorar o serviço de saúde na província demonstra quanto é importante a continuação

do Serviço Médico à Periferia, pelo menos enquanto não for eficazmente organizado o Serviço Nacional de Saúde.

QUEM QUER ACABAR COM O SMP?

A continuidade do Serviço Médico à Periferia está todavia comprometida a partir do próximo mês de Fevereiro dado que, segundo afirmam os médicos políclínicos, os responsáveis do Ministério dos Assuntos Sociais não manifestam qualquer intenção de proceder à renovação dos quadros que no fim do corrente mês terminarão o seu estágio.

Um comunicado recentemente divulgado pela Comissão Nacional dos Políclínicos alerta para as graves consequências que teria para a população do interior do país a extinção do SMP e denuncia o alheamento do responsável do MAS, que não só não deu qualquer resposta a uma exposição que em Julho do ano passado lhe foi enviada pelo grupo de médicos que deveria substituir os actuais como também não concedeu uma entrevista que lhe havia sido solicitada em 12 de Dezembro por aqueles médicos.

Na exposição enviada ao MAS os políclínicos, manifestando embora a sua concordância genérica com a regulamentação existente no SMP, reclamavam a melhorias das condições de trabalho e exigiam garantias para quando acabasse o estágio na periferia, nomeadamente no que se refere à definição das carreiras médicas e ao modo de acesso ao grau seguinte dessas carreiras.

Na referida exposição sublinhava-se ainda a necessidade de se proceder durante os meses de Setembro e Outubro passados à distribuição quantitativa de políclínicos, garantindo desse modo a sua rotação e a possível abertura de novos postos.

A única «resposta» dos organismos oficiais a estas tentativas de diálogo e de preparação do turno de políclínicos para 1978 foi a revogação do despacho de 23 de Junho de 1975, o único documento oficial onde era garantida a continuidade nas

carreiras médicas àqueles que cumprissem um ano de SMP.

Esta atitude do Ministério, somada a outras como a recente criação de uma especialidade de «generalistas», altamente contestada pelos políclínicos que agora acabam o seu estágio na periferia (os do 4.º ano), por, pela sua imprecisão, não passar de um estágio administrativo, levam a concluir que as entidades responsáveis se preparam para seguir os «bons conselhos» do FMI e do Banco Mundial, reduzindo o défice nacional através de restrições drásticas nos orçamentos dos sectores da assistência, saúde, educação e serviços públicos.

As massas populares não poderão permitir que tal política seja levada à prática. Também as autarquias locais, a quem compete a defesa dos legítimos interesses das populações, não poderão ficar indiferentes a tão grave problema. Como a experiência já demonstrou em Odemira, onde a população organizada impediu que o grupo de políclínicos que ali prestava serviço partisse sem ser substituído, o movimento popular, organizado, pode conseguir fazer prevalecer as suas razões e defender os seus direitos.

Defender a existência dos Serviços Médicos à Periferia, melhorando a sua actuação e condições de trabalho, pelo menos até à criação do Serviço Nacional de Saúde, é um direito e um dever que assiste a todos os que lutam pela melhoria das condições de vida do povo português.

APROVADO NA GENERALIDADE O PLANO DA CÂMARA DO PORTO

Prosseguem nos próximos dias 28 e 29 do corrente os trabalhos da Assembleia Municipal do Porto para apreciação na especialidade do plano e orçamento camarários para 78. Na passada segunda-feira, foi aprovado na generalidade o plano de actividades apresentado pela Câmara, assim como o orçamento ordinário nos capítulos relativos a despesas e receitas ordinárias, estas últimas quando o seu vencimento ocorra até à aprovação final do orçamento, bem como as despesas extraordinárias cujas obras já estejam em curso ou concursadas.

Foi igualmente decidido formar um grupo de trabalho, composto por três eleitos do PS, dois do PPD, dois do CDS, dois da FEPU e um do MUP, para preparar colectivamente os textos que sirvam de base à discussão e votação na especialidade daqueles dois documentos, que deverão estar concluídos no prazo máximo de dez dias. Os restantes capítulos do orçamento serão apreciados e votados a seguir à discussão e votação na especialidade do plano de actividades a que o orçamento respeita.

Durante a sessão, foi aprovada — com a abstenção do CDS — uma moção condenando os recentes incidentes registados no Liceu Garcia de Orla, provocados por grupos neonazis,

reclamando a «punição exemplar dos responsáveis». Desta vez por unanimidade, a Assembleia repudiou o crescente tráfico de mulheres no país, em particular no Porto, exigindo a abertura imediata de um rigoroso inquérito que, eventualmente, será alargado para apurar eventuais conivências entre agentes da PSP e PJ.

Na sequência da aprovação de uma proposta da Câmara relativa a alteração dos grupos 88 e 95 da organização de serviços, a Assembleia aprovou uma proposta determinando que este órgão passará a não aceitar qualquer proposta da Câmara que não seja acompanhada do parecer das estruturas representativas dos trabalhadores. Também foram aprovados o orçamento ordinário dos SMAS e SMGE e o 2.º orçamento suplementar de 77 dos SMGE.

Expondo a posição da FEPU face ao plano de actividades camarárias, Cassiano Abreu Lima começou por assinalar que, através daquele documento, «será possível abandonar a prática incorrecta, que se vinha institucionalizando, de abordar os complexos problemas da administração do segundo concelho do País de forma pontual, sem objectivos precisos, sem uma orientação politicamente definida».

O eleito da FEPU apontou como aspectos positivos do documento em discussão

a atribuição à Câmara de um papel activo nos mais diversos sectores e de intervenção, desde a habitação ao desporto, passando pela educação, cultura, saúde, etc. Além disso, o plano «imprime a esta acção interventiva e diversificada da Câmara, uma orientação progressista, privilegiando o interesse social sobre o particular, procurando dar resposta a muitos problemas e carências que afectam as camadas populares da cidade».

Entre os aspectos negativos do documento em questão, Cassiano Abreu Lima incluiu, do ponto de vista formal, «o carácter confuso e palavroso de várias passagens, a falta de equilíbrio e homogeneidade do conjunto», assim como a ausência de uma revisão final. Depois de apontar o carácter genérico de muitas propostas, ou até de capítulos inteiros, o representante da FEPU realçou «a deficiente correlação entre o plano e o orçamento». Este último documento seria, aliás, acerbamente criticado em várias intervenções, nomeadamente de Sousa Pereira, da FEPU, o qual — após ter apontado diversos exemplos comprovativos do fundamento das suas críticas, concluiu: «Não tem nada de positivo. É uma repetição burocrática dos orçamentos anteriores e não satisfaz os objectivos do plano que lhe dá origem».

Transportes Colectivos do Porto

UM PROBLEMA QUE SE ARRASTA HÁ JÁ BASTANTE TEMPO

Tomando posição acerca da situação vivida actualmente pelos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP), em particular no plano económico, a Célula da empresa do Partido divulgou um documento salientando que «os problemas do STCP não devem ser resolvidos prejudicando os trabalhadores e a população». Nessa base, os comunistas propõem um conjunto de medidas a tomar pela empresa, pela Câmara Municipal do Porto e pelo Governo que — a serem aplicadas — contribuirão decisivamente para a superação da actual crise.

No início, o comunicado começa por perguntar: «Que medidas toma o conselho de gerência no sentido de um melhor aproveitamento dos materiais da empresa e de um efectivo aumento de produtividade que não assente nos castigos disciplinares agravados (como agora se vê), nem em transferências irreflexivas de trabalhadores, mas na sua consciencialização, através de uma acção educativa constante bem como numa melhoria das suas condições de vida?».

«Que medidas toma a Câmara Municipal do Porto no sentido de permitir uma maior distribuição, rapidez e eficiência nos transportes? O que fez o Governo PS para reduzir os gastos com as importações, para apoiar a produção nacional e proteger as empresas públicas da concorrência do sector privado?».

A propósito, o comunicado da célula dos STCP do PCP lembra os milhares de contos de prejuízos para a empresa resultantes da concorrência desleal, incorrecta e, a vezes, ilegal, das transportadoras privadas. O que têm feito as autoridades para pôr cobro a esta situação?

Caracterizando alguns aspectos da situação dos transportes na cidade, o documento refere o apinhamento dos passageiros nos autocarros, a existência de enormes bichas motivadas pela inexistência de um número suficiente de veículos ou por uma má distribuição dos mesmos. Acerca da recente decisão da criação de uma rede nocturna, que implicou a diminuição de carreiras de veículos utilizados nas que continuam, os comunistas do STCP apontam vários prejuízos daí resultantes para os utentes, em consequência da adopção de medidas «sem ter em conta as necessidades do público, o principal afectado por elas».

«Também os trabalhadores dos STCP — acrescenta o documento — saíram prejudicados pois sobre eles recaí muitas vezes a justa manifestação do desagrado da população».

MEDIDAS APONTADAS

Prosseguindo, a tomada de posição da célula dos STCP do Partido aponta um conjunto de medidas a adoptar pela empresa, das quais destacamos as seguintes:

Responsabilização adequada dos quadros da empresa; criação e intensificação de cursos de especialização; melhor aproveitamento dos materiais; definição de uma correcta política de gestão de «stocks»; criação de órgãos que permitam uma fiscalização capaz dos materiais adquiridos e definição correcta das necessidades e da sua alternativa para fabrico próprio ou na indústria nacional.

Por outro lado, a célula dos

Almada

ASSEMBLEIA POPULAR DEBATE TRANSPORTES

Em comunicado recente da Assembleia Popular de Almada aquela organização popular de base levou «ao conhecimento das organizações populares e por seu intermédio às respectivas populações e trabalhadores do concelho», as conclusões a que já chegou no estudo que está a efectuar sobre os transportes públicos naquele populoso concelho da margem Sul.

Verifica-se que no decurso de 1977 a Rodoviária Nacional atribuiu ao CEP7 (ex-Transul), apenas 35% do número de veículos que aquele centro previa para as necessidades da zona. Desse quantitativo apenas tinha sido entregue, até Outubro, cerca de 50%. Entretanto, até Outubro as viaturas entregues não cobriam os abates efectuados em viaturas tecnicamente irrecuperáveis.

«O aumento crescente da população do concelho com a formação de novos aglomerados

habitacionais e o alargamento dos já existentes, bem como o extraordinário aumento de alunos e a súbita constante do custo de vida, são factores que contribuem cada vez mais para a procura de transportes públicos».

O comunicado da Assembleia Popular do Concelho de Almada termina afirmando: «As causas que acabamos de apontar acumuladas à herança desastrosa que neste e noutros sectores os monopólios e o fascismo deixaram ao povo português, constituem a verdade: a razão do problema; contrariamente ao que apregoam os inimigos do povo — quer caluniando os trabalhadores quer denegando o 25 de Abril —, a par da sabotagem que desenvolvem nos postos a que têm tido acesso, numa acção concertada para a destruição das nacionalizações e de todas as conquistas dos trabalhadores».



A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

Rodney Arismendi

edição
Avante!

SEMANA INTERNACIONAL

Rodésia

VITÓRIAS DO ZIPA E NOVOS PASSOS NAS NEGOCIAÇÕES

«Devido ao facto de se ter verificado que a população branca sofreu um declínio no seu moral na primeira semana de 1978», o governo racista de Ian Smith decretou a entrada em vigor de «regulamentos de emergência», que se traduzem num maior reforço da censura.

Que se passa na Rodésia? O que leva ao declínio da moral dos brancos, constituindo em grande parte uma minoria exploradora que de há muito planeia e ensaia a sua fuga de um país que lhe é cada vez menos seguro?

Nos últimos dias do ano de 77, como nas primeiras semanas de 78, o Exército do Povo do Zimbábwe (ZIPA), da Frente Patriótica, lança uma importante ofensiva, aproximando-se decisivamente dos grandes centros urbanos, onde naturalmente o inimigo se encontra melhor defendido, e se torna difícil manobrar quando se tenta evitar atingir a população civil. Um passo difícil mas necessário, considerado pela Frente Patriótica do Zimbábwe como uma evolução normal das lutas de libertação.

Esta nova ofensiva das forças patrióticas do Zimbábwe, deixa clara a envergadura do movimento. «O sucesso das forças do ZIPA neste ataque — afirma-se num comunicado da Frente Patriótica sobre o ataque a uma base da força aérea racista em Grand Reef — é o resultado do crescente apoio de massas aos combatentes e da elevada capacidade política e preparação técnica dos próprios combatentes». Esta uma realidade que nada tem a ver com a imagem de um punhado de guerrilheiros refugiados nas fronteiras de Moçambique, que Smith tenta sustentar como sendo a dos patriotas, justificando com isso os múltiplos ataques à República Popular de Moçambique.

Só nestes últimos tempos foi encerrado por período de tempo indefinido o parque do lago Millwaine, a 30 km a sul de Salisbury, por terem ocorrido acções armadas na vizinha cidade de Norton (35 km a sul de Salisbury) e no interior do próprio parque. A reserva de caça de Wankie, de grande importância económica, foi também atacada nos últimos dias do mês de Dezembro. Também em Dezembro houve acções armadas em Bulawalo, a segunda maior cidade rodésiana e a estrada de ligação com Salisbury passou a ser considerada pouco segura pelos comandos militares racistas. Registraram-se igualmente ataques ao centro mineiro de Shebania e à base aérea de Grand Reef. Durante o passado mês de Dezembro, conforme anunciou a Frente Patriótica do Zimbábwe, foram postos fora de combate cerca de 400 soldados das tropas racistas rodésianas. As forças do movimento de libertação actuam já a 10 km de Salisbury.

Entretanto acentua-se um processo paralelo de organização de uma nova vida em zonas semiliberadas, com as populações libertas de aldeamentos concentracionários criados pelo regime de Smith para evitar o apoio das populações aos guerrilheiros. Como afirmou na mensagem de Ano Novo Robert Mugabe, ex-presidente da Frente Patriótica, as populações libertas «estão a ser agora efectivamente organizadas em unidades administrativas e mobilizadas para autodefesa e a porem em prática projectos de educação, produção, construção e outros sectores, contando com as suas próprias forças». Uma nova vida germina no Zimbábwe. O poder de Smith tem já limites que não saberá recuperar.

A luta armada que se agudiza serve de base sólida aos esforços de negociação que estão empenhados os países da Linha da Frente. Lord Carver, comissário residente designado pela Grã-Bretanha (ainda potência colonizadora) para a Rodésia do Sul, debateu em Maputo com o presidente Samora Machel as possibilidades de um acordo em que sejam integralmente respeitados os interesses do povo do Zimbábwe.

Embora a Grã-Bretanha continue a insistir no plano anglo-americano, com que de facto se tenta torpedear um verdadeiro processo de libertação para o Zimbábwe, e prossegue no seu silêncio cúmplice no que respeita às negociações entre Smith e os colaboradores negros Abel Muzorewa, Nkomo, Nkomo e Jeremiah Chirau, tendentes à criação de um governo negro fantoche, nos clássicos moldes neocolonialistas — este encontro de Carver com Machel foi positivo: no comunicado final é destacada a necessidade de se restarem os contactos entre o governo britânico e a Frente Patriótica do Zimbábwe.

O esforço para neutralizar o processo de libertação que se desenvolve no Zimbábwe está a seguir múltiplos caminhos. Passa pela tentativa de aprovação de um plano em que não são defendidos os interesses do povo do Zimbábwe; passa pelos esforços desenvolvidos pela Internacional Socialista em África (Willy Brandt, ex-chanceler da RFA e presidente da Internacional Socialista, esteve na Zâmbia e na Tanzânia em fins de Dezembro, e desenvolveu uma série de contactos, em que naturalmente foram prometidos apoios à luta de libertação, apoios a que não serão alheios os interesses da social-democracia em África); passa ainda pela «solução interna» de Smith, que se concretizará num acordo com os colaboradores, o que implicaria o prosseguimento da luta armada contra um governo fantoche mais facilmente apoiável de forma ostensiva pelo imperialismo.

As negociações entre Smith e os colaboradores negros, de há muito num impasse a despeito das esperanças manifestadas por Sithole, foram momentaneamente suspensas. A sua suspensão coincidiu com o novo fluxo da luta armada por parte das forças patrióticas. Vai assim ficando claro para todos que as manobras nas costas da Frente Patriótica, as manobras e as tentativas de «solução» em que são menosprezados os interesses do povo do Zimbábwe, não têm quaisquer possibilidades de vingar. O imperialismo já perdeu o seu carro. Terá que negociar nos novos moldes, conquistados pela dura luta dos povos africanos contra o colonialismo, o neocolonialismo, o apartheid, na dura luta do povo do Zimbábwe por um governo e um país seus.

«SALYUT 6» ABRE A PERSPECTIVA DE ESTAÇÕES ORBITAIS TRIPULADAS

«Pela primeira vez na história da cosmonáutica, foi criado um complexo de pesquisa científica, fabricado pelo homem, em órbita terrestre, consistindo numa estação orbital e duas naves» — assim foi anunciada pela TASS a acoplagem da nave «Soyuz-27» à estação espacial «Salyut-6», completando a primeira dupla acoplagem mundial no espaço.

O novo feito da ciência e da técnica soviéticas assinalam, provavelmente, o começo de um projecto espacial tripulado de longa duração. Para já, a missão da «Soyuz-27» abriu a perspectiva de voos para naves transportando tripulações suplentes e abastecimento para estações já tripuladas.

Após cinco dias de estadia no espaço, os cosmonautas da nave espacial «Soyuz-27», Vladimir Janibekov e Oleg Makarov, regressaram à Terra na «Soyuz-26», enquanto Yuri Romanenko e Georgy Grechko, que se encontram a bordo da «Salyut-6» desde 11 de Dezembro, permanecerão no espaço.

No seu regresso à Terra, Janibekov e Makarov trouxeram consigo os resultados das importantes experiências técnicas, médicas e biológicas até agora realizadas na estação orbital inclusive as realizadas pelos

quatro astronautas no período da sua permanência conjunta na estação orbital. Para além da inegável importância técnica e científica do êxito desta criação de um complexo científico em órbita, e das experiências que aí se continuam a realizar, a estação

«Salyut-6» representa um novo passo na conquista do cosmos, cujo prosseguimento só é possível com uma mobilização da capacidade científica, técnica e financeira, que pressupõe e inequivocamente a paz e a cooperação internacional.



V. Janibekov e O. Makarov, os cosmonautas da «Soyuz-27»

EUA — UMA CLARA POLÍTICA DE INGERÊNCIA NA EUROPA

Com o despudor acentuado por uma situação que se lhe está a tornar cada vez mais difícil e sem dúvida também por apoios internos nos países onde se arroga a pretensão de fazer lei, os Estados Unidos deram mais um passo na ingerência descarada nas questões internas dos países europeus.

Carter tinha mostrado já esse à-vontade em França, no seu contacto com Mitterrand, mas foi após a chamada do embaixador norte-americano em Itália, que a ingerência se revestiu descaradamente de «justificação» teórica, entretanto avançada pelo porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos que, em conferência de imprensa, e a propósito da reivindicação, por todas as forças políticas italianas que permitiram a sobrevivência do governo de Andreotti, agora caído, da participação do Partido Comunista Italiano no governo, afirmou: «A nossa posição é clara. Não somos a favor de tal participação em governos ocidentais e gostaríamos de ver reduzir-se a influência comunista em todos os países da Europa Ocidental, particularmente os integrados na NATO».

Esta a face mais clara da ingerência, que atinge de uma forma descarada, não só a França e a Itália, mas todos os países que hoje pertencem à NATO, que atinge Portugal, que atinge uma das bases das relações internacionais, sem a qual a coexistência pacífica é impossível: o direito dos povos a dispor do seu destino sem interferências externas.

Uma posição tão clara de ingerência por parte dos Estados Unidos foi imediatamente repudiada em Itália, como o tinha sido em França. Naturalmente pelas forças de esquerda e outras forças políticas empenhadas na superação da crise, mas também pelas forças de direita, que se viram na contingência de criticar, ou pelo menos pôr em causa a atitude norte-americana. Em França, o governo de Giscard d'Estaing, pela boca do ministro dos Negócios Estrangeiros, aproveitou para atacar mais o PSF do que propriamente a posição de Carter. Na Itália, os democratas-cristãos avançaram com uma norma crítica de circunstância, que não funciona nem como débil resposta à denúncia do «L'Unità», órgão do Partido Comunista Italiano, que afirma, a propósito da ingerência dos Estados Unidos na vida política italiana: «Além de ser um auxílio àqueles que procuram um confronto de efeitos imprevisíveis na vida nacional, a declaração parece deixar fazer crer ter sido solicitada de Itália, em

particular por sectores da democracia-cristã».

Entretanto, na França e na Itália, como em Portugal, travam-se duras batalhas. Num processo complexo, difícil e com características diferentes nos diversos países, a direita tenta defender ou recuperar posições face à força crescente da esquerda. Nessa luta, as palavras de Carter, como as declarações oficiais do Departamento de Estado dos Estados Unidos, são muito mais que simples afirmações, traduzem um trabalho sistemático, em que a direita de cada país age coordenada com os ditames do imperialismo que tem a sua própria política internacional, os seus meios de pressão e de ingerência, os seus aliados internos, os seus gabinetes onde são estudadas as manobras mais plausíveis, as possibilidades e formas de resistência à concretização da vontade dos povos.

Em França onde, entretanto, a chamada maioria se cindiu dois meses antes das eleições de Março, tenta-se utilizar e aprofundar a divisão da esquerda, que a direita (estranhamente empenhada na unidade de esquerda...) atribui à acção do PCF. Giscard d'Estaing, que faz esforços pela sua autopromoção, manobra no sentido de chamar o PS a uma aproximação com a direita (no que não é nada original), enquanto Raymond Barre, falando em nome da coligação governamental, promete o congelamento dos impostos e a melhoria dos abonos de família. O Partido Comunista Francês orienta os seus esforços para uma grande votação nos comunistas, o que abriria melhores possibilidades a um acordo dentro da esquerda. A despeito do encontro e das declarações de Carter, do namoro mal camuflado da direita, Mitterrand afirma mostrar-se confiante nas possibilidades desse acordo conducente a uma vitória da esquerda, o que eventualmente poderá significar um recuo numa posição de afastamento dos compromissos assumidos no Programa Comum.

Na Itália, os democratas-cristãos, cujo governo acaba de cair, persistem na sua negativa em aceitar um governo com comunistas. O secretário-geral da Democracia Cristã, Benigno Zaccagnini, propôs recentemente uma fórmula em que o seu partido se coligaria a nível governamental com repúblicanos e social-democratas, com

o apoio, no parlamento, de socialistas e comunistas, que passariam a participar numa maioria parlamentar. Em resumo — pretende-se um governo sem comunistas, com o seu apoio no parlamento. O que não significaria naturalmente mãos livres para tal governo, mas seria entretanto a recusa aos comunistas de ocupar o lugar que lhes compete no governo do país, e o prosseguimento da crise. Esta fórmula foi recusada por todos os democratas, com excepção dos social-democratas. Entretanto o PCI bate-se por um governo de emergência que possa enfrentar com êxito a crise política económica e social, enquanto a federação sindical italiana publicou um comunicado em que pede uma profunda revisão do programa económico, anunciando a possibilidade de realização de uma greve geral de duas horas ainda esta semana. O PSI, em editorial do «L'Avanti!», afirma

que os socialistas tentarão formar governo com os comunistas, caso Andreotti prosseja na sua recusa de ceder lugares à esquerda num governo de coligação. Recusa que poderá também levar a eleições antecipadas.

Ainda que recusando formalmente a ingerência dos Estados Unidos, e naturalmente negando quaisquer relações, a política das forças de direita nos diversos países da Europa integrados na NATO, corresponde às exigências de Carter: recusa do poder aos comunistas, mesmo quando a votação popular o imporia (estranho conceito de democracia...), com o seu corolário de tentativas divisionistas nas forças de esquerda e democráticas, e atração das mais hesitantes à órbita da direita. A forma extremamente clara como os EUA marcam agora a sua política de ingerência, que é uma prática permanente, reflecte, entretanto, que os seus esforços coajudados e coordenados com a direita nos diversos países europeus, não estão a dar os frutos desejados. Ao enfrentar a direita nos seus países os povos da Europa enfrentam também o imperialismo. Carter disse-o sem lugar a dúvidas.

SEMANA DE SOLIDARIEDADE AOS POVOS E PAÍSES EM LUTA PELA LIBERTAÇÃO

Decorreu em Cotonou, capital da República Popular do Benin a Semana de Solidariedade aos Povos e Países em Luta pela sua Libertação, promovida, pelo Partido da Revolução Popular daquele país.

O Partido Comunista Português, que se fez representar pelo camarada Rogério de Carvalho, membro do Comité Central, foi convidado a participar nos trabalhos juntamente com mais quarenta delegações, entre as quais se contavam representantes da URSS, RDA, Cuba, Hungria, Checoslováquia, Polónia, Roménia, Jugoslávia, Etiópia, Somália, Líbia, Iraque, Guiné-Conakry, Guiné-Equatorial, Frente Polisária, Argélia, Swapo, Frente Patriótica do Zimbábwe, Ghana, Congo, OSPAA, OSPAL, Nigéria e o Movimento de Libertação das Molucas do Sul. Estiveram igualmente presentes os Partidos Comunistas da França e da Itália.

Convidado a fazer parte da mesa que presidiu no primeiro dia dos trabalhos, o camarada Rogério Ribeiro, na saudação que leu salientaria que «durante a sua história de mais de meio século, o PCP pronunciou-se em todas as circunstâncias pelo direito de todos os povos à sua independência. Essa continuará a ser a sua política. O PCP sente-se particularmente ligado à luta dos povos de África e com o sentimento de ter cumprido o seu dever internacionalista, de ter criado amigos firmes no milénário continente africano».

Acerca desta importante iniciativa, o próximo número do «Avante!» abordará com maior destaque as decisões finais da conferência.



Firme e organizado, o povo angolano trilha os caminhos do progresso e da justiça social

MPLA — UM ANO EM ANÁLISE

1977 foi em Angola o ano do I Congresso, da constituição do Partido e de um arranque na produção para o socialismo.

Sem pretendemos isolar esses acontecimentos do

contexto em que estão inseridos, temos entretanto de reconhecer que é nesses acontecimentos — especialmente na realização do I Congresso, na transformação do MPLA, de movimento em partido dos trabalhadores, que se situa o eixo determinante do novo salto qualitativo dado pelo processo revolucionário angolano no ano de 77. Pela importância e alcance destas realizações, pelo aprofundamento da dinâmica revolucionária e da luta de classes em todos os domínios da vida nacional, pela amplitude das vitórias alcançadas, o ano de 1977 constituirá um obrigatório ponto de referência, um marco na história da revolução angolana.

O I Congresso — ao determinar a transformação do MPLA em Partido dos trabalhadores — respondeu à necessidade histórica de dotar a revolução do instrumento capaz de a levar até ao fim. Esse instrumento é o próprio MPLA — Partido marxista-leninista, vanguarda da classe operária angolana e núcleo dirigente na construção do socialismo.

Como foi sublinhado no relatório do CC do MPLA ao Congresso, o MPLA cumpriu a sua missão histórica como movimento de libertação nacional, após conduzir heróica e vitoriosamente duas lutas de libertação nacional e ter iniciado o processo da criação das bases materiais para a edificação do socialismo.

Ao serem definidos os objectivos estratégicos da revolução angolana — democracia popular e socialismo —, impuseram-se os correspondentes saltos qualitativos no seio da vanguarda política do povo angolano, o MPLA. E assim, ainda citando o mesmo relatório: «O MPLA será pois o Partido da classe operária que unirá numa sólida aliança os operários, os camponeses e os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores dedicados à causa do proletariado. O MPLA garante aos operários e camponeses, aos intelectuais revolucionários e com eles a todo o povo trabalhador angolano o caminho certo rumo ao socialismo».

O ano de 1977 foi também o ano de arranque da produção para o socialismo. Prosseguiu o gigantesco esforço de reconstrução nacional. Reconstrução orientada para a superação do atraso económico herdado do colonialismo, agravado pelas sucessivas agressões do imperialismo à pátria angolana. Reconstrução orientada para a criação das bases materiais e técnicas do socialismo. Múltiplas foram as iniciativas tendentes a incrementar o nível da produção e da produtividade, a activar o desenvolvimento económico geral. Assim, em todo o território nacional, foram levadas a cabo campanhas de trabalho voluntário e de emulação, acompanhadas de um intenso trabalho de esclarecimento ideológico

junto das massas trabalhadoras. Neste contexto assumiu especial importância a campanha promovida sob a palavra de ordem «produzir mais e melhor em apoio ao I Congresso do MPLA». Ao mesmo tempo foram dadas contribuições importantes ao desenvolvimento planificado da economia — tendo a agricultura como base e a indústria como factor decisivo». Deram-se os primeiros passos no terreno da organização do trabalho. Foram reforçados e alargados os sectores cooperativo e estatal da economia, através do prosseguimento da política de nacionalizações e confisco. Foi criada a moeda nacional: o kuanza.

A construção do socialismo é uma tarefa árdua e prolongada. Implica um desenvolvimento crescente dos níveis de produção e de produtividade, o desenvolvimento harmonioso e planificado da economia. A consolidação do poder político da classe operária passa pelo desenvolvimento económico, só possível através do empenhamento generalizado dos trabalhadores nas tarefas da produção.

O ano de 77 representa o início de uma etapa fundamental no processo revolucionário. O ano de 78 será o «ano da agricultura», como o definiu o camarada presidente Agostinho Neto na sua mensagem de Ano Novo. Será também um ano de novas vitórias e de reforço da unidade nacional, um elemento imprescindível do progresso

Os amigos de Sadat

Recentemente antes de iniciar, em Assuai, as conversações com o presidente Sadat, o Xá do Irão afirmou que «estamos decididamente interessados em ver a solução final para o conflito do Médio Oriente», acrescentando que o Egipto «está a fazer precisamente o que achamos certo».

A coincidir com estas afirmações, a polícia do Xá matava mais de cem iranianos durante manifestações em Meshed e Thon, manifestações que eram de carácter pacífico e pretendiam protestar contra a proibição de cerimónias religiosas depois da morte do filho do principal chefe religioso muçulmano do Irão. Cerca de quinhentos



manifestantes ficaram feridos e foram efectuadas mil e quatrocentas detenções.

Entre toda a comunidade árabe, são governantes deste quilate, representantes deste tipo de regimes, que apolam a iniciativa de Sadat para encontrar «solução» ao conflito do Médio Oriente. Que mais queria Sadat, na sua acção capitulacionista face ao sionismo e que apunhalou, duma vez só, a luta do povo palestino e a unidade das nações árabes?!

Os amigos definem-se nas ocasiões, mas há ocasiões que definem, duma vez só, tanto os amigos como os objectos dessa amizade.

A «descida» do dólar é manobra monopolista

O dólar norte-americano «cai», «afunda-se», «desce» — e este alarme vibra pelas curvaturas do planeta com a espectacularidade inofensiva duma campanha publicitária de detergentes. Os governos reúnem, os ministros sentenciam, a discussão generaliza-se — e o dólar continua o «master» todo poderoso dessa gentinha que com ele se preocupa, desvalorizado ou não.

Mas as contradições do capitalismo são reais e delas não se pode fugir sem se pôr em causa o sistema. Por isso a desvalorização do dólar tem muito mais a ver com o modelo de sociedade que sustenta (capitalista) que com as abstractas teorias do «sobe e desce» apresentadas pelos economistas ocidentais.

«A descida do valor do dólar norte-americano está directamente relacionada com a nossa incapacidade de controlar os nossos gastos de energia» — confessou Jody Powell, secretário para a imprensa na Casa Branca. Só que esta explicação é incompleta: não é o povo norte-americano, no seu todo social e consumidor, que é incapaz de controlar os seus gastos de energia mas, e isso sim, são os monopólios lanques do petróleo e do gás, poderosamente representados no Congresso que, ao vetarem o projecto de lei sobre energia, integrado no programa económico da administração Carter para 1978 e que colidia com os seus interesses, provocaram uma situação que forçou o governo a este «truque»: desvalorização do dólar para melhorar os efeitos do alto consumo de energia e para resolver outros problemas relacionados com o seu caderno de importações.

A Coreia do Sul e os Estados Unidos

Samuel Stratton, presidente da Subcomissão de Inquérito das Forças Armadas (EUA), afirmou em Seul que «a presença das forças americanas na Coreia do Sul é essencial até à conclusão duma paz verdadeira». Essa «paz», acrescenta-se, relaciona-se com o diferendo (?) entre as duas Coreias — a do Norte e que é socialista e a do Sul que...

... A do Sul, que tem presentemente 26 bancos estrangeiros instalados na sua capital (Seul), um certo número de companhias de seguros americanas e caminho aberto para quaisquer empresas estrangeiras (capitalistas, entenda-se) que ali queiram operar, num quadro de inundação do país com investimentos e capital imperialistas — com os EUA, como sempre, a deterem a parte de leão.

Compreende-se, portanto, que «mister» Stratton defenda a presença americana na Coreia do Sul e que acrescente mesmo que este país «tem uma grande importância estratégica para os Estados Unidos». De «estratégia» percebe o Governo lanque e não há nada a reportar... Todavia algumas questões se põem:

— Se a importância da Coreia do Sul é apenas «estratégica» — legitimando-se, com isso, uma presença militar norte-americana que mais parece ocupação — como explicar as acusações dos banqueiros do país, segundo as quais o «Banco da América» e o «Chase Manhattan Bank» estarão a corromper as acções de mercado dos banqueiros nacionais? Como explicar ainda a afirmação (perfeitamente integrada na situação anterior) do banqueiro norte-americano Taapken, presidente da Associação dos Banqueiros Estrangeiros na Coreia do Sul, que confessa com descaro que «actualmente vale a pena fazer negócio em Seul», acrescentando que «actualmente não encontramos nada que possa vir enobrecer essa imagem?»

Pois é... «Importâncias estratégicas» e demais estratégias norte-americanas (não menos importantes, sublinhe-se).

Os convites da China

A política externa chinesa desde há muito que deixou de surpreender as forças progressistas mundiais, pois que também desde há muito se definiu como uma política inequivocamente ao serviço do que há de mais reaccionário e até fascizante no mundo.

Apenas como exemplo, recordemos o apoio imediato e efectivo à Junta fascista de Pinochet, quando todos os países socialistas, sem excepção, cortaram relações com tais criminosos, assim como o apoio aos fanticos da UNITA e da FNLA a quando da 2.ª guerra de libertação de Angola. Isto, é claro, sem esmaecer a hostilidade para com os movimentos de libertação da África Austral e da África em geral, a defesa intransigente da NATO e CEE, a agressividade para com o Vietnam socialista, a calorosa simpatia para com os criminosos nazis e «políticos» da catedral de Joseph Strauss e Casqueiro, etc, etc.

Neste enquadramento, natural se torna que os «convidados especiais» dos dirigentes chineses nasçam de selecção que não contenda ou destitua a sua política externa em geral... Vai daí e a somar aos Casqueiros e Strauss, segue agora o sr. George Wallace, o ultra-reaccionário Governador do Estado norte-americano do Alabama, que se deslocará à China na condição de membro da Associação dos Governadores. Caso aceite o convite que lhe foi feito, ou pior ainda: caso decida corresponder a um convite que já aceitou!

Por outro lado e em relação ao nosso País, cuja Revolução nunca foi reconhecida pelos dirigentes chineses, a ponto, da ainda hoje, não existirem relações diplomáticas entre os dois países, a RPC resolveu finalmente pronunciar-se: para ela o «Portugal de Mário Soares é favorável», enquanto «estima que Portugal ocupe uma posição estratégica vital para a segurança da NATO».

Há cada chineses!!!

1.º Congresso, no próximo fim-de-semana, em Lisboa

PASSO DECISIVO PARA O REFORÇO DA UEC E PARA A LUTA DA JUVENTUDE ESTUDANTIL

Culminando seis anos de luta intensa em defesa dos interesses da juventude estudantil, marcados, primeiro, pelo combate contra a ditadura fascista, e depois pelo desenvolvimento das estruturas democráticas no Ensino, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) leva a efeito no próximo fim-de-semana (sábado e domingo), no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, o seu I Congresso, subordinado ao lema «A Escola e a Vida no Caminho de Abril».

Os traços fundamentais da actividade e da organização da UEC ao longo destes seis anos, a presente situação da juventude estudantil, os objectivos, a preparação e o programa do Congresso e o êxito da campanha de recrutamento «Uma escola para a vida no Portugal de Abril», foram os principais aspectos abordados no decorrer de uma mesa-redonda promovida pelo «Avante!», em que estiveram presentes os camaradas Pina Moura, suplente do Comité Central do Partido e Maria Eugénia, ambos do Secretariado da Comissão Central da UEC, e Castro Caldas, membro da CC e da Direcção do Ensino Superior, da UEC.

«Avante! — No próximo dia 21, primeiro dia do Congresso, a UEC comemorará o seu 6.º aniversário. O que foram estes seis anos de actividade e de luta?

Pina Moura — Os traços fundamentais da actividade da UEC desde a sua fundação resultam dos objectivos que nos orientam o seu aparelhamento. Isto é: temos orientado toda a nossa actividade no decorrer destes seis anos, para o desenvolvimento do movimento estudantil, e fortalecimento da unidade da juventude estudantil, em torno dos objectivos e aspirações comuns, os quais, pensamos, se situam ao nível da luta por um Ensino democrático e uma vida melhor.

Por outro lado, a nossa actividade e a nossa luta tem-se integrado no próprio desenvolvimento do processo revolucionário português: numa primeira fase, até ao 25 de Abril, os estudantes comunistas tomaram parte activa na luta pelo derroamento da ditadura fascista; numa segunda fase, depois do 25 de Abril, estiveram e estão presentes na luta pela consolidação e defesa das conquistas democráticas, em particular no sector do Ensino.

A organização da UEC atravessou naturalmente vários momentos, consoante as diferentes situações que se têm desenrolado ao longo destes anos. Podemos assim distinguir três momentos fundamentais: até ao 25 de Abril, em que a UEC era uma organização clandestina, fundamentalmente de quadros, tendo, entretanto, uma expressão nacional e influenciando de forma decisiva o movimento unitário estudantil, em particular na Universidade; nos primeiros meses a seguir ao 25 de Abril em que se registou uma grande expansão do movimento unitário dos estudantes e um importante aumento de efectivos da UEC; e por último, um terceiro momento correspondente aos anos de 1975-76, marcado pela cristalização do número de efectivos e pela menor influência

da UEC no movimento estudantil, em especial no movimento associativo.

«Avante! — Presentemente, a UEC atravessa um momento de reforço, evidenciado, nomeadamente, pelo êxito da campanha de recrutamento...

Pina Moura — Exacto. Pensamos que a UEC está a entrar numa nova fase, caracterizada pelo alargamento e reforço da organização, e da sua influência no movimento estudantil. O êxito da campanha de recrutamento «Promoção I Congresso — Uma escola para a vida no Portugal de Abril», que faremos mais adiante, e as vitórias alcançadas por listas dinamizadas e apoiadas pela UEC, no Secundário e no Superior, assinalam esta nova fase na vida da nossa organização.

A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE ESTUDANTIL

«Avante! — As consequências da política antidemocrática do MEIC de Cardia conduziram a uma grave crise no Ensino, que afecta milhares de estudantes. Como é que a UEC analisa esta crise e a presente situação da juventude estudantil em especial a dos estudantes universitários?

Castro Caldas — A história da política de Ensino do último ano e meio confunde-se, acima de tudo, com uma acção deliberada e orientada para limitar brutal e radicalmente o acesso ao Ensino, particularmente ao Ensino Médio e Superior. A institucionalização do «número de alunos» e a generalização da imposição de métodos de selecção injustos, arbitrários e aberrantes, como os exames nacionais e de aptidão — foram, entre muitos outros, instrumentos utilizados pelo MEIC de Cardia para limitar o acesso ao Ensino. Fruto da sua utilização, foram expulsos do Ensino 50 mil alunos que em 75/76 concluíram o 7.º ano, mais de 15 mil estudantes. Milhares de outros não

conseguiram obter acesso aos cursos que desejavam. No presente ano lectivo, entrou nos primeiros anos das Faculdades um número de alunos só comparável aos números da segunda metade da década de 60...

Por outro lado, foram liquidadas ou boicotadas estruturas criadas depois do 25 de Abril, que visavam desenvolver a participação dos jovens no desporto e na actividade cultural e alargar as possibilidades de acesso ao Ensino, nomeadamente ao Superior, por parte dos trabalhadores. Neste caso, inclui-se o congelamento do projecto da Universidade Aberta, e as crescentes limitações financeiras e administrativas impostas pelo MEIC ao funcionamento das aulas nocturnas. Os trabalhadores-estudantes, para além de verem dificultadas as suas condições de vida como estudantes, não vêem aplicadas, quanto a isso, as regalias que a lei lhes dá como trabalhadores. Pode-se, pois, afirmar que o peso dos fillos dos trabalhadores na população universitária não sofreu alterações significativas: continuam a ser 4 a 5 por cento dos estudantes universitários.

«Avante! — Ainda sobre o problema do desemprego, poderias dar alguns elementos?

Castro Caldas — Hoje, mais do que ontem, é com preocupação e grande ceticismo que o estudante encara o seu futuro profissional. E tem razões para isso pois dos 500.000 desempregados, 300.000 são jovens de menos de 25 anos. De entre estes, são mais de 200.000 os que procuram emprego pela primeira vez.

Segundo estudos do Ministério do Trabalho existe actualmente um contingente de quadros técnicos e intelectuais de formação média e superior, desempregados, cifrado em 35.250 pessoas, o que constitui 7% do total dos desempregados em Portugal.

A verdadeira dimensão do problema do desemprego neste

sector ficará mais clara se tivermos em consideração que dos 32.250 quadros desempregados, 13.800 são jovens recém-formados procurando o seu primeiro emprego.

Estes dados comprovariam, por si sós, que o estudante se encontra numa situação de desemprego potencial. Até porque a estes dados se deve aliar o facto de muitos estudantes continuarem a estudar apenas porque não encontram emprego. E não só. Muitos estudantes e recém-formados que ainda assim conseguiram arranjar emprego, não estão no local em que os seus conhecimentos melhor poderiam servir o País.

Esta situação de desemprego crónico e subaproveitamento das potencialidades dos estudantes é uma fatalidade? Os jovens comunistas afirmam que não. O Encontro Nacional da UJC/UEC sobre o desemprego, primeiro emprego e saídas profissionais demonstrou-o.

OS OBJECTIVOS DO CONGRESSO

«Avante! — Quais os principais objectivos do Congresso?

Maria Eugénia — Os objectivos do I Congresso da UEC apontam, em primeiro lugar, para uma resposta às mais profundas aspirações da juventude estudantil. Nós pensamos que alguns dos problemas mais agudos da juventude estudantil se situam ao nível do Ensino, dos seus problemas pedagógicos, da sua incapacidade em absorver todos os que queiram estudar, da não adequação do sistema e do aparelho de Ensino às necessidades económicas e sociais do País, da degradação que se verifica no plano pedagógico.

Nesse sentido, o nosso Congresso, através dos documentos preparatórios, faz a análise da situação do Ensino (Médio, Secundário e Superior), e apresenta algumas propostas que visam responder à actual crise. Pensamos também que os problemas e as aspirações da juventude estudantil, dependem em grande parte da situação e das perspectivas que se lhe abrem a ter um Ensino democrático adequado às necessidades do País, mas não se confundem só com a situação do Ensino. Há a situação social da juventude em geral: problemas do desemprego, problemas da actividade recreativa, cultural e desportiva, numa forma mais ampla toda a situação social e económica da juventude estudantil.

O nosso Congresso procurará dar também uma resposta a estes problemas apresentando propostas concretas para uma política que sirva os interesses da juventude estudantil.

Em suma, o Congresso tem como principais objectivos responder aos problemas que tocam milhares de estudantes,

fazendo uma análise da situação actual e apresentando propostas concretas no sentido de, com todos os estudantes, se encontrarem soluções objectivas para a crise e a consequente degradação pedagógica que se vive actualmente no Ensino; responder aos problemas de ordem social e cultural que condicionam a vida da juventude estudantil, quer no que respeita aos problemas económico-sociais, quer no que respeita a problemas de ocupação dos tempos livres, do desporto e convívio; avançar propostas para o reforço, revitalização e dinamização das estruturas associativas, de forma a que o Movimento Associativo (MA) assumam um papel importante no alcançar e impor de soluções para os problemas estudantis.

O Congresso elegerá também a nova Comissão Central da UEC cuja composição será alargada.

A PREPARAÇÃO DO CONGRESSO

«Avante! — A preparação do Congresso da UEC mobilizou em todo o País largas centenas de militantes e simpatizantes. Quais os aspectos mais importantes deste trabalho?

Pina Moura — O trabalho de preparação do Congresso iniciou-se no princípio de Novembro de 77, com a constituição de uma comissão técnica e de uma comissão redactorial do Congresso, no âmbito da actividade da Comissão Central da UEC. A comissão técnica dividiu-se em vários grupos de trabalho, nomeadamente, o de apelo aos delegados, serviços de alimentação, implantação, etc. Constitui-se também uma comissão de apelo às delegações estrangeiras convidadas.

A acção destes grupos de trabalho tomará o Congresso uma imagem da capacidade de realização dos estudantes comunistas.

Por seu turno, a comissão redactorial teve a seu cargo a elaboração de quatro documentos preparatórios, que constituem uma análise aprofundada da situação social e económica da juventude estudantil, da actividade da UEC entre os estudantes, e da sua organização interna. O trabalho preparatório do Congresso e a discussão em torno daqueles documentos tem-se dinamizado bastante nas últimas semanas, tanto pela realização de diversas iniciativas como pela acção intensa de mobilização e esclarecimento.

Ainda em relação às acções de propaganda, há que referir a colagem nacional do cartaz do Congresso realizada no passado dia 9, que contou com a colaboração militante de 800 camaradas, tendo sido colados por todo o País (em especial nas capitais distritais), mais de 15 mil cartazes.

No que respeita a outras acções e iniciativas de propaganda e esclarecimento, há a salientar

a realização de numerosas jornadas de carácter cultural, recreativo e de esclarecimento político em particular nas últimas semanas. Registe-se, por exemplo, a sessão de esclarecimento promovida na passada semana na Faculdade de Letras de Lisboa, em que esteve presente o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido. Esta sessão contou com a participação de cerca de 800 estudantes. Em Coimbra decorreu também recentemente um ciclo de quatro colóquios que tiveram a participação de cerca de 800 estudantes. As intervenções centrais estiveram a cargo das camaradas Abóim Inglês, Francisco Miguel e Carlos Carvalhais, do CC do Partido; e de Miguel Urbano Rodrigues.

No que respeita à organização de excursões para convidados e delegados, é de salientar que está prevista a vinda de várias camionetas, aludidas no Sul e na zona do Oeste-Ribatejo. Os camaradas do Norte e Beiras contarão com um comboio especial, com 500 lugares.

A PRESENÇA DE DEZENAS DE DELEGAÇÕES

Castro Caldas — No decorrer dos trabalhos do Congresso, serão apresentadas 18 intervenções centrais e 27 intervenções de representantes das organizações da UEC. De salientar, as intervenções da Comissão Central (relatório), a que se relaciona com

número de convidados, refira-se que devem atingir os 7 mil. O Congresso está aberto à presença de todos os jovens interessados. Recorde-se, a propósito, que têm sido distribuídos numerosos convites a jovens não filiados na UEC, que têm demonstrado grande interesse pelo andamento do trabalho preparatório.

«Avante! — Além dos delegados e convidados, o Congresso reunirá também vários representantes de outras organizações nacionais e estrangeiras...

Maria Eugénia — Entre outras, assistirão aos trabalhos do nosso Congresso delegações das organizações irmãs da URSS, RDA, Checoslováquia, Polónia, Roménia, Cuba, Hungria, Bulgária, Jugoslávia, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, RFA, Espanha, Grécia e Finlândia. Foram também convidadas a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e a União Internacional de Estudantes (UIE).

Foram também dirigidos convites à Juventude Socialista (JS), MDP/CDE, LCI, MDM, Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC). Além de diversas personalidades ligadas aos meios intelectuais e desportivos, estarão presentes no Congresso representantes de diversas comissões de gestão de estabelecimentos escolares, de órgãos do Poder, dos departamentos de juventude dos

ambos da Comissão Executiva da Comissão Central.

O ÊXITO DA CAMPANHA DE RECRUTAMENTO

«Avante! — No âmbito da actividade de preparação e mobilização para o Congresso, a UEC lançou uma campanha de adesões que tinha como meta o recrutamento de 1500 novos militantes, a qual já foi ultrapassada...

Maria Eugénia — Com efeito, a UEC lançou no início do passado mês de Novembro uma grande campanha de recrutamento, subordinada ao lema «Uma escola para a vida no Portugal de Abril — Promoção I Congresso», e que tinha como objectivo o recrutamento de 1500 novos militantes até à data do Congresso. Aquele número foi ultrapassado logo no fim do primeiro período escolar. No balanço realizado em 22 de Dezembro já se registavam 1511 adesões. Entretanto, num balanço efectuado no passado dia 14, o número de novos militantes subiu já a 2279, dos quais 1967 são estudantes do Ensino Secundário e 312 do Superior.

Dos 2279 recrutamentos, 711 registaram-se no Norte, nas Beiras 288, e no Sul 1279. Nas ilhas aderiram à UEC 3 novos militantes. O total das adesões à UEC verificadas no decorrer da campanha, dá bem a ideia do crescente aumento da sua influência entre a juventude estudantil. O termo conseguido, em apenas dois meses e meio, contando que



Dirigentes da UEC falam ao «Avante!» sobre o que vai ser e o que se espera do Congresso

o trabalho unitário, outra sobre propaganda ideológica e ainda outra sobre questões de organização e recrutamento.

Maria Eugénia — O número de delegados ao Congresso é de 738. Foram eleitos em assembleias de célula e regionais. Quanto ao

sindicatos e de associações de estudantes.

A delegação do PCP será chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, e a da UJC será constituída por Horácio Rufino do CC do Partido, e Augusto Carreto,

aléda pelo meio se meteram as férias do Natal, um número tão elevado de adesões dá bem a ideia da influência que a UEC tem neste momento no meio estudantil. Estamos confiantes que até ao Congresso seremos mais 2500 novos militantes!

«POR UMA VIDA MELHOR E MAIS FELIZ»

Conforme referimos nos últimos números do «Avante!», a Comissão Central da UEC elaborou, no âmbito dos trabalhos de preparação do Congresso, quatro importantes documentos, nos quais se analisam e definem claramente as posições dos estudantes comunistas em relação aos múltiplos problemas que se colocam, presentemente, à juventude estudantil portuguesa, e às tarefas relacionadas com o fortalecimento da organização a todos os níveis.

Através destes documentos — «Um Ensino para a vida no Portugal de Abril», «Por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil», «Dar mais força ao Movimento Associativo» e «Por uma União dos Estudantes Comunistas forte e influente» — são também apresentadas propostas objectivas e coerentes para a solução dos problemas da massa estudantil, nomeadamente os relacionados com a sua situação social e económica, que, como se sabe, sofreu um agravamento brutal com a política antidemocrática e antipedagógica do MEIC de Cardia.

Segundo as informações que recolhemos junto de diversas organizações (do Ensino Secundário e Superior) dos estudantes comunistas, aqueles documentos foram a base de um amplo e produtivo debate preparatório, que reuniu, em todo o País, largas centenas de militantes e simpatizantes da UEC. No decorrer de numerosas reuniões, foram apresentadas pelos organismos, por grupos de camaradas ou individualmente, diversas propostas de alteração para completar alguns dos aspectos abordados nos documentos preparatórios, o que, além de evidenciar o interesse e a atenção com que aqueles foram estudados e discutidos, contribuiu decisivamente para o seu enriquecimento.

Um dos grandes objectivos a que o I.º Congresso da UEC se propõe dar resposta é, sem dúvida, o equacionamento dos problemas materiais e sociais com que a juventude estudantil hoje se defronta, na perspectiva de luta por uma vida diferente, melhor, no Portugal de Abril, na nossa sociedade democrática a caminho do Socialismo.

As propostas que neste campo fazemos assentam no que é hoje a vida, as necessidades e as aspirações do estudante. Realidade essa, fruto das perspectivas de vida que Abril abriu, condicionadas por resíduos de 48 anos de fascismo,

que se prolongaram no post-25 de Abril devido à acção nefasta das forças do passado e do Imperialismo sobre a juventude — lê-se no texto introdutório do documento «Por uma vida melhor e mais feliz para a juventude estudantil», que desenvolve, em seguida, os seguintes pontos: «As condições de vida da juventude estudantil nos últimos anos do fascismo», «Abril e a vida da juventude estudantil», «a crise

documento saliente:

O MA integrado no Movimento Popular conduzindo a luta contra a política de direita que o Governo PS realizou por uma alternativa democrática a esta política e a este Governo, provou estar à altura das suas responsabilidades e confirmou ser a base fundamental da organização e acção dos estudantes portugueses. Na luta por uma vida melhor e mais livre

— aumento do número e quantitativo de bolsas de estudo e a sua justa distribuição;

— construção de mais cantinas e reequipamento das existentes (nomeadamente nas escolas do ensino secundário);

— alargamento do número de residências;

— redução dos preços dos materiais escolares;



A participação nos trabalhos preparatórios foi bastante elevada

económica e a vida dos estudantes» (o desemprego, o custo de vida e a política social), «formação e desenvolvimento de uma personalidade democrática e progressista na juventude estudantil», «relações entre jovens e relações familiares», «marginalização em relação à sociedade democrática de sectores estudantis», «a questão da violência na formação do estudante» e «padrões de vida existentes na juventude estudantil».

O último capítulo do documento — «uma vida melhor para a juventude estudantil» — começa por sublinhar a necessidade urgente de uma nova política de acordo com os interesses e vontade dos trabalhadores, uma nova política que responda às aspirações e conte com a participação da juventude estudantil, uma nova política e um novo Governo capaz de a realizar. Depois de referir que a luta por esta política e este Governo é inseparável da organização e da luta em torno de objectivos parcelares, a parte final do

para os estudantes, o MA desempenha o papel fundamental, mas não esgota o campo de organização e acção do Movimento estudantil.

Considerando o desemprego e a falta de saídas profissionais dos cursos como o problema número um da juventude estudantil, o documento aponta a necessidade de alargar o movimento pelo direito ao trabalho em torno dos objectivos centrais definidos no Encontro Nacional «A Juventude pelo direito ao trabalho», promovido pela UJC e pela UEC em Outubro de 77.

Assim, o I.º Congresso dos estudantes comunistas vai pronunciar-se: — pelo fim das limitações do direito ao ensino; — pelo alargamento do apoio social estudantil, condição básica para o nivelamento de oportunidades no acesso ao ensino;

— abolição da política de selecção arbitrária no acesso aos graus superiores de ensino. O I.º Congresso da UEC considera necessário:

— um verdadeiro apoio

médico aos estudantes que nos centros universitários quer apetrechando os postos médicos nas escolas do ensino secundário;

— controlo estudantil dos serviços sociais;

— participação estudantil nos NASE.

Defendendo uma actividade cultural e desportiva rica e diversificada dilgida em função dos interesses da juventude, o I.º Congresso da UEC considera que ao MA e às colectividades populares cabe uma quota parte importante do que pode e deve ser feito neste campo. Para tal é necessário:

— um apelo estatal livre de discriminação ou coacções ideológicas, preferencial em relação às AAEE ou outras associações culturais específicas (como clubes, grupos de teatro independentes e amadores).

O I.º Congresso da UEC defende no campo da cultura e do desporto:

— uma verdadeira descentralização e regionalização cultural;

— a formação dos milhares de técnicos de educação física necessários a uma cobertura nacional das escolas do ensino secundário, médio e superior;

— apoio estatal às secções desportivas das AAEE, clubes e associações de desporto amador;

— alteração do conteúdo das aulas de educação física na generalidade das escolas do ensino secundário;

— estímulo material ao intercâmbio nacional e internacional das equipas amadoras;

— o desenvolvimento da actividade do MA no campo desportivo nomeadamente a nível federativo e federação das equipas existentes;

— construção de recintos desportivos e demais infra-estruturas.

No plano do intercâmbio juvenil, o I.º Congresso da UEC salienta a necessidade de:

— criar condições de convívio nas escolas através da existência de instalações específicas para salas de alunos, beres, etc.;

— dinamizar a actividade associativa mediante a organização de iniciativas diversificadas como bailes, sessões musicais, etc.;

— criar um controlo estudantil sobre os campos de férias (pousadas, etc.) já existentes e construir outros;

— criar campos de férias e de trabalho;

— criar centros regionais de convívio e de cultura (casas da juventude);

— dinamizar a actividade de intercâmbio entre a juventude portuguesa e as juventudes de todo o mundo.

Uma actividade cultural, desportiva e de convívio, rica e diversificada, é a alternativa à degradação da vida da juventude, ao alastrar do consumo da droga, e à difusão das ideologias da violência e da guerra.

O Congresso da UEC defende que:

— seja lançada uma campanha nacional de esclarecimento do combate à droga;

— sejam multiplicados os centros de recuperação dos toxicómanos;

— seja intensificada o combate ideológico à pornografia, droga e violência

e combatida a sua penetração nos circuitos comerciais e estatais.

Uma alternativa que não se pode iludir é colocada hoje ante todos os estudantes comunistas: ou conseguimos aumentar significativamente (isto é, em muitos milhares) o número de efectivos da UEC, principalmente na Universidade; ou mantemos um baixíssimo ritmo de expansão, em que o número de recrutamentos/ano mal dá para cobrir as naturais saídas da organização, e por muitos progressos que possamos conseguir noutros terrenos, falta-nos o instrumento essencial para melhorarmos a nossa influência para lutarmos com pleno êxito pelos nossos objectivos: UMA FORTE ORGANIZAÇÃO COMUNISTA da juventude estudantil.

O I.º Congresso da UEC realiza-se para encontrar respostas concretas e precisas a este problema essencial.

Tais respostas exigem a redefinição da orientação da UEC, a consideração de uma transformação de muitas das formas de organização e de propaganda, o melhoramento progressivo do trabalho de direcção, um esforço permanente e persistente no trabalho de recrutamento, uma melhor formação ideológica da organização e dos quadros — começa por referir o texto introdutório do documento «Por uma União dos Estudantes Comunistas forte e influente», onde são desenvolvidos os seguintes pontos: «unir a juventude estudantil — tarefa maior da UEC».

«objectivos políticos de acção», «frentes de acção e de luta», «trabalho de direcção» (a Comissão Central, o Secretariado e a Direcção Central do Ensino Superior, a Direcção Central do Ensino Secundário, os Organismos de Direcção de Academia, os Organismos de Direcção no Ensino Secundário), «formas de organização da UEC» (as assembleias e encontros de delegados das organizações, reuniões de quadros, células de escola, secretariados de célula, maleabilidade nas formas de organização, organização de novos camaradas), «trabalho de informação e propaganda», «trabalho de imprensa», «situação financeira».

A UEC é uma organização internacionalista e «cooperação UJC/UEC».

Transcrevemos em seguida algumas passagens do primeiro ponto deste documento:

Apesar do combate que lhe tem sido dado, o sectarismo persiste ainda na orientação e acção de algumas organizações ou camaradas.

Traduz-se nomeadamente na aceitação ou transigência perante concepções que tendem a desprezar a dinâmica própria do MA em favor de formas de acção e objectivos de luta que a P. S. e m. o u. s. a, particularmente quando não influenciamos os seus organismos dirigentes, na subvalorização da necessidade de, em cada momento, unir o maior número de estudantes em torno de objectivos muito precisos e concretos, na cristalização precipitada de posições e de classificações de elementos das massas estudantis, tomando por base acontecimentos tão fluidos como por vezes são uma votação, uma eleição ou outros actos correntes da vida estudantil, na formação de círculos estreitos e fechados de comunismo se faz, aos vários níveis, muito difícilmente.

As forças e orientações desagregadoras e divisionistas da unidade estudantil identificam-se, no plano político, com as organizações da direita reacçãoária (JSD, JC, AOC, MRPP) e com as organizações esquerdistas, designadamente as maioistas (UDP).

As organizações de direita jogam na paritização da vida associativa e escolar, desde os

e esmorecer os laços de unidade das massas estudantis; instrumentalizar os sentimentos de reserva eventualmente existentes em relação aos comunistas; impedir, pela imposição dum clima de instabilidade e coacção, a formação duma consciência democrática e progressista na juventude estudantil; paralisar a acção de esclarecimento, de mobilização e organização das forças progressistas entre a juventude estudantil.

A s organizações reacçãoárias procuram assim escolher e impor o terreno em que o combate lhes é mais favorável. As organizações reacçãoárias procuram, sempre, esconder o real conteúdo, e significado duma política de direita, designadamente os seus aspectos claramente antijovens.

As organizações esquerdistas, designadamente a UDP, assumem no ME uma orientação que, no fundamental, coincide com a da direita reacçãoária.

Embora, naturalmente, com uma fraseologia pseudorevolucionária, as organizações esquerdistas jogam, tal como a direita, na paritização da vida associativa e escolar; na radicalização das formas de acção e de mobilização mesmo que com elas determinem grandes rupturas na unidade estudantil e tornem assim mais fácil a imposição de medidas anti-estudantis; promovem e cultivam a violência e o choque como instrumento normal

HORÁRIO DOS TRABALHOS

É o seguinte o horário do 1.º Congresso da UEC

Sábado — das 9 e 30 às 12 e 30 (1.ª sessão); das 14 e 30 às 20 e 30 (2.ª sessão);

Domingo — das 9 e 30 às 14 e 30 (sessão final); com início às 16 e 30, realiza-se a festa de encerramento, em que actuarão, entre outros, José Barata Moura, Carlos Paredes, Rancho Folclórico Juvenil de Faro, o grupo «Trovante!» e a «Brigada Victor Jara»; a partir das 19 e 30, haverá um grande bailarico, animado pelo conjunto «Consciência».

actos eleitorais, à discussão dos métodos pedagógicos e conteúdo do ensino, às formas de acção e de luta pelos interesses e objectivos mais sentidos das massas, ao empolamento da luta política e ideológica que, particularmente no Ensino Secundário, procura sempre levar à generalização de um clima de violência e de choque.

Os objectivos desta orientação das organizações juvenis reacçãoárias são dividir

e natural de resposta às provocações neonazis nas escolas, aceitando e procurando um terreno de combate que ofenda os sentimentos da esmagadora maioria da juventude estudantil e favorece as forças mais reacçãoárias; promovem, cultivam e procuram instrumentalizar (com linguagem «revolucionária») os sentimentos de reserva anticomunistas, definindo os comunistas e seu Partido como o inimigo principal.